

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
FACULDADE DE ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN - FAUED

ESTER ALVES FERREIRA

CENTRO COMUNITÁRIO PARA AUTOCONSTRUÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA
ITINERANTE NA CIDADE DE MONTES CLAROS - MG

Uberlândia - MG

Março/2026

ESTER ALVES FERREIRA

CENTRO COMUNITÁRIO PARA AUTOCONSTRUÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA
ITINERANTE NA CIDADE DE MONTES CLAROS - MG

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design
da Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração: Arquitetura e
Urbanismo

Orientador: Profª Drª Denise Fernandes
Geribello

Uberlândia - MG

Março/2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

F383 Ferreira, Ester Alves, 2001-
2026 Centro comunitário para autoconstrução e assessoria técnica
itinerante na cidade de Montes Claros - MG [recurso eletrônico] /
Ester Alves Ferreira. - 2026.

Orientadora: Denise Fernandes Geribello.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Uberlândia, Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Modo de acesso: Internet.

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Arquitetura. I. Geribello, Denise Fernandes ,1982-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Arquitetura
e Urbanismo. III. Título.

CDU: 72

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que, com tanta bondade, misericórdia e amor, sempre guiou os meus caminhos, cuidando de todos os detalhes como um verdadeiro Pai.

À Virgem Maria, São José e ao meu Anjo da Guarda, a cuja intercessão recorri e com a qual pude sempre contar, alcançando tantas graças e auxílios do Senhor.

Agradeço aos meus pais, Carlos Edson e Maria das Dores, que com tanto esforço, oração e suor diário sempre deram o melhor de si para me ver feliz e para me apoiar, em todos os momentos.

Às minhas irmãs, Isadora e Sara, cujo apoio, força e incentivo sempre pude contar.

Ao meu melhor amigo e namorado Raphael Nery, o qual me apoiou fortemente e buscou sempre me ajudar das mais diferentes formas possíveis.

Aos meus amigos, com quem tanto partilhei alegrias e desafios e que fizeram da caminhada uma trajetória mais leve.

À Comunidade Descendentes da Sagrada Família, que com seu exemplo e testemunho me inspiraram nesse trabalho e não mediram esforços em se disponibilizar para ajudar.

À professora Denise, que me orientou com tanta leveza e profissionalismo.

“Para que todos vejam, saibam, considerem e compreendam que a mão do Senhor é que fez estas coisas.”

(Isaías 41,20)

RESUMO

O presente trabalho consiste na proposta de um centro comunitário para autoconstrução e programa de assessoria técnica itinerante para a cidade de Montes Claros, Minas Gerais. A partir de uma reflexão acerca da baixa atuação de arquitetos e urbanistas no cenário da autoconstrução – cenário esse tão presente nas cidades brasileiras e que apresenta consideráveis necessidades e desafios que poderiam ser enfrentados e mitigados com o auxílio dos profissionais citados – compreende-se a importância de se pensar formas de reduzir os distanciamentos e incentivar as trocas, contribuindo para ambas as partes e construindo uma sociedade mais justa. Por meio de um levantamento acerca das características da autoconstrução bem como do processo histórico de afastamento dos profissionais citados dos canteiros, foi possível ter um melhor entendimento acerca do tema bem como pensar em formas da interação citada ocorrer, de modo horizontal e participativo. Assim, foi desenvolvido um projeto que integra espaços de capacitação e orientação técnica, visando aprimorar a qualidade habitacional, fortalecer o protagonismo comunitário e promover a aproximação entre profissionais e moradores.

Palavras-chave: autoconstrução; assessoria; interação; comunidade; capacitação.

ABSTRACT

This work proposes a community center for self-construction and a traveling technical advisory program for the city of Montes Claros, Minas Gerais. Based on a reflection on the low participation of architects and urban planners in the self-construction sector—a scenario so prevalent in Brazilian cities and one that presents considerable needs and challenges that could be addressed and mitigated with the assistance of these professionals—we understand the importance of considering ways to bridge gaps and encourage exchanges, contributing to both parties and building a more just society. Through a survey of the characteristics of self-construction and the historical process of these professionals' departure from construction sites, it was possible to gain a better understanding of the topic and consider ways for this interaction to occur horizontally and participatively. Thus, a project was developed that integrates training and technical guidance spaces, aiming to improve housing quality, strengthen community involvement, and foster closer ties between professionals and residents.

Keywords: self-construction; consultancy; interaction; community; training.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Motivações apontadas pela população para a não contratação de arquitetos e urbanistas.....	27
Figura 2 – Profissionais contratados para obras: comparação entre 2015 e 2022.....	27
Figura 3 – Contratação de serviços de arquitetos e urbanistas: comparação entre 2015 e 2022.....	28
Figura 4 – Projeto de pré-fabricação da taipa.....	32
Figura 5 – Pré-fabricação em taipa.....	33
Figura 6 – Conjunto União da Juta, São Paulo.....	34
Figura 7 – Mulheres trabalhando na construção de moradias em mutirão autogerido.....	35
Figura 8 – Discussão dos projetos de habitação popular nos mutirões.....	35
Figura 9 – Mapa de localização do município de Montes Claros, MG.....	37
Figura 10 – Evolução da Ocupação Urbana de Montes Claros.....	41
Figura 11 – Mapeamento de áreas com concentração de autoconstrução, atualmente, em contextos de baixa renda na zona urbana de Montes Claros.....	44
Figura 12 – Traçados urbanos e moradias em áreas de autoconstrução em contextos de baixa renda na cidade de Montes Claros.....	44
Figura 13 – Traçados urbanos e moradias em áreas de autoconstrução em contextos de baixa renda na cidade de Montes Claros.....	44
Figura 14 – Localização do bairro São Geraldo II em Montes Claros.....	46
Figura 15 – Traçados urbanos no bairro São Geraldo II.....	47
Figura 16 – Capela São Geraldo.....	48
Figura 17 – Evolução da ocupação no bairro São Geraldo II a partir de 2002.....	48
Figura 18 – Rua sem pavimentação asfáltica.....	49
Figura 19 – Área no bairro com acúmulo de entulho e lixo.....	50
Figura 20 – Linha 7103.....	52
Figura 21 – Circulação do ônibus no bairro: saída e chegada, respectivamente.....	52
Figura 22 – Mapa Equipamentos e Hierarquia Viária.....	54
Figura 23 – Mapa de Uso e Ocupação.....	56

Figura 24 – Exemplos de comércios e serviço no bairro, na parte frontal das residências.....	57
Figura 25 – Praça São Geraldo II.....	58
Figura 26 – Quadra de futebol.....	58
Figura 27 – Vestígios de antiga construção em adobe demolida.....	60
Figura 28 – Morador executando a obra de sua futura residência.....	60
Figura 29 – Edificação no fundo do lote, a fim de abrigar o filho da proprietária e sua esposa.....	62
Figura 30 – Moradia expandida ao longo do tempo, sendo a porção branca correspondente à edificação original e as outras construídas posteriormente.....	62
Figura 31 – Residência em expansão com a construção de outros pavimentos.....	63
Figura 32 – Residências sem acabamentos, com ausência de reboco, pintura e revestimentos internos.....	64
Figura 33 – Igreja São Geraldo Magela e Ministério Evangélico As nações para Cristo.....	65
Figura 34 – Residências no bairro São Geraldo II.....	65
Figura 35 – Perguntas da entrevista aos moradores na primeira visita ao bairro.....	66
Figura 36 – Perguntas da entrevista aos moradores na primeira visita ao bairro.....	70
Figura 37 – Localização da primeira opção de terreno analisada para o projeto.....	77
Figura 38 – Localização do terreno escolhido para o projeto.....	78
Figura 39 – Localização do terreno escolhido em relação ao bairro.....	79
Figura 40 – Trajeto atual do transporte público, em branco, e incorporação de novo trajeto e ponto, em amarelo.....	80
Figura 41 – Vistas do terreno da Rua Crisantino.....	81
Figura 42 – Vista do terreno da Rua D.....	81
Figura 43 – Vista do terreno da Rua D.....	81
Figura 44 – Mapa do terreno, topografia e construções do entorno imediato.....	82
Figura 45 – Centro de Oportunidade para Mulheres.....	83
Figura 46 – Área de cultivo.....	84
Figura 47 – Salas de aula no período da noite.....	84
Figura 48 – Planta de implantação.....	85
Figura 49 – Mercado e conexão com a rua.....	86

Figura 50 – Espaço interno, com estrutura metálica evidente e parede de cobogó realizado com o próprio tijolo.....	87
Figura 51 – Escola Primária em Gando.....	87
Figura 52 – Telhado de zinco suspenso.....	89
Figura 53 – Interior de uma sala de aula.....	89
Figura 54 – Entre as salas, espaços cobertos que se integram à parte externa.....	90
Figura 55 – Fachada evidenciando o ritmo, janelas coloridas e as pedras na base.....	90
Figura 56 – Centro Comunitário Kamwokya.....	91
Figura 57 – Planta de Implantação.....	92
Figura 58 – Corte apresentando as diferenças sutis de nível.....	92
Figura 59 – Área coberta multifuncional, em primeiro plano, e fachada evidenciando ritmo e materiais, ao fundo, bem como espaço coberto entre os edifícios.....	93
Figura 60 – Quadra, espaço multiuso e edificações	94
Figura 61 – Moradia estudantil Unicamp.....	95
Figura 62 – Processo construtivo à esquerda e residência finalizada à direita.....	96
Figura 63 – Processo construtivo da pré-fabricação de paredes, cobertura e escada.....	97
Figura 64 – Desenvolvimento de painéis curvos.....	97
Figura 65 – Implantação dos setores.....	98
Figura 66 – Maquete do projeto da moradia estudantil.....	99
Figura 67 – SESC Pompeia	100
Figura 68 – Oficina de criatividade	101
Figura 69 – Paredes de blocos de concreto delimitando a oficina.....	101
Figura 70 – Oficina de criatividade com formato ortogonal	102
Figura 71 – Oficinas dispostas no galpão	102
Figura 72 – Mapa da Maré.....	103
Figura 73 – Azulejos resultantes do Projeto Azulejaria.....	104
Figura 74 – Fachadas com os azulejos produzidos.....	104
Figura 75 – Intervenção do Maré a Céu Aberto no espaço urbano	104
Figura 76 – Produção e fixação das placas.....	105
Figura 77 – Oficina do projeto Placas de Ruas da Maré	106

Figura 78 – Processo projetual com a população	107
Figura 79 – Linguagens para comunicação projetual para técnicos e moradores.....	107
Figura 80 – Linguagem utilizada em processo de decisão de projeto em mutirão.....	108
Figura 81 – Definição de palavras-chave do projeto, à direita, e estudos iniciais de programa, à esquerda.....	109
Figura 82 – Diagrama de estudo de relações desejadas entre os setores.....	110
Figura 83 – Diagrama de estudo de relações diretas e indiretas entre os espaços - Estudo Preliminar.....	110
Figura 84 – Estudos iniciais de fluxo da primeira etapa.....	110
Figura 85 – Estudos iniciais da primeira etapa, com análise de posicionamento do programa no terreno, acessos e circulação.....	111
Figura 86 – Croquis estudos de implantação da primeira etapa.....	111
Figura 87 – Definição da implantação da primeira etapa.....	112
Figura 88 – Planta de Implantação do Estudo Preliminar. Sem escala.....	113
Figura 89 – Plantas primeiro pavimento do Estudo Preliminar. Sem escala.....	114
Figura 90 – Perspectiva geral do Estudo Preliminar.....	114
Figura 91 – Croquis de estudo do Anteprojeto.....	116
Figura 92 – Diagrama de estudo de relações diretas e indiretas entre os espaços - Anteprojeto.....	118
Figura 93 – Planta de Implantação final. Sem escala.....	119
Figura 94 – Planta de Locação. Sem escala.....	120
Figura 95 – Perspectivas gerais.....	120
Figura 96 – Principais fluxos. Sem escala.....	121
Figura 97 – Perspectiva pela Rua Crisantino e Rua Toninho Rabelo.....	121
Figura 98 – Perspectiva pela Rua Aparecida Bpo.....	122
Figura 99 – Perspectiva pela Rua Crisantino e Rua D.....	122
Figura 100 – Perspectiva pela esquina.....	122
Figura 101 – Perspectiva pela Rua Eurico Leite Fonseca.....	123
Figura 102 – Perspectivas pela Rua D.....	123
Figura 103 – Distribuição dos setores no projeto.....	124

Figura 104 – Canteiro com laboratório ao lado esquerdo e depósito ao lado direito.....	125
Figura 105 – Vista para depósito e canteiro.....	125
Figura 106 – Sala de assessorias técnicas.....	126
Figura 107 – Área central coberta - setor técnico/formativo.....	127
Figura 108 – Vista do setor técnico em direção ao restante do projeto e ao depósito e canteiro, respectivamente.....	127
Figura 109 – Perspectiva de uma das entradas no setor técnico.....	127
Figura 110 – Setor cultural e setor administrativo e integração deles com o deck, respectivamente.....	128
Figura 111 – Salas de costura.....	128
Figura 112 – Cozinha comunitária.....	129
Figura 113 – Área de convivência interna da cozinha.....	130
Figura 114 – Área de convivência externa da cozinha.....	130
Figura 115 – Arquibancada com escada incorporada e plataforma de acessibilidade.....	131
Figura 116 – Mirante.....	131
Figura 117 – Terreno do projeto em amarelo, com campo de futebol de uso principal, e campo de futebol secundário em laranja.....	132
Figura 118 – Campos society propostos e edifícios de banheiros/vestiários próximo ao campo maior.....	133
Figura 119 – Banheiros/Vestiários.....	133
Figura 120 – Cortes 1 e 4 - relação entre os edifícios e a inclinação suave do terreno.....	133
Figura 121 – Estrutura metálica - setores administrativo, cultural e técnico/formativo.....	134
Figura 122 – Estrutura em cerâmica armada, estrutura metálica para fixação do bambu e estrutura mista da cerâmica armada e concreto.....	135
Figura 123 – Corte 3 - estrutura metálica. Sem escala.....	135
Figura 124 – Corte 5 - estrutura de cerâmica armada à esquerda e metálica à direita. Sem escala.....	136
Figura 125 – Depósito, com altura maior em relação às outras construções.....	137
Figura 126 – Paredes dos vestiários para artes da comunidade.....	137
Figura 127 – Parede do bloco de banheiros da esquina com marcas de mãos pintadas dos	

trabalhadores do projeto.....	138
Figura 128 – Bloco cerâmico exposto, esquadrias coloridas e cobogós.....	139
Figura 129 – Tijolinhos (tijolo maciço), esquadrias coloridas, bambu e cobogós.....	139
Figura 130 – Sistema combinando janela guilhotina, venezianas e bambu. Janela-banco.....	140
Figura 131 – Detalhamento janela-banco. Sem escala.....	141
Figura 132 – Ventilação cruzada e efeito chaminé. Sem escala.....	142
Figura 133 – Planta de Paisagismo. Sem escala.....	142
Figura 134 – Perspectivas a partir dos caminhos existentes na vegetação adjacente ao terreno.....	144
Figura 135 – Espécies e pisos utilizados.....	145
Figura 136 – Pomar.....	146
Figura 137 – Deck e playground ao lado.....	147
Figura 138 – Deck.....	147
Figura 139 – Academia ao ar livre.....	148
Figura 140 – Banco-arquibancada.....	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população rural e urbana de Montes Claros (1950 a 2022).....	44
Tabela 2 – Resultados da Entrevista 1.....	71
Tabela 3 – Resultados da Entrevista 2.....	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 A AUTOCONSTRUÇÃO.....	16
2.1 Conceituação.....	16
2.2 Panorama histórico da autoconstrução no Brasil.....	17
2.3 Características da prática.....	21
3 O ARQUITETO NO CENÁRIO DA AUTOCONSTRUÇÃO.....	26
4 MONTES CLAROS E O BAIRRO SÃO GERALDO II.....	39
4.1 Panorama histórico da cidade, expansão urbana e autoconstrução.....	39
4.2 Bairro São Geraldo II.....	47
4.2.1 História e características.....	47
4.2.2 A prática da autoconstrução no bairro.....	61
5 PROPOSTA DE CENTRO COMUNITÁRIO E ASSESSORIA TÉCNICA ITINERANTE.....	76
5.1 Justificativa.....	76
5.2 Escolha do terreno.....	79
5.3 Referências projetuais.....	84
5.3.1 Centro de Oportunidade para Mulheres.....	84
5.3.2 Escola Primária em Gando.....	89
5.3.3 Centro Comunitário Kamwokya.....	93
5.3.4 Moradia estudantil Unicamp.....	96
5.3.5 SESC Pompeia - Oficinas de Criatividade.....	101
5.3.6 Redes da Maré, Peabiru TCA e Usina CTAH.....	104
5.4 Proposta Projetual.....	110
5.4.1 Programa base.....	110
5.4.2 Estudo Preliminar.....	112
5.4.3 Anteprojeto.....	116
5.4.3.1 Programa.....	118
5.4.3.2 Implantação e acessos.....	120

5.4.3.3 Estrutura.....	135
5.4.3.4 Volumetria, materialidade e estratégias de conforto ambiental.....	138
5.4.3.5 Paisagismo.....	144
6 CONCLUSÃO.....	151
7 REFERÊNCIAS.....	152

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a autoconstrução é uma prática presente e recorrente em diversas regiões do mundo, especialmente em cidades da África, Ásia e América Latina, nas quais a rápida urbanização tem impulsionado a expansão de assentamentos informais que abrigam centenas de milhões de pessoas (ONU-Habitat, 2020). No Brasil, essa prática se manifesta há muito tempo, permanecendo até os dias atuais e se constituindo como uma das principais, e às vezes única, formas de acesso à moradia para boa parte da população.

Entre os fatores que explicam essa situação destacam-se a ausência de políticas públicas eficazes, a urgência das necessidades habitacionais e a precariedade do atendimento institucional. Nesse cenário, muitas famílias encontram na autoconstrução – seja de forma individual, seja com contratação de mão de obra informal ou em mutirões com parentes e vizinhos – a única maneira de suprir suas demandas. Todavia, diante do reduzido acesso a recursos, serviços e equipamentos, muitas vezes as construções ocorrem de forma precária, apresentando vários desafios e dificuldades que em vários casos poderiam ser melhorados com o auxílio de profissionais especializados na área da construção, como arquitetos e urbanistas. Contudo, apesar da relevância social e cultural da autoconstrução, observa-se que tais profissionais permanecem distantes desse contexto, sendo sua atuação nesse campo extremamente baixa – reflexo de uma formação e prática profissional que têm se voltado predominantemente para o projeto, muitas vezes esquecendo a complexidade da vida cotidiana e o verdadeiro significado de habitar.

Nessa perspectiva, nos casos de autoconstrução de baixa renda, essa lacuna revela um enorme potencial não apenas de intervenção social, mas também de aprendizado mútuo. A presença do arquiteto poderia gerar impactos diretos na qualidade de vida das pessoas, oferecendo soluções técnicas adaptadas às necessidades locais, ao mesmo tempo em que possibilitaria aos profissionais compreender melhor a realidade da habitação e da prática construtiva cotidiana. Mais do que atuar de forma assistencial, seria uma oportunidade de promover uma interação horizontal, em que o saber técnico e o conhecimento empírico se encontrariam, resultando em troca de experiências e fortalecimento do protagonismo dos moradores.

Dessa forma, é a partir dessa inquietação – constatando que o campo de atuação do arquiteto no contexto da autoconstrução é pouco explorado – que surge o tema deste trabalho. A reflexão busca compreender como superar o distanciamento histórico entre profissionais e comunidades, propondo estratégias de intervenção que ampliem o papel social da arquitetura

e promovam uma atuação participativa e transformadora. Assim, a proposta visa criar mecanismos de aproximação, nos quais arquitetos e moradores possam interagir de forma construtiva e horizontal, contribuindo para uma sociedade mais justa e para uma prática profissional mais conectada à realidade concreta do habitar.

Para isso, o trabalho traz como proposta um programa de assessoria técnica itinerante, associado à criação de centros comunitários em diferentes áreas da cidade de Montes Claros, em Minas Gerais, cidade esta que, assim como outras cidades médias brasileiras, apresenta fortes desigualdades socioespaciais e situações de moradia precárias presentes em diversas regiões. Nesse sentido, esses centros, além de oferecerem suporte técnico às famílias, funcionariam como espaços de encontro, formação e acesso a equipamentos que geralmente se manifestam ausentes nos territórios de autoconstrução, sendo uma oportunidade não apenas de troca de saberes, mas de melhoria concreta dos desafios e fortalecimento comunitário.

2 A AUTOCONSTRUÇÃO

2.1 Conceituação

Para melhor entendimento da temática, é importante, primeiramente, compreender alguns conceitos que envolvem a autoconstrução, haja vista a existência de alguns aspectos que diferenciam os processos de concepção, gestão e da construção em si da edificação. Nesse sentido, a autoconstrução pode ser definida, conforme citação de Morado Nascimento (2016b, apud LINHARES, 2018, p. 23), como:

“A provisão de moradia onde a família, de posse de um lote urbano, obtido no mercado formal ou informal, decide e constrói por conta própria sua casa, utilizando seus próprios recursos e, em vários casos, mão-de-obra familiar, de amigos ou contratada [...] sem a interferência ou a participação daqueles que detêm o conhecimento codificado (seja de qualquer natureza).”

Esse conhecimento codificado ao qual a autora se refere consiste no saber técnico e formalizado, proveniente de instituições acadêmicas, técnicas ou científicas, e não no saber obtido pelo trabalhador por meio da prática cotidiana e atuante no mercado informal, que é o caso da mão de obra contratada também citada pela autora. Ainda nessa perspectiva, Maricato (1979) também define a autoconstrução como processo de construção da residência, própria ou não, seja somente pelos seus moradores, seja por esses auxiliados por parentes, amigos, vizinhos e/ou ainda por algum profissional remunerado não formado de modo técnico. Vale destacar também a conceituação da autoconstrução não somente como algo voltado apenas à provisão de moradia, mas também a de outros elementos como equipamentos coletivos e espaços de uso comum (SILVA, 2013 apud SANTOS, 2015).

A partir desse entendimento, os conceitos de autoprodução, ajuda-mútua e autogestão dialogam e se relacionam com a autoconstrução, apresentando diferenças quanto ao processo. Nesse sentido, a autoprodução de moradias, segundo Kapp, Nogueira e Santos (2009, apud SOUZA, 2017), caracteriza-se como o processo no qual os indivíduos tomam as decisões e realizam a gestão da obra e dos recursos, sem necessariamente participar da construção em si do edifício, podendo contratar outras pessoas para isso. Nesse cenário, segundo as autoras, a construção é feita exclusivamente para o uso e não para o lucro. A ajuda-mútua, por sua vez, também chamada de mutirão, consiste no processo no qual as decisões também são tomadas pelos moradores, mas a construção da moradia é feita de maneira coletiva, contando com

parentes, vizinhos e amigos (SOUZA, 2017). Por fim, a autogestão se refere, de acordo com Bastos e Kapp (2006, apud SOUZA, 2017), ao sistema em que os moradores se organizam em cooperativas ou associações, assumindo a gestão dos recursos e do processo de produção de empreendimentos habitacionais, podendo contar com o apoio de órgãos públicos e com a assessoria de técnicos contratados pelas próprias associações.

No presente trabalho, será utilizado o termo autoconstrução compreendendo-o como o processo em que os moradores decidem sobre o projeto e construção da edificação – seja de moradia, seja de outros espaços comuns e equipamentos coletivos –, utilizando mão de obra constituída por eles mesmos e/ou por parentes, amigos ou trabalhadores contratados, em sintonia com o apresentado por Nascimento (2016b), Maricato (1979) e Silva (2013).

2.2 Panorama histórico da autoconstrução no Brasil

Visando uma melhor assimilação do tema, uma breve contextualização sobre a prática da autoconstrução no território brasileiro faz-se essencial.

Nesse sentido, sabe-se que os territórios da América Latina foram marcados historicamente pela colonização por parte dos países europeus, colonização essa caracterizada por imposições de formas de controle e divisões hierárquicas e que moldou inúmeras características socioeconômicas nas diversas localidades dessa região, além de estabelecer traços que ainda hoje se perpetuam na conjuntura latino-americana. Isso pode ser percebido na organização das cidades pela forma como a colonização se deu, em seus primeiros momentos, com a imposição de quadrículas, torres, fortalezas e outros símbolos no controle das cidades e dos habitantes, bem como na sua organização (NAME, 2021, apud BARRETO, 2024). Desse modo, a elite se apropriava dessas áreas planejadas enquanto a população de baixa renda, marginalizada, alocava-se no campo, passando a ocupar, a partir de meados do Século XX pela migração para as cidades, as áreas periféricas da malha urbana, principalmente as áreas esquecidas pelo Estado e pelo mercado imobiliário ainda incipiente, constituindo-se em bairros autoconstruídos (MARICATO, 1979; KOWARICK, 2009, apud BARRETO, 2024).

No Brasil, um marco importante para configuração do espaço urbano foi a denominada Lei de Terras, promulgada em 1850, vigorando até 1964, a qual se caracterizou como primeira iniciativa para organização da propriedade privada no país e definiu a compra como única forma de acesso à terra, abolindo o sistema de concessões e o regime de sesmarias. Em decorrência disso, os trabalhadores livres e pobres ficaram impossibilitados de acessar a terra

de forma regular, vendo-se obrigados a procurar soluções à margem da legalidade para ter acesso à terra e à moradia (MARICATO, 2011, apud SOUZA, 2017).

Ainda sob essa perspectiva, no final do século XIX e início do século XX, os primeiros sinais de industrialização começaram a ser vivenciados no país, ainda que de modo limitado e concentrado em regiões como o Sudeste. Esse processo, associado ao crescimento urbano e à migração dos trabalhadores rurais para a área urbana, gerou uma crise habitacional nas principais cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse cenário, a provisão de moradias foi direcionada, inicialmente, à iniciativa privada, com a construção das vilas operárias, visando abrigar os funcionários do setor industrial, e as casas de aluguel, as quais rapidamente não resistiram às demandas. Vale ressaltar também, nesse contexto, os cortiços, habitações populares com equipamentos de serviços coletivos e marcados pelo alto adensamento populacional. Naquele momento, a produção rentista habitacional se configurava como atividade lucrativa – aproximadamente 70% das moradias em São Paulo, por exemplo, eram alugadas até a década de 1940 – e era forte a difusão do aluguel na economia urbana, sendo seus preços os formadores da base de cálculo para venda de edificações.

Após 1930, com o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial e fim da hegemonia agrário-exportadora, o processo de industrialização se intensificou e se espalhou para mais áreas do país. Assim, houve um aumento expressivo da migração de trabalhadores rurais para as cidades, formando uma massa superexplorada que, com uma urbanização intensificada, reorganizou-se nas cidades, marcando também a migração da área de acumulação primitiva do campo para os locais populares autoconstruídos nos quais os trabalhadores migrantes se estabeleceram e onde relações econômicas informais foram perpetuadas (OLIVEIRA, 2003, apud BARRETO, 2024). Em uma realidade de baixos salários e superexploração, a autoconstrução tornou-se, em muitos casos, a única saída para a provisão de moradias das populações mais pobres.

A partir dos anos 1940, em decorrência da Lei do Inquilinato, de 1942, a qual congelou o preço dos aluguéis, o investimento na moradia de aluguel supracitado começou a ser desestimulado e desinteressante para os investidores privados. Assim sendo, o Estado e os próprios trabalhadores receberam a responsabilidade maior pela construção das moradias e, por consequência, o acesso a essas foi se expandindo por formas alternativas, em especial pela autoconstrução nos assentamentos informais.

Cabe ressaltar que ao longo do século XX existiram ações governamentais brasileiras para a construção de moradias, a exemplo da Fundação da Casa Popular (FCP), das obras

financiadas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), o qual teve sua criação durante a Ditadura Militar. No entanto, essas iniciativas, juntamente com seus recursos, muitas vezes se direcionaram para a classe média ou alta, configurando-se mais para a acumulação de capital do que para a superação da crise habitacional.

“ (...) [o BNH] surgiu. Oportunamente, permite sugerir generosas intenções e, ao mesmo tempo, afastar as manchas de denúncia das favelas. Afastar, não apagar. (...) Mas, deixemos as intenções. Importa aqui o fato do BNH criar, com os recursos extraídos do operariado pelo Fundo de Garantia de Tempo do Serviço, um imenso mercado novo e relativamente artificial de classe média-média.” (FERRO, 1969, p. 31)

Na década de 1970, por sua vez, houve o início de algumas experiências pontuais – impulsionadas por movimentos de moradia, associações comunitárias, profissionais da construção civil e outros setores da sociedade – que adotavam um olhar reformista, voltado a reconhecer e apoiar a autoconstrução. Surgiram então iniciativas de financiamento de lotes e de materiais de construção para a população de baixa renda, bem como experiências de assessoria técnica para o projeto da moradia, desenvolvidas por profissionais da área.

Ainda nessa análise, na década de 1980, com a extinção do BNH, ocorrida em 1986, houve uma lacuna na política habitacional. Porém, várias experiências de produção de moradias com maior participação da população aconteceram, por meio, por exemplo, de mutirões autogeridos – que serão melhor abordados posteriormente – e investimentos em urbanização, revitalização, entre outras melhorias em favelas. Conforme Santos (1999, apud SOUZA, 2017), a década seguinte foi marcada majoritariamente por financiamentos, com abertura evidenciada para ação do mercado na esfera habitacional, e com o Estado assumindo a posição de facilitador das operações.

Nos anos que se seguiram, marcos importantes aconteceram no cenário da política de produção habitacional como tentativa do Estado de garantir moradias à população. Nesse sentido, em 2008, a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) foi instituída, por meio da Lei nº 11.888/2008, visando garantir acesso gratuito a profissionais como arquitetos e engenheiros para grupos familiares com renda de até três salários mínimos, com apoio no processo de construção, reforma ou regularização das moradias. A proposta envolvia a busca por um processo participativo e dialógico, em que o morador e o profissional construiriam juntos as soluções, não com imposições, mas com trocas de conhecimentos.

Entretanto, desde sua criação até o contexto atual, a ATHIS enfrentou obstáculos para sua consolidação, com efetivação frágil em decorrência de questões como a escassez de financiamento público, falta de políticas estruturadas nos municípios e formação acadêmica dos profissionais da construção civil distante da realidade periférica, como será abordado posteriormente neste trabalho.

Além disso, em 2009, houve a criação do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), o qual representou uma das maiores iniciativas federais de produção habitacional no Brasil. O programa visou a produção de unidades habitacionais para população de baixa e média renda pela contratação, em geral, de grandes construtoras por meio de parcerias com o setor privado do mercado. No entanto, isso acabou resultando – em decorrência da influência e das pressões desse setor – em ações e políticas governamentais que, com o modo de provisão em grandes conjuntos habitacionais com edificações padronizadas, baixa qualidade construtiva e afastadas dos serviços e centros urbanos, mostraram-se incapazes de abarcar grande parte da população e atender a demanda de moradia (BONDUKI, 2013, apud BARRETO, 2024).

No mesmo ano, visando uma alternativa com maior participação popular e adaptação projetual às realidades locais, foi lançado o MCMV Entidades, caracterizado como modalidade do programa voltado para associações, movimentos sociais organizados e cooperativas, possibilitando a produção habitacional pela autogestão, com apoio técnico de profissionais como arquitetos e engenheiros. Todavia, apesar do potencial de engajamento comunitário, o programa enfrentou desafios administrativos, como lidar com exigências burocráticas, manter a gestão coletiva eficiente e organizar recursos. Também em 2009, foi criado o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), visando atender as famílias de baixa renda do meio rural, envolvendo tanto a construção como reformas ou ampliações, além de buscar o incentivo à participação da comunidade nas obras junto aos profissionais contratados. No entanto, o programa também apresentou desafios como dificuldades de assistência técnica em regiões isoladas, lentidão nos repasses e limitações no que tange à adaptação dos projetos às realidades locais.

Vale salientar ainda que, em 2020, o programa Casa Verde e Amarela foi criado, visando substituir o MCMV e trazendo algumas mudanças. Contudo, em 2023 o programa foi novamente substituído pelo MCMV, mantendo algumas das alterações realizadas.

Mesmo com a existência de tais programas, representando diferentes estratégias do Estado na questão habitacional – ora priorizando o mercado, ora tentando valorizar a participação popular –, o desafio de garantir moradias dignas, com qualidade e boa

localização persevera. Assim, a autoconstrução ainda permanece amplamente presente como tentativa de solucionar a provisão habitacional, em razão do alcance limitado dos programas, que não conseguem atender toda a demanda, em especial das camadas mais pobres; do déficit habitacional histórico brasileiro; do custo elevado de moradias formais; e da cultura da autoconstrução, havendo em alguns lugares a tradição de autoconstruir.

Trazendo a análise para cenários mais recentes, dados mostram que cerca de 80% da população brasileira reside em condições de ilegalidade no que diz respeito ao acesso ao solo urbano e à própria moradia (TIBO, 2011, apud LINHARES, 2018). Assim, grande parte das áreas urbanas, sejam elas formalmente reconhecidas ou não, ainda hoje permanece fora da regulamentação estatal e distante da atuação de profissionais da construção civil. Isso evidencia que a autoconstrução representa uma prática amplamente disseminada nas cidades brasileiras, atravessando diferentes classes de renda.

Ainda nessa perspectiva, uma pesquisa realizada no ano de 2022 pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR), em parceria ao Instituto Datafolha, apresentou dados acerca da participação dos arquitetos e urbanistas e/ou engenheiros nas construções e/ou reformas no território brasileiro. Os resultados apontaram que 50% da população brasileira já realizou obras de construção ou reforma e, dessa porcentagem, 82% o fizeram sem contar com serviços de arquitetura e/ou engenharia – caracterizando, assim, uma prática de autoconstrução. Vale destacar também que a pesquisa abrangeu uma amostra ampla de perfis socioeconômicos, evidenciando, como dito anteriormente, que embora mais recorrente entre a população de baixa renda, a prática da autoconstrução também se manifesta em outros grupos sociais. Isso ocorre por motivos diversos, como o objetivo de evitar burocracia, reduzir custos ou ainda buscar flexibilidade no projeto. Assim, longe de ser uma exceção, a autoconstrução configura a forma predominante de produção do espaço urbano (LINHARES, 2018).

2.3 Características da prática

Após compreender o contexto histórico e atual da autoconstrução no Brasil, cabe agora uma análise mais profunda acerca dessa prática, entendendo suas características, aspectos e desafios, principalmente em se tratar da autoconstrução praticada pela população de baixa renda. Assim, a partir do que foi analisado até aqui, é possível perceber as diversas realidades e motivos que fazem da autoconstrução algo que se manifesta fortemente no território brasileiro. Por consequências históricas e que ainda hoje se perpetuam – diante da realidade de uma sociedade marcada por pressões econômicas, desigualdades sociais e incompleta

atuação dos poderes para garantia dos direitos básicos dos indivíduos – a busca por uma vida digna acaba se tornando, muitas vezes, responsabilidade individual, e a prática da autoconstrução se apresenta como resposta a essa luta por moradia e pelo espaço.

Também em decorrência do processo histórico e do modo como a formação das cidades aconteceu, como abordado anteriormente, muitas características da autoconstrução foram moldadas. Um exemplo disso é em relação à localização: a autoconstrução se deu e ainda é, principalmente, concentrada nas favelas e encontrada também em outras áreas excluídas da lógica dominante da indústria da construção civil, em áreas que não asseguram rentabilidade aos investidores e que, consequentemente, não recebem investimentos nem ações voltadas à implantação de serviços, equipamentos e infraestrutura urbana, resultando em espaços com baixa qualidade de vida, riscos e falta de acesso a serviços básicos como saneamento, pavimentação, coleta de lixo, entre outros. Isso também se relaciona ao fato de que, infelizmente, as condições de acesso desiguais existentes e o poder de aquisição do indivíduo acabam determinando sua alocação no espaço urbano (LINHARES, 2018).

Outro ponto a se destacar sobre a autoconstrução é que essa se dá conforme contexto, agentes e motivações diversos, sendo as moradias e outras construções criadas por essa prática elementos que surgem diante das necessidades e urgência dos moradores e que se transformam com base nas demandas e realidades desses ao longo do tempo. Além disso, a vivência do morador, sua história e forma como toma suas decisões influenciam sua prática de pensar a moradia, de construí-la e habitá-la (LINHARES, 2018). Nesse processo, é comum que o canteiro de obras se torne um espaço de experimentações, no qual técnicas, soluções e arranjos construtivos são testados e ajustados conforme as condições, saberes e possibilidades do autoconstrutor.

Cabe salientar também que a autoconstrução é algo que se manifesta mais por necessidade das pessoas diante dos desafios que possuem, principalmente relacionados à renda, do que por opção (KAPP, 2008).

“[...] as moradias não são dessa ou daquela maneira por se tratar do que há de mais confortável, belo, imaginativo, prático, significativo ou fácil para seus habitantes, mas principalmente porque cabem a certo modo de produção e reprodução da sociedade, com seu regime de propriedade, suas relações de trabalho, seu ideário e seus mecanismos de aquiescência e controle.” (KAPP; BALTAZAR; VELLOSO in: KAPP, 2016, p. 204)

A partir de Morado Nascimento, Tibo e Linhares (2018) a autoconstrução pode ser decomposta em sete linhas de análise, sendo elas: renda e recursos financeiros, território, tempo, agentes, práticas construtivas, autonomia e cultura – sendo aspectos que podem relacionar entre si e se recombinar. A fim de uma melhor compreensão acerca das características da autoconstrução, tais linhas de análise serão aqui abordadas.

Nesse sentido, conforme discutido pelos autores, a renda e os recursos financeiros disponíveis para o investimento na moradia determinam a amplitude das escolhas do autoconstrutor e afetam a precisão das decisões sobre materiais, técnicas de construção e utilização de mão de obra. O território, por sua vez, apresenta-se no sentido de que, nos casos da autoconstrução realizada pela população de baixa renda, essa prática acaba se diferenciando conforme seu local de produção: nos loteamentos periféricos, favelas ou ocupações urbanas, com particularidades no modo de ocupar o espaço de acordo com a urgência, na maneira que se dá a posse sobre a terra e na forma de produzir a moradia ao longo do tempo.

Nos loteamentos periféricos, a compra do lote pode ocorrer de forma legal ou ilegal e a obra se desenvolve pela obtenção de materiais ao longo do tempo, sendo o tempo de construção maior, haja vista que essa ocupação geralmente não se dá pela necessidade urgente de moradia. Além disso, as decisões dependem da observação e aprendizado com amigos e da proximidade com depósitos de materiais de construção, e as patologias construtivas são mínimas ou até inexistentes. Nas vilas e favelas, as características das moradias autoconstruídas permanecem, mas a ocupação dos terrenos ocorre de forma espontânea, em áreas centrais esquecidas pelo mercado mas próximas dos locais de trabalho. Nesses casos, as construções seguem de forma autônoma e coletiva, com reivindicações frequentes por melhorias, embora as ações urbanísticas estatais sejam muitas vezes inadequadas. As ocupações urbanas, por sua vez, resultam de ações coletivas em terrenos vazios e conflituosos e a dinâmica de acesso ao solo urbano e da autoconstrução é referenciada pela sobrevivência imediata dos moradores. Ademais, as patologias construtivas são explícitas em razão da urgência da ocupação e a permanência no local depende da luta política dos moradores por reconhecimento e habitação digna.

Outro fator de decomposição da prática da autoconstrução descrito pelos autores é o tempo, visto que o tempo necessário para a construção depende da disponibilidade financeira para compra dos materiais e contratação de mão de obra, quando acontece. Além disso, também há a distinção do tempo da autoconstrução com os tempos do planejamento da Engenharia, Arquitetura, Estado, entre outros setores.

Em se tratar dos agentes, a renda disponível determina a possibilidade de contratação de técnicos e, por consequência, o tipo de mão de obra, distinguindo-se quando realizada por mão de obra especializada ou pelos próprios moradores, amigos e família. Quando o agente atuante é o especialista, externo à vivência e ao morar daquele contexto, o resultado acaba se diferenciando daquele executado pelos moradores, os quais costumam aplicar os conhecimentos e técnicas adquiridos em seu contexto e história.

A cultura – compreendida como “conjunto dos artefatos construídos pelos sujeitos em sociedade (palavras, conceitos, técnicas, regras, linguagens) pelos quais dão sentido, produzem e reproduzem sua vida material e simbólica.” (MARTELETO, 1995, apud LINHARES, 2018, p. 27) – também influencia as escolhas das técnicas utilizadas e de como o espaço se constrói, visto que são questões inseridas em um contexto sócio-histórico e cultural específico que distinguem os padrões sociais e definem questões identitárias. (LINHARES, 2018).

Por fim, a autonomia do autoconstrutor de decidir também caracteriza e influencia a diferenciação das práticas da autoconstrução e está ligada à possibilidade de tomada de decisão, tanto na construção, no pensar e no fazer, como também nas suas relações com o espaço urbano e a sociedade. Ou seja, a autoconstrução não se restringe apenas à materialidade física da edificação, mas deve ser vista como uma prática do processo de morar.

Essas linhas de análise permitem perceber como a autoconstrução pode se dar de modos diversos, conforme as diferentes realidades e contextos específicos vividos pelos moradores, não sendo algo estático e sim continuamente dinâmico. Isso mostra ainda determinados aspectos interessantes que envolvem a prática, tais como flexibilidade, adaptação às necessidades reais, compartilhamento dos saberes populares, solidariedade e uso criativo de recursos.

Segundo John Turner, o processo de construção de uma casa em si mesmo já é um veículo de mudança social (TURNER, 1968, apud KAPP; BALTAZAR; VELLOSO, 2016). Assim, além dos aspectos interessantes citados, existem chances e possibilidades reais das comunidades se desenvolverem quando seus membros têm oportunidade de intervir no espaço conforme suas necessidades e desejos, além da troca que ocorre entre tais indivíduos, fortalecendo o senso de pertencimento e comunidade.

Outra questão relevante acerca da autoconstrução é que ela pode apresentar reuso e reaproveitamento de materiais, contribuindo, em determinados casos, para a redução de resíduos da construção civil passíveis de reutilização, podendo corroborar no quesito ambiental. É importante apontar que também é comum o uso de itens adquiridos em

promoções, trocas de favores, ajuda por relações de amizade, familiares e de solidariedade, entre outros. Ademais, no processo de aquisição de materiais no contexto da autoconstrução, várias restrições orientam a escolha, seja o preço reduzido, a possibilidade de comprar de forma parcelada, a necessidade muitas vezes de o material não requerer mais do que uma pessoa para manipular e de não poder exigir técnicas especiais para seu emprego (FERRO, 1969).

Além disso, apesar dos aspectos positivos evidenciados anteriormente, existe uma parte negativa muitas vezes associada à autoconstrução, envolvendo precariedade de vida; dificuldade ou até impossibilidade de acesso aos serviços urbanos; insalubridade pela falta de saneamento adequada; reduzidas oportunidades; qualidade da habitação muitas vezes comprometida pelas limitações econômicas das famílias; além de posse e construção inseguras (LINHARES, 2018). Somado a isso, existe o preconceito enraizado na sociedade em relação à autoconstrução, principalmente quando realizada pela população mais pobre. Tal preconceito decorre da associação entre pobreza e informalidade; da desvalorização das construções populares por muitos que as consideram fora do padrão estético; da deslegitimação dos saberes locais; bem como da estigmatização dos territórios onde essas práticas ocorrem. Problemas de infiltração, ventilação e iluminação; uso inadequado de materiais; dificuldade de aproveitamento do espaço; além de questões como as construções muitas vezes permanecerem sem acabamento – em razão das condições econômicas e do fato de grande parte dessas edificações se desenvolverem de forma incremental ao longo do tempo – também se manifestam.

Muitos desses desafios poderiam ser solucionados, por exemplo, a partir de uma participação mais constante de profissionais como arquitetos e urbanistas nesses cenários, o que contribuiria tanto para uma maior qualidade de vida das famílias – com projetos pensados para melhor atender suas necessidades, respeitando também a autonomia das decisões dos moradores – como também para uma possível redução do preconceito supracitado, além de um compartilhamento de saberes entre profissionais e autoconstrutores. Diante disso, tal temática será abordada no presente trabalho, visando entender os motivos pelos quais arquitetos e urbanistas não atuam muito no campo da autoconstrução e formas possíveis de haver essa interação.

3 O ARQUITETO NO CENÁRIO DA AUTOCONSTRUÇÃO

Segundo Silke Kapp (2008, p.223), a autoconstrução pode ser chamada de ‘outra produção arquitetônica’, ‘outra’ porque ela se encontra à margem das instituições vigentes da sociedade – sejam jurídicas, técnicas ou econômicas –, mesmo sendo imprescindível para essa, e ‘produção arquitetônica’ mostrando a compreensão da autora acerca da arquitetura como toda e qualquer intervenção do trabalho humano no espaço, seja esse projetado ou não, extraordinário ou não. Essa compreensão contraria muitos teóricos da arquitetura que buscam reservar o termo a construções especiais (KAPP, 2008) e traz à tona a importância do entendimento de que a autoconstrução também é arquitetura, entendimento esse que muitas vezes não ocorre. Um exemplo disso se dá na baixa atuação de arquitetos e urbanistas no cenário da autoconstrução e que remonta ao afastamento do profissional do canteiro de obras.

Desde o Renascimento, período em que os arquitetos deixaram de se envolver de modo efetivo com o material, passando à função exclusiva de desenhar projetos e deixando as outras atividades apenas aos trabalhadores no canteiro, a divisão entre trabalho intelectual e manual se instalou na arquitetura (KAPP, 2008). Assim, houve um distanciamento em relação ao espaço construído e os arquitetos passaram a manter seu foco e dedicação, majoritariamente, nos desenhos técnicos, na imaginação e, posteriormente, nos softwares, perdendo aos poucos os desafios e resistências às suas intenções, projetando muitas vezes belas construções, mas esquecendo do canteiro, da execução, das experimentações, dos problemas e do construtor.

Isso resultou não só na separação dos tipos de trabalho e consequente distanciamento dos arquitetos em relação aos outros trabalhadores, mas também eliminou muitas das características que faziam da arquitetura uma arte por inteiro. Segundo Theodor Adorno, “o sujeito artístico pratica métodos cujo resultado objetivo não pode prever” (ADORNO, 1990, apud KAPP, 2008, p.225). Assim, o processo de concepção da arte envolveria o colocar a técnica a serviço de uma determinada atividade, experienciando e gerando resultados distintos, e não impondo ao material características previamente definidas pela técnica, o que eliminaria a espontaneidade. Enquanto antes a arquitetura possuía tal espontaneidade, após o Renascimento isso foi deixado de lado em vários contextos e o projeto passou a predefinir o resultado do canteiro (KAPP, 2008). Somado a isso, com o afastamento do canteiro e foco do arquiteto apenas no projeto, uma codificação desse passou a existir, com desenhos cada vez mais técnicos e específicos, gerando dificuldades de entendimento por parte das outras pessoas não formadas na área.

Dessa forma, o profissional, junto ao seu projeto que definia de antemão o resultado do canteiro, passou a deter, e ainda hoje detém consigo, o domínio dos meios técnicos mais “avançados”, tirando das pessoas do próprio canteiro o conhecimento que lhes possibilitaria tomar decisões sobre o que fazem. Como afirmado por Ferro (2006), a produção convencional arquitetônica se revela como manufatureira, depende da habilidade dos trabalhadores manuais, mas os coloca sob seu domínio totalizador, eliminando a possibilidade de uma produção independente.

Entretanto, é importante destacar que, se de um lado houve esse processo de separação entre concepção e execução consolidado a partir do Renascimento, em diversas realidades populares e tradicionais permaneceu uma prática integrada de construção, no contexto da denominada arquitetura vernacular, por exemplo. Entre os atributos dessa forma de produção, tem-se justamente a sua permanência no tempo, a sua tradição, em que a forma arquitetônica de um determinado povo surge e se desenvolve como resultado de um processo histórico contínuo, desenvolvido muitas vezes até mesmo ao longo de séculos, apoiando-se em tradições construtivas e formas familiares consagradas pelas gerações anteriores. Nesse cenário, o profissional técnico da arquitetura não existe, visto que a arquitetura vernacular prescinde do projeto arquitetônico e do projetista, o arquiteto (TEIXEIRA, 2017). Dessa forma, o mesmo indivíduo que concebe a edificação é também aquele que a constrói, baseando-se em saberes empíricos e transmitidos coletivamente, com as necessidades funcionais da habitação sempre prevalecendo, ou seja, a habitação como abrigo, atendendo necessidades básicas de sobrevivência e preservação da vida humana. Nesse sentido, por mais que no processo haja uma certa intenção plástica, esta é secundária diante das outras funções básicas citadas.

Essa lógica integrada se aproxima da autoconstrução, na qual o morador atua simultaneamente como projetista e executor de sua própria moradia. Outrossim, como na arquitetura vernacular, a técnica usada na autoconstrução não é apenas aprendida, mas vivenciada, vista, absorvida pelas pessoas, como o joão-de-barro na construção de sua casa (FERRO, 1969; ARANTES, 2002). Assim, a técnica faz parte do conhecimento popular como que espontâneo, como prática simples e compatível com nenhuma especialização, além de que, muitas vezes, a urgência faz com que a inovação seja eliminada, haja vista o risco de custar tempo, além de não utilizarem equipamentos mais complexos (FERRO, 1969). Nessa perspectiva, o produto obtido é o abrigo puro e elementar, contando apenas com aquilo que é realmente indispensável, à semelhança da arquitetura vernacular.

Nesse sentido, enquanto a arquitetura vernacular e a autoconstrução preservaram uma relação direta entre concepção e execução, o fazer arquitetônico institucionalizado manteve-se, ao longo dos séculos, preso à divisão entre o trabalho intelectual e o manual. Essa cisão, consolidada historicamente, ainda hoje repercute na prática e na formação profissional do arquiteto, refletindo tanto em sua postura quanto nas dinâmicas de ensino e atuação.

Nessa perspectiva, muitos arquitetos são formados para atuar de forma a evidenciar sua posição social e poder, manifestando-se muitas vezes com indignação diante das mudanças e alterações propostas pelos clientes e pelos colegas da construção civil. Outro fato é a predominância de um ensino acadêmico focado em projetos que tendem mais para o distanciamento do canteiro e para a denominada arquitetura erudita do que para o cenário da autoconstrução. Ademais, percebe-se a reprodução, por parte de tais profissionais, da ideia do padrão como condição de superação da precariedade, atribuindo à sua intervenção de modelo único o certificado de qualidade, formalidade, alto rendimento e planejamento, buscando “impor sua própria visão de mundo sobre o morar alheio.” (LINHARES, 2018, p.54).

Diante dessa realidade de imposição e controle rígido sobre o projetar, somado às formas de representação técnica de difícil compreensão, à posição social vista como distante de muitas camadas sociais, além dos moldes tradicionais da atuação profissional da Arquitetura e do Urbanismo, não estendida à realidade da autoconstrução, muitos moradores optam por essa última prática, na qual passam a decidir sobre a obra, propondo ações baseadas em seu próprio contexto e saber empírico e agindo com maior liberdade nas suas decisões. Como afirmado por Linhares (2018, p.51), “(...) a cidade acontece com, sem e apesar dos arquitetos (...)”.

“E, não havendo espaço ou desejo por este controle, também não há campo para o arquiteto – o que reflete na recorrente prática da autoconstrução.”
(LINHARES, 2018, p.54).

De acordo com pesquisa realizada pelo CAU/BR junto ao Instituto DataFolha, de 2022, entre as razões apontadas para não contratação de profissionais especializados, a questão financeira apareceu como principal motivo, considerando os serviços muito caros (49%), fortalecendo a visão enraizada na sociedade de a arquitetura ser um “artigo de luxo” (MARICATO, 2000). O segundo maior motivo (48%) foi o dos entrevistados não sentirem necessidade de contratação desses profissionais, comprovando, juntamente com a questão financeira citada, a percepção da arquitetura como algo inacessível e alheio às realidades de boa parte dos indivíduos.



Figura 1 – Motivações apontadas pela população para a não contratação de arquitetos e urbanistas.

Fonte: Instituto Datafolha e CAU/BR, 2022.

A pesquisa também revelou, associada aos dados obtidos em 2015 pelos mesmos órgãos realizadores, que a maioria da população recorre principalmente a mestres de obras e pedreiros e que tal experiência foi ruim, com problemas relacionados a planejamento, mão de obra e material, havendo muitos casos com necessidade de retrabalho, além de gastos extras e cálculo errado de quantidade de materiais bem como de orçamento. A pesquisa também apontou que 73% da população considera um dia contratar serviços desses profissionais.

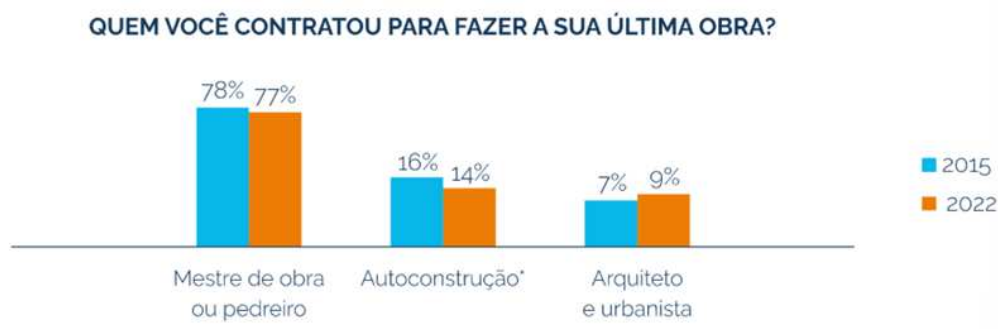


Figura 2 – Profissionais contratados para obras: comparação entre 2015 e 2022.

Fonte: Instituto Datafolha e CAU/BR, 2022.

Vale ressaltar que, na pesquisa, foi considerada como autoconstrução a atividade realizada apenas pelos moradores ou desses com auxílio de amigos e parentes, e não com mão de obra contratada, ainda que informalmente.



Figura 3 – Contratação de serviços de arquitetos e urbanistas: comparação entre 2015 e 2022.

Fonte: Instituto Datafolha e CAU/BR, 2022.

Tais dados mostram que apesar de a autoconstrução ser uma prática realizada por muitos, diversos desafios se manifestam, o que poderia ser mitigado a partir da participação e interação entre profissionais da construção civil, como arquitetos e urbanistas, e os autoconstrutores, haja vista também o desejo de grande parte da população de contratar tais profissionais. Essa interação, realizada de modo a respeitar a autonomia dos autoconstrutores e suas realidades e contextos específicos, poderia contribuir para ambas as partes. Segundo Morin (2005, apud LINHARES, 2018, p.16), "entende-se que o conhecimento é alcançado quando se enxerga que os indivíduos são dependentes dos saberes uns dos outros, de forma que estes precisam ser trocados e compartilhados para gerar novas informações."

Nesse sentido, entre as diversas dificuldades e desafios que se apresentam na autoconstrução – como a escassez de recursos, conhecimento técnico, obtenção de informações, regulação institucional e legal, além dos outros problemas citados anteriormente nesse trabalho –, a inserção do arquiteto em tal realidade, de forma interativa e não dominadora, apresenta-se como uma alternativa e possível solução para muitas dessas dificuldades. Assim, benefícios como a proposição de transformações das condições das moradias visando melhorias; a realização de orçamentos e uso de materiais de forma assertiva e com baixo custo; a orientação sobre aspectos legais e técnicos; além de soluções sustentáveis e planejamento visando otimizar implantação, conforto ambiental e circulação, valorizando também as soluções já praticadas pelas comunidades e suas decisões, poderiam ser promovidos. Ademais, tendo em vista que a maior parte das edificações realizadas pela autoconstrução permanecem inacabadas – sem revestimentos, acabamentos, entre outros

refinamentos –, o profissional poderia contribuir com a proposição de estratégias acessíveis de finalização progressiva, com soluções simples e também baseadas nos conhecimentos que as comunidades já possuem, seus recursos, condicionantes e tempo.

Nessa perspectiva, conforme Lúcio Costa (1930), construir é satisfazer uma necessidade prática, é ter o domínio da técnica e da execução – o que é necessário para erguer o edifício – enquanto arquitetar, para ele, vai além disso, sendo o ato de dar forma expressiva e consciente a essa construção. Assim, na interação proposta, o arquiteto contribuiria não simplesmente reproduzindo uma técnica da comunidade mas, com essa técnica, ser capaz de conseguir conferir a ela uma intenção plástica e conceitual, também a partir de um diálogo com a população local.

Além disso, essa interação configura-se como uma possibilidade de atuação do arquiteto de forma mais próxima ao canteiro, o que foi perdido com o tempo como abordado anteriormente, sendo uma chance de o profissional aprender tanto com os desafios que muitas vezes surgem na execução como com os saberes dos autoconstrutores. Soma-se a isso a possibilidade de aproximação do profissional em questão em relação a muitas camadas sociais das quais não costumam ter muito contato, principalmente no que tange à população de baixa renda, sendo também uma oportunidade de mitigação da ideia de a arquitetura ser algo distante e de luxo.

Vale destacar que, como a autoconstrução compreende diferentes contextos, motivações e agentes, é essencial que a atuação do arquiteto ocorra de forma condizente com cada caso específico, evidenciando a importância de o profissional técnico estar inserido no contexto cultural e social dos moradores, para melhor compreensão de como atuar e ajudá-los da melhor maneira, entendendo suas necessidades e vivências. Outro aspecto relevante é a necessidade de buscar não só a transformação do saber prático dos moradores e do saber científico dos arquitetos, mas também a promoção da autonomia (MORADO NASCIMENTO, 2010, apud LINHARES, 2018). Dessa maneira, a atuação deve ocorrer através da mediação e não da imposição. É importante destacar ainda a compreensão da autonomia não como ação isolada e independente, como muitas vezes é vista, mas sim no sentido dos indivíduos serem capazes de tomar decisões de acordo com suas possibilidades de escolha, conforme os conceitos de Morin (2005), o qual associa a vida autônoma a uma rede de dependências.

Desse modo, o arquiteto e urbanista agiria colaborando com informações desconhecidas mas úteis para o morador, por meio de assessoria técnica e linguagem compreensível, potencializando o processo de decisão dos moradores e ampliando as

possibilidades de escolha desses. O profissional e o morador seriam, juntos, os responsáveis pela gestão, e os moradores, associados ou não a parentes, amigos ou mão de obra contratada, responsáveis pela construção da edificação em si. No Brasil, existiram iniciativas que buscaram seguir essa lógica, a exemplo da experiência habitacional do Cajueiro Seco, em Pernambuco, entre 1963 e 1964, e dos mutirões autogeridos que surgiram em São Paulo a partir da década de 1980.

Em se tratar da experiência do Cajueiro Seco, essa foi realizada durante o governo Miguel Arraes entre os anos supracitados e interrompida pelo golpe militar. Conforme retratado por Diego Souza (2010), o projeto envolveu participação popular e aproximação entre o moderno e o vernacular na arquitetura, visando funcionar como comunidade modelo para o assentamento das pessoas provenientes do campo que ocupavam a franja da metrópole recifense, principalmente nos anos 1950 e 1960.

Nesse sentido, a experiência ocorre em um contexto marcado por uma série de fatores e debates políticos e culturais contemporâneos sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento nacionais, associado a um novo tipo de envolvimento dos arquitetos e intelectuais com a população, a partir da ótica da participação. Nesse cenário, tem-se, por exemplo, o Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRu), em 1963, no Rio e em São Paulo, com o engajamento dos arquitetos por meio do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) que, naquele momento e como nunca, participava de modo ativo das discussões acerca dos rumos da profissão e da questão habitacional.

Outro encontro importante nesse contexto foi o Congresso da União Internacional dos Arquitetos, em Havana, no mesmo ano, cuja participação de vários arquitetos pernambucanos evidenciava o interesse e inserção da arquitetura pernambucana nos debates e questões dos anos 1960. Na época, discutia-se também sobre reforma agrária e urbana e Recife apresentava uma das necessidades mais urgentes de tais reformas, visto que atraía consideráveis contingentes migratórios que inchavam a cidade, com 2/3 da população vivendo nos mocambos – assentamentos populares e precários formados por populações pobres nas periferias da cidade. Diante de tal realidade, o Serviço Social contra o Mocambo (SSCM), que havia sido fundado em 1939, apresentava determinações de limpar o Recife de tais assentamentos, com o objetivo de destruí-los e deixar o grosso da produção das novas unidades para as carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensão. Entretanto, com o tempo, essa produção passou a atender também a classe média, afastando o morador de mocambo (SOUZA, 2010).

A partir da posse do governo por Arraes, a presidência do SSCM passa para Gildo Guerra, arquiteto que redireciona o órgão para as pessoas marginalizadas, com a Política Social do Mocambo, a qual objetivava apoiar a integração das comunidades à sociedade e à cidade formal. Nessa política, Cajueiro Seco seria o projeto piloto, compreendendo o mocambo não como um problema necessário de ser combatido, mas como um sintoma do desequilíbrio. A proposta também envolvia direcionar os investimentos públicos para as periferias, estimulando também a participação popular com as associações de bairros.

Entre os pontos presentes no projeto, estava o plano urbanístico, em que o plano do assentamento envolvia a busca por módulos semelhantes a uma superquadra, no sentido de uma formalização possível do núcleo urbano, dotado de equipamentos coletivos com distâncias curtas, as quais poderiam ser percorridas a pé pela população. Além disso, o local funcionaria como espécie de cidade satélite a receber as pessoas oriundas do campo e buscaria inserir a comunidade marginalizada à Grande Recife, com unidades habitacionais, equipamentos comunitários, fixação das pessoas no território e desenvolvimento dessas. Outro ponto importante nesse projeto de novo modo de produção das habitações populares foi a denominada taipa pré-fabricada, com projeto coordenado pelo arquiteto Acácio Gil Borsói, visando partir das técnicas vernaculares e da tipologia mais comum dos bairros populares a fim de propor algo realista para intervenção do governo. Nesse sentido, a proposta envolvia a pré-fabricação de painéis de taipa e coberturas de palha costurada, partindo das técnicas e elementos populares, mas aplicando também um olhar relacionado à racionalização da produção e interpretação moderna.

“A ideia surgiu quando de um trabalho para comunidades de baixa renda que vivem aglomeradas em níveis de completa miséria e que necessitam de atendimento urgente, tal como a remoção para áreas salubres, num plano massificado, em que seria necessário o apoio da força de trabalho do homem ao programa social de recuperação. Pela constatação de que estes grupos sociais não possuem conhecimento além daquele que resulta de sua própria necessidade, dentro de sua realidade, do seu conhecimento artesanal e da utilização de suas próprias mãos, foi-nos possível desenvolver o trabalho. No uso da madeira em uma casa de taipa (barro armado), construída segundo a maneira tradicional, verificamos que racionalizando a fabricação dos entrelaçados e subdividindo a madeira empregada dando-lhe melhor aproveitamento, chegaria à duplicação da área vedada, com o emprego da

mesma quantidade de material, dando, assim, maior rendimento.” (BORSOI, Prefabrication Taipa, ICSID, 1970, apud SOUZA, 2008)

Embora interrompida pelo golpe de 1964, a iniciativa tornou-se símbolo de uma nova política habitacional e de uma nova postura dos arquitetos para com os moradores, expressando o esforço de aproximar as populações marginalizadas da cidade formal e de repensar o papel social da arquitetura no Brasil.

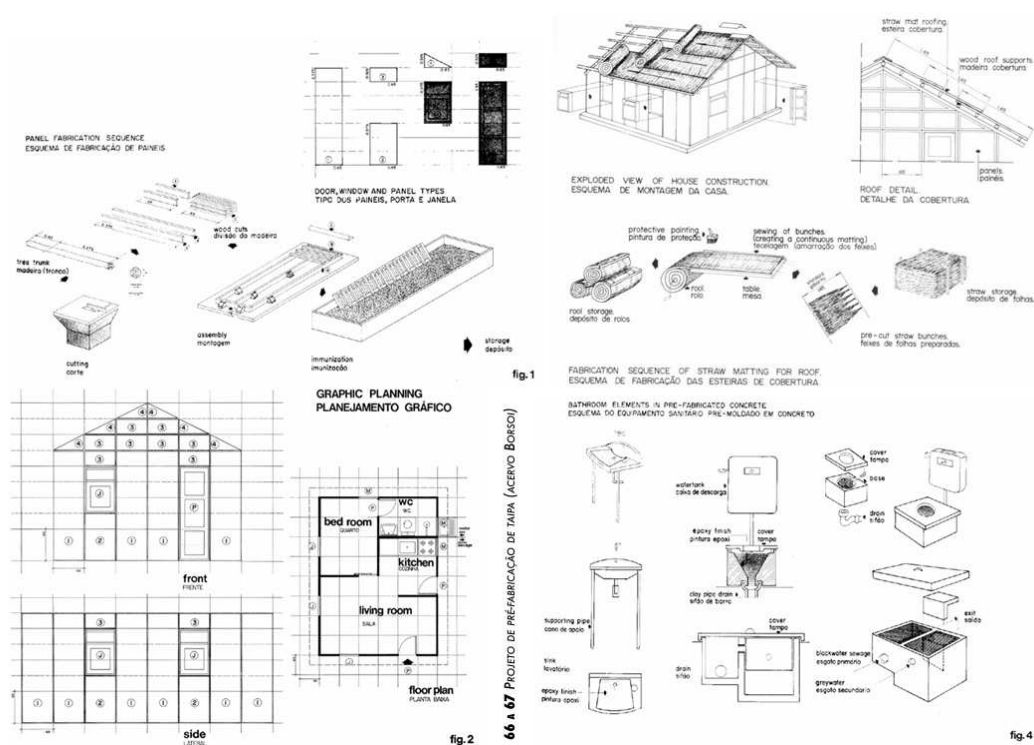


Figura 4 – Projeto de pré-fabricação da taipa.

Fonte: Acervo Borsoi, apud Souza, 2008.

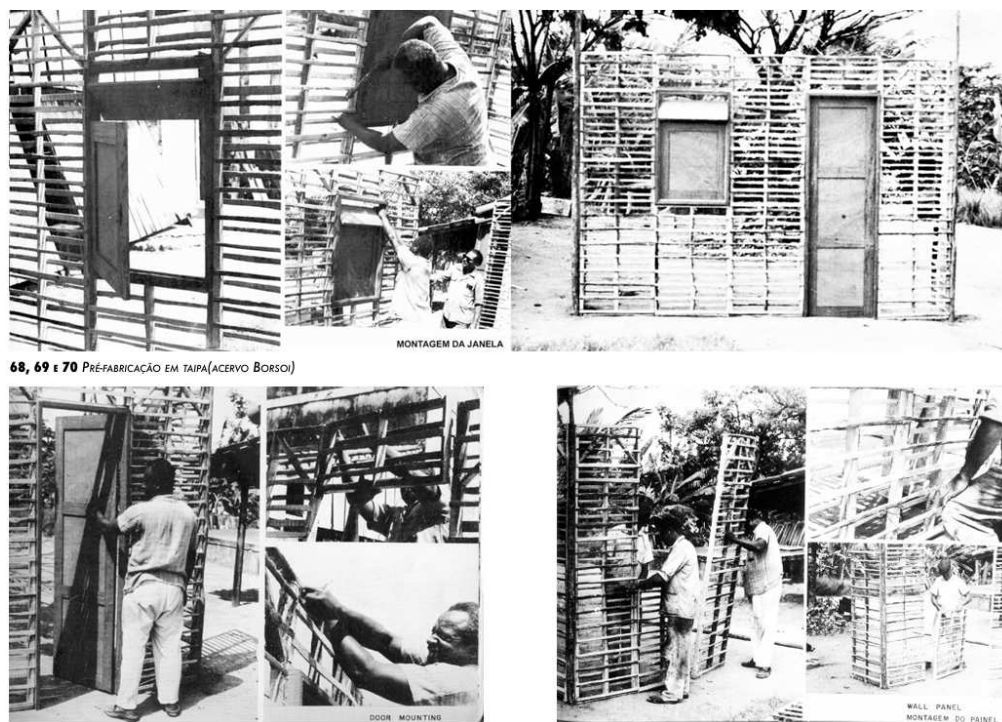


Figura 5 – Pré-fabricação em taipa.

Fonte: Acervo Borsoi, apud Souza, 2008.

Outro marco importante de interação horizontal entre profissionais da construção civil e comunidades foram os denominados mutirões autogeridos, que surgiram em São Paulo a partir da década de 1980 e que foram impulsionados pelos movimentos de moradia e pela busca de formas coletivas e democráticas de produção habitacional. Neles, as famílias organizavam-se em associações ou cooperativas e, com apoio técnico de arquitetos e engenheiros, planejavam e construíam suas próprias habitações. O Estado geralmente financiava materiais e cedia o terreno, enquanto a mão de obra era realizada em regime de mutirão, valorizando o saber popular e o trabalho coletivo, diferente do modelo tradicional das construtoras. Na década de 1990, o processo foi institucionalizado pelo Programa Paulista de Mutirões Autogeridos (Lei Estadual nº 9.142/1995), que consolidou experiências em bairros como Vila Nova Cachoeirinha, São Mateus, Sapopemba e Brasilândia.

Nos mutirões, eram utilizadas metodologias criadas pelos arquitetos para envolver os mutirantes no processo de projeto, seja com o uso de maquetes desmontáveis e desenhos livres dos moradores, seja com participação mais ativa do profissional, com pranchas simbólicas com algumas soluções a serem discutidas em assembleia. Além disso, na execução, eram estabelecidas equipes para os variados trabalhos, com o dever de uma respeitar a outra e buscar realizar sua parte da melhor maneira possível, a fim de não comprometer as próximas.

Segundo Arantes (2002), alguns arquitetos compararam o canteiro do mutirão a uma escola de samba, em que havia diversas equipes realizando a composição do enredo da obra. Nesse cenário, os mutirantes, cada um em sua ala-equipe de trabalho, realizavam de forma simples e coordenada suas coreografias e funções, permitindo que a escola-canteiro progredisse na construção. Além disso, assim como na escola de samba, onde apenas alguns poucos são sambistas profissionais – como os mestres-de-obras e arquitetos – o corpo principal é composto por dançarinos amadores, mas nem por isso menos cuidadosos e caprichosos em seus passos. Assim, o mutirão autogerido é visto como reencontro – tendo em vista que o mutirante é simultaneamente autor, produtor e futuro usuário – e o máximo da arquitetura é extraído com os poucos recursos disponíveis (ARANTES, 2002). Ainda nesse contexto, o desenho retorna a seu papel fundamental, não mais como algo abstrato, mas como ferramenta e instrumento de projeto coletivo.

Entre as experiências de participação coletiva que deram certo nesse cenário, tem-se, por exemplo, o conjunto União da Juta, de 1991, sendo o primeiro projeto aprovado no programa de mutirões do governo do estado de São Paulo.



Figura 6 – Conjunto União da Juta, São Paulo.

Fonte: ArchDaily, 2015.



Figura 7 – Mulheres trabalhando na construção de moradias em mutirão autogerido.

Fonte: Pedro Arantes, 2002.



Figura 8 – Discussão dos projetos de habitação popular nos mutirões.

Fonte: Pedro Arantes, 2002.

As experiências acumuladas pelas iniciativas apresentadas, bem como por outras que ainda atuam hoje, como a Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Construído (Usina CTAH) e a Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais (Peabiru TCA) – ambas no estado de São Paulo –, mostram que é possível existir assessoria técnica na produção habitacional autogestionária e em urbanizações de áreas precárias, de diferentes formas, com diversas

linguagens, trocas horizontais de conhecimentos, melhorias efetivas das condições do morar e preços acessíveis ou ainda de forma gratuita, por meio do financiamento dos projetos através de parcerias. Além disso, são exemplos de como associar respeito pelas técnicas comunitárias e racionalização do processo, visando garantir qualidade e rapidez diante das necessidades urgentes dos moradores.

Assim sendo, compreende-se a participação do arquiteto e urbanista no cenário da autoconstrução como necessária, meio de avanço para democratização do acesso à cidade e construção de uma atuação profissional realmente comprometida com a realidade social do país. Nesse sentido, para aprofundar essa discussão, será realizada uma análise da cidade de Montes Claros, localizada no norte de Minas Gerais, considerando suas especificidades territoriais, processo de expansão urbana e os desafios relacionados à habitação popular, com foco na autoconstrução. O estudo visa compreender como essa prática se manifesta na cidade, especialmente no bairro São Geraldo II, identificando possíveis formas de atuação técnica dos profissionais em questão por meio da proposta, apresentada posteriormente, de implantação de centros comunitários voltados ao apoio técnico, formação e fortalecimento das práticas locais de construção, em conjunto com as necessidades e realidades das comunidades.

4 MONTES CLAROS E O BAIRRO SÃO GERALDO II

4.1 Panorama histórico da cidade, expansão urbana e autoconstrução

A cidade de Montes Claros, localizada no norte do estado de Minas Gerais, possui uma população estimada de 414.240 pessoas e densidade demográfica de 115,39 habitantes por quilômetro quadrado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do censo de 2022. Configurando-se como referência e polo no norte de Minas, recebe elevado fluxo migratório e atua como base de oferta de serviços para os habitantes das cidades vizinhas, sendo a importância do município, bem como suas características, resultado do seu processo histórico de formação e consolidação.

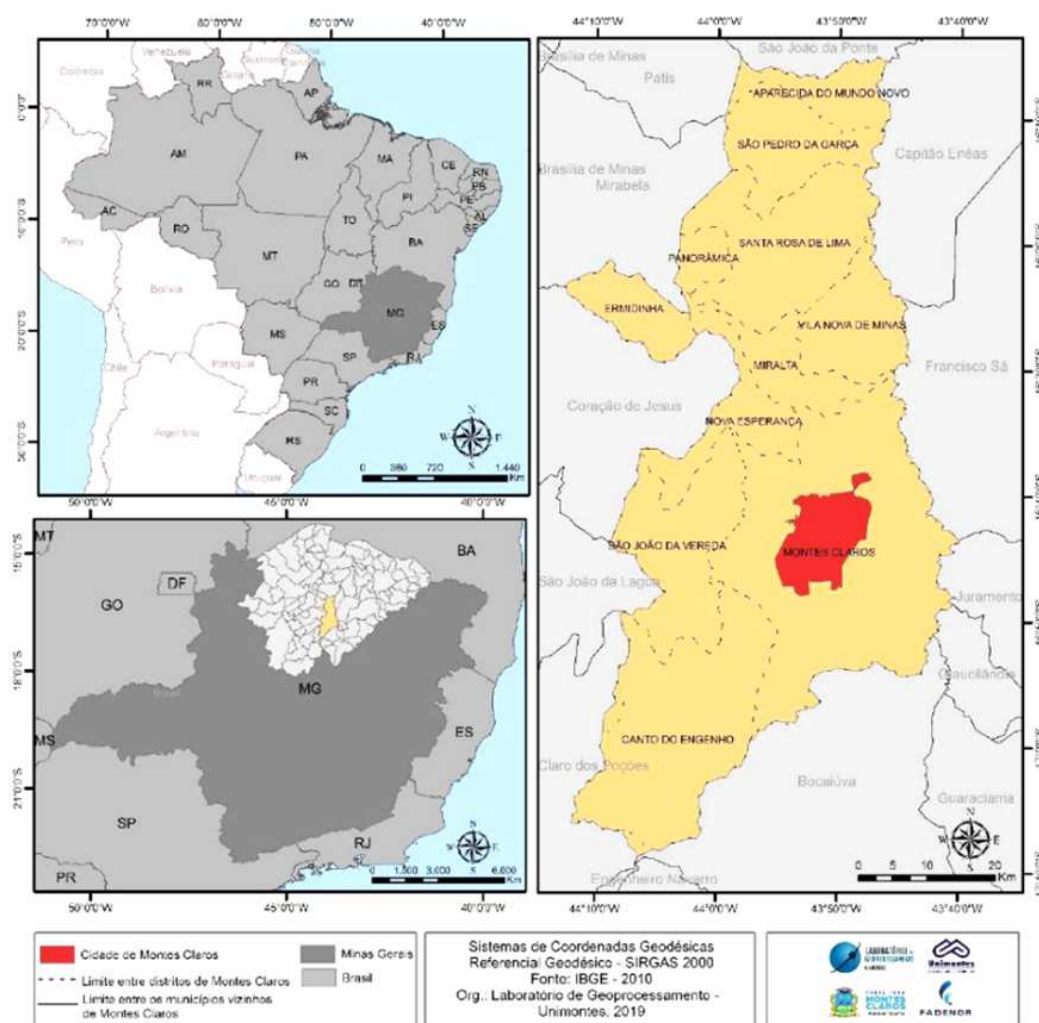


Figura 9 – Mapa de localização do município de Montes Claros, MG.

Fonte: Atlas Ambiental de Montes Claros (Leite, 2020, p.10), adaptada por Júlia Fernandez Canuto (2023) e modificado pela autora (2025).

A cidade teve suas origens como uma fazenda fundada por bandeirantes à condição de Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas, a partir do local no qual foi erguida, em 1769, uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição e São José, onde hoje se encontra a matriz e em torno da qual, naquela época, começaram a se agrupar moradias. Em outubro de 1831, como resultado de lutas políticas, tornou-se Vila de Montes Claros de Formigas e, posteriormente, por meio da Lei n.º 802 de 03 de Julho de 1857, foi elevada à categoria de cidade, passando a ser denominada cidade de Montes Claros, sendo tal elevação uma demonstração da importância do local na região. Nessa época, consolidou-se como passagem de tropeiros para a Bahia, destacando-se com a presença de um comércio forte.

Segundo Oliveira (2000, apud CANUTO, 2023), alguns elementos principais contribuíram para a cidade atingir um papel de destaque na região desde o início da sua consolidação, sendo eles: o deslocamento do eixo econômico das cidades ribeirinhas para o sertão, onde Montes Claros se localizava; a descoberta de jazidas mineiras em Itacambira, próxima à área em questão; a inserção da cidade nas rotas econômicas estratégicas entre a Zona da Mata Mineira, o Rio de Janeiro e a Bahia; além das condições naturais favoráveis às atividades de pecuária, cana-de-açúcar, entre outras. De acordo com o autor, o processo de expansão urbana teve como elementos centrais a chegada da ferrovia, em 1926, e a inclusão do norte de Minas à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na década de 60.

Nessa perspectiva, a linha ferroviária Central do Brasil, ao passar por Montes Claros, trouxe o ideal de desenvolvimento para a cidade, tornando-a exportadora e coletora de produtos para outras regiões. Nesse sentido, a cidade apresentou um surto de desenvolvimento considerável, com urbanização acelerada a partir do avanço do comércio, do incremento da ocupação urbana ao longo da linha férrea, além da implantação de serviços importantes nos anos que se seguiram, especificamente entre 1935 e 1938. Entre tais serviços, pode-se citar o reforço do suprimento de energia elétrica, a captação de água do rio Pacuí para abastecimento da cidade, a inauguração do aeroporto e a implantação de telefones automáticos (GUIMARÃES, 2007).

A partir de 1940, o crescimento urbano ampliou-se fortemente, em decorrência do incremento populacional, também causado pelo crescente êxodo rural, gerando transformações na estrutura urbana. Em 1950, por exemplo, os principais bairros da cidade já estavam formados, sendo o crescimento que houve posteriormente manifestado principalmente na periferia. Com a criação da SUDENE, no ano de 1959, houve a

implantação de condições e mecanismos que resultaram no desenvolvimento do norte de Minas, com Montes Claros sendo a cidade-polo – segundo Marcos Fábio de Oliveira (1996, apud CANUTO, 2023), apesar de os recursos serem destinados ao norte de Minas, os investimentos se concentraram na cidade em questão, devido às situações favoráveis de infraestrutura para aumento do parque industrial, em contraste com as outras cidades.

A década de 1960, por sua vez, marcada pela expansão capitalista, promoveu transformações socioeconômicas no território norte-mineiro nas décadas seguintes, sendo um período de transição em que a cidade em análise se consolidou como polo regional, tanto pela questão comercial, como pela industrial, a partir de incentivos dos programas de desenvolvimento regional (CARDOSO, 1996, apud GUIMARÃES 2007). Assim, com os investimentos, a cidade se tornou ponto de concentração de ofertas de serviços regionais, com maiores oportunidades de emprego, saúde e educação, resultando em um crescimento exponencial no fluxo migratório para a área. Entretanto, o crescimento estimulado pela industrialização não envolveu infraestrutura suficiente para receber o elevado aumento populacional, gerando mudanças fortes na configuração urbana. Como consequência, houve o surgimento de ocupações irregulares e a invasão de terras disponíveis, promovendo um forte quadro de pobreza local e regional.

Ainda nessa análise, os anos de 1970 e 1980 foram marcados pelo ápice da expansão urbana da cidade, atrelado à urbanização desenfreada. No entanto, os incentivos governamentais pararam, resultando no fechamento de diversas indústrias e na transferência de outras para outros locais. Como resultado, houve tanto uma mudança espacial como na economia local. Dessa forma, um parque industrial ocioso foi gerado, com áreas periféricas que avançaram de modo desordenado, sem infraestrutura e com construções em condições precárias, principalmente nas áreas próximas à zona industrial, além de uma população recorrendo ao subemprego (GUIMARÃES, 2007). Ademais, com o fim das indústrias, o setor terciário avançou.

No que tange ao espaço urbano, antes da industrialização, a divisão espacial da cidade era focada na região central. Em primeiro lugar com as residências das famílias mais ricas e com espaços públicos voltados à prestação de serviço, enquanto nas proximidades da linha ferroviária, ao sul do centro, ficavam as famílias de migrantes. Entretanto, a partir do final da década de 1960 e início de 1970, com a implementação do Distrito Industrial na zona norte da cidade, manifestou-se um crescimento elevado naquela região, sendo as áreas industriais expandidas marcadas por ocupações precárias e com uma população majoritariamente pobre, em busca de emprego e melhoria de vida (CANUTO, 2023).

“Montes Claros passou a gozar de dois tipos de estruturas populacionais no que concerne a sua industrialização. Aquela ajustada ao novo dinamismo da economia, que ocupava os espaços urbanos planejados e organizados, devido às exigências técnicas e sociais, e a outra representada por enormes contingentes populacionais sem qualificação adequada, que passaram a ocupar de maneira desordenada os espaços urbanos vazios, como o caso da antiga favela ‘Coberta Suja’, hoje bairro ‘Cidade Industrial’”. (Silveira, 2005, apud CANUTO, 2023, p.38)

Posteriormente, com a transição do período industrial para o setor terciário como base econômica, o centro tornou-se lugar com foco nas atividades comerciais e as residências das classes mais altas passaram a se deslocar para a região centro-oeste. Contudo, em 1990, o centro já não possuía mais estrutura que conseguisse acompanhar o novo cenário econômico, surgindo assim outras centralidades, distribuídas pelos bairros e avenidas arteriais (CANUTO, 2023).

Em se tratar da região sul, enquanto na maior parte das grandes cidades costuma ser reservada para as classes altas, em Montes Claros foi ocupada majoritariamente por migrantes vindos de cidades vizinhas, haja vista o fato dessa região conectar a cidade a várias outras bem como a regiões rurais, além da disponibilidade de terras mais baratas. Nesse cenário, muitos desses migrantes, em busca de trabalho e melhores condições de vida, mudavam-se para a cidade, instalando-se na região em questão, em áreas ainda não formalizadas ou em processo de loteamento informal. Nas últimas décadas, principalmente em decorrência da construção, em 2011, do Shopping Center na região, essa zona passou a receber investimentos para construção de condomínios fechados e bairros planejados, direcionados à classe média e alta, gerando uma área heterogênea e exemplo de forte desigualdade espacial, com bairros populares e pobres e outros mais estruturados.

A região oeste, incorporada mais intensamente à malha urbana a partir da década de 1990 com a expansão em direção a áreas pouco ocupadas, teve seu crescimento impulsionado pela presença de terrenos amplos, áreas verdes e topografia majoritariamente favorável, atraindo loteamentos residenciais, promovendo bairros planejados e, simultaneamente, uma ocupação espontânea em áreas de transição e encostas, nas áreas de relevo mais acidentado, gerando uma região heterogênea. A região leste, por sua vez, foi uma das que mais se expandiu, possuindo adensamento progressivo desde meados do século XX, com a

incorporação de bairros ao longo de vias de acesso e áreas periféricas e com uma ocupação que se deu de modo fragmentado. Assim, os bairros nessa área se deram em distintos graus de consolidação e, ao longo dos anos, a zona passou por melhorias, apesar de ainda enfrentar alguns desafios no que tange à infraestrutura e equipamentos.

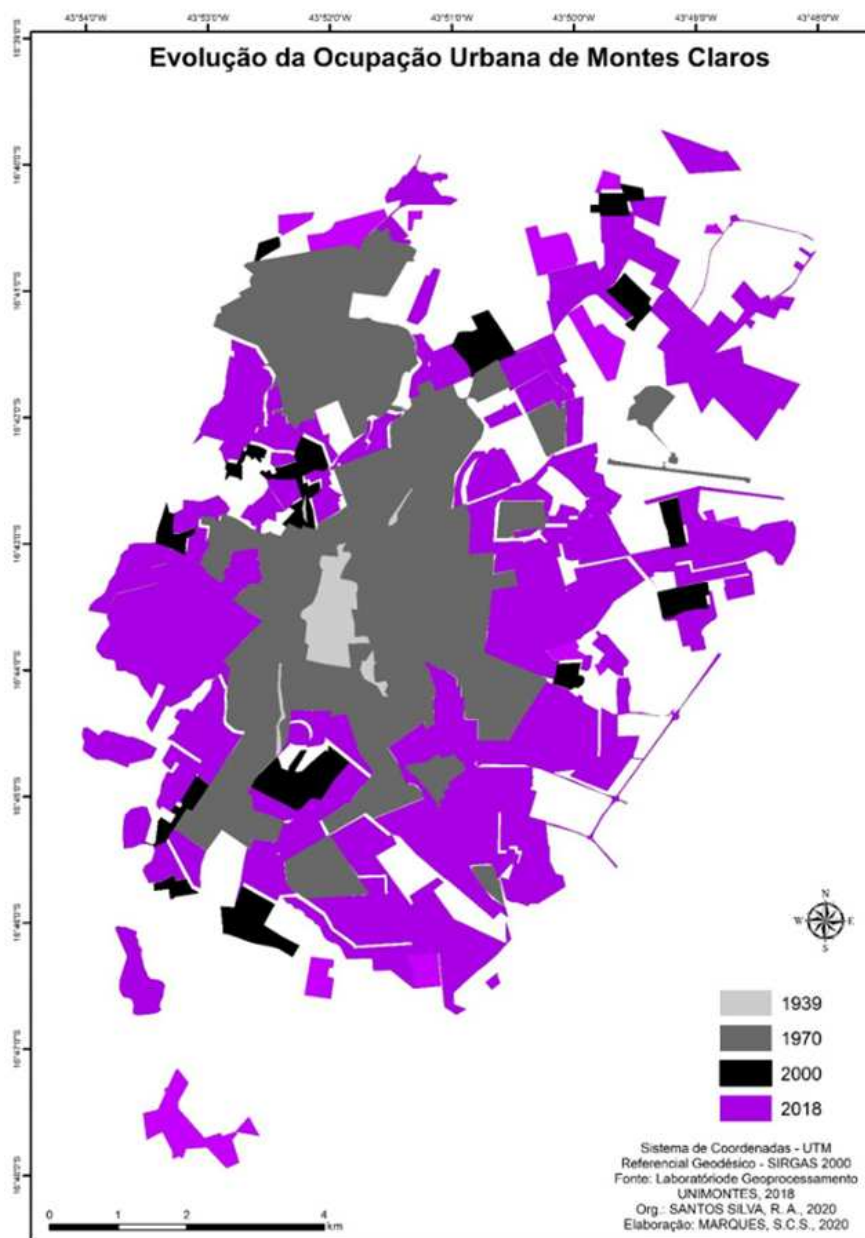


Figura 10 – Evolução da Ocupação Urbana de Montes Claros.

Fonte: SILVA, 2020. Dados: Laboratório de Geoprocessamento/UNIMONTES, 2018.

Elaboração: MARQUES, S.C.S., 2020.

Ano	População Urbana	População Rural	População Total
1950	21.943 (43,4%)	28.654 (56,6%)	50.597
1960	43.097 (42,2%)	59.020 (57,8%)	102.117
1970	85.154 (73,1%)	31.332 (26,9%)	116.486
1980	155.483 (87,6%)	22.075 (12,4%)	177.558
1990	250.573 (89%)	30.969 (11%)	281.542
2000	289.183 (94,2%)	17.764 (5,8%)	306.947
2010	344.427 (95,2%)	17.488 (4,8%)	361.915
2020	392.812 (95%)	20.675 (5%)	413.487
2022 ¹¹	—	—	414.240

Tabela 1 – Evolução da população rural e urbana de Montes Claros (1950 a 2022).

Fonte: Dados dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Org: Júlia Fernandez Canuto (2023).

Outro ponto a se destacar nesse contexto é que, como apresentado anteriormente, sabe-se que o espaço urbano é visto como mercadoria e fonte de acumulação de capital, sendo influenciado diretamente pelos interesses de determinados grupos sociais, em especial pelos latifundiários urbanos, empreiteiros e representantes imobiliários. Em Montes Claros não foi diferente, tendo como resultado terrenos ociosos em decorrência da especulação, além de déficit habitacional crescente, com políticas habitacionais incapazes de atender a demanda.

Nessa perspectiva, dados obtidos no ano de 2013 pela Fundação João Pinheiro (FJP), em um estudo acerca do déficit habitacional municipal do Brasil, apontaram a cidade de Montes Claros como uma das com maiores déficits habitacionais do estado, demandando cerca de 10 mil moradias. Visando melhorar a situação, a cidade realizou parceria com a Caixa Econômica Federal, construindo moradias para a população e, diante das políticas habitacionais implementadas entre 2000 e 2010, o adensamento cresceu, em especial na zona norte, como consequência da concentração dos empreendimentos faixa 1 do Programa MCMV (CANUTO, 2023). Entretanto, mesmo com a criação de conjuntos habitacionais dessa época, além de outros construídos após 2010, as propostas ainda foram insuficientes para contemplar toda a população.

Como consequência do não suprimento da demanda por moradias, a autoconstrução nos contextos de baixa renda e com edificações mais carentes se manifesta, em sua maioria

nas áreas periféricas da cidade, sendo os principais locais atuais de maior concentração desses casos mostrados no mapa da Figura 6. Tais locais são majoritariamente marcados pela falta de infraestrutura urbana, como rede de esgoto e pavimentação; excesso de lixo; moradias inacabadas e em sua maioria precárias, incluindo áreas com alguns barracões; além de ruas com nomenclaturas improvisadas, em número ou letra; e pequenos comércios, quando existentes, nas fachadas das moradias. Ademais, observa-se a presença de traçados irregulares no que tange ao desenho urbano desses locais e que a maior parte dessas áreas se encontram nas regiões marcadas pela ocupação histórica da população mais carente, em especial no norte e no sul da cidade, como foi abordado anteriormente no processo de expansão urbana.

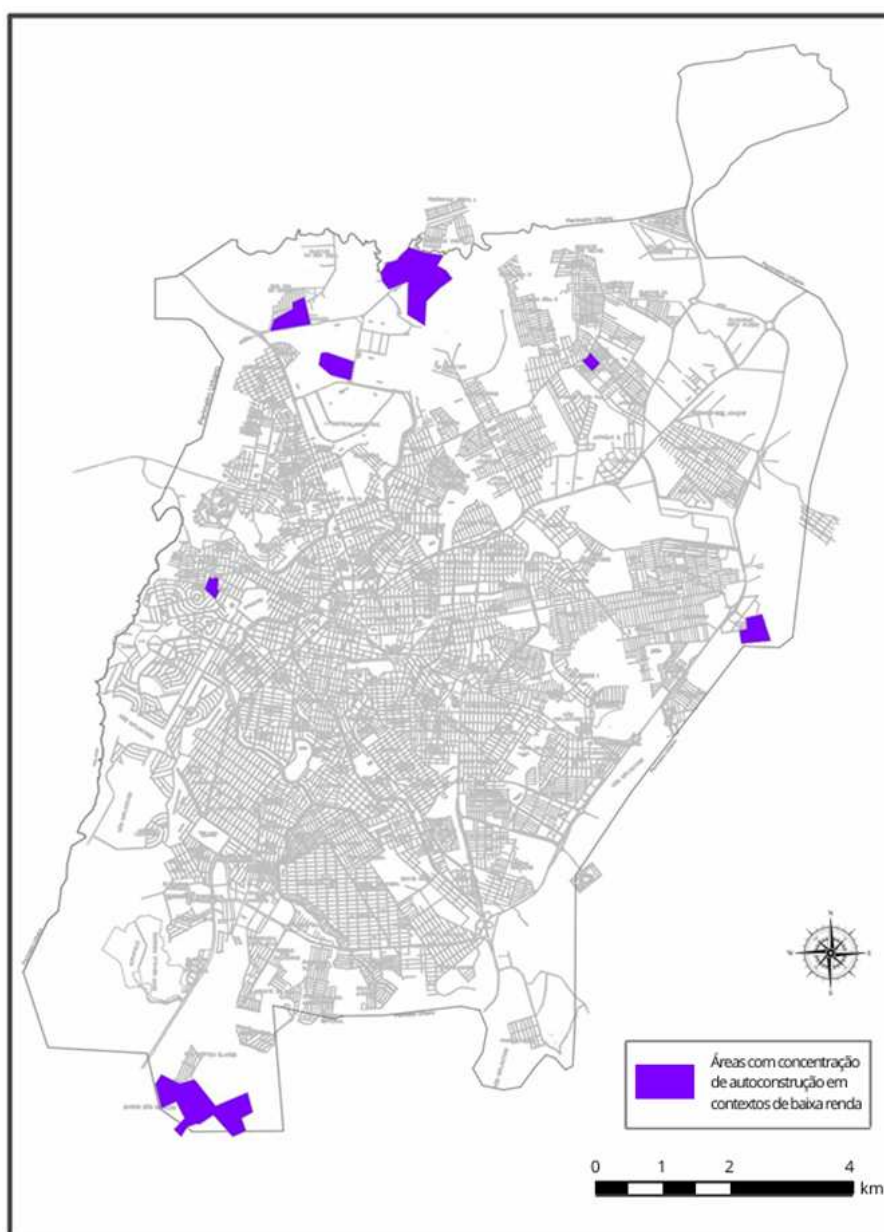


Figura 11 – Mapeamento de áreas com concentração de autoconstrução, atualmente, em contextos de baixa renda na zona urbana de Montes Claros.

Fonte: Prefeitura de Montes Claros, modificado pela autora, 2025.



Figura 12 – Traçados urbanos e moradias em áreas de autoconstrução em contextos de baixa renda na cidade de Montes Claros.

Fonte: Google Maps e Google Street View, organizado pela autora, 2025.



Figura 13 – Traçados urbanos e moradias em áreas de autoconstrução em contextos de baixa renda na cidade de Montes Claros.

Fonte: Google Maps e Google Street View, organizado pela autora, 2025.

Entre os bairros mapeados, tem-se o São Geraldo II, localizado no extremo sul e um dos com maior extensão territorial entre as áreas com presença significativa de autoconstrução na cidade, sendo suas origens e características descritas a seguir.

4.2 Bairro São Geraldo II

4.2.1 História e características

O bairro São Geraldo II – localizado no extremo sul da cidade de Montes Claros e distante da mancha urbana contínua – foi declarado bairro a partir da Lei Municipal nº4.641 de 09 de setembro de 2013, com o objetivo de permitir a implantação do residencial do MCMV, denominado Residencial Montes Claros, sendo as origens da ocupação nessa área ligadas às primeiras décadas do século XX. Segundo relatos de moradores mais antigos, a área antigamente era uma fazenda à qual foi se agregando cada vez mais outras moradias, sendo as terras da época pertencentes à Igreja Católica e a distribuição das mesmas realizada por uma pessoa designada pelo bispo para ser a responsável também pela delimitação dos terrenos e por decidir onde se passariam as ruas. Ainda conforme relatos dos residentes do bairro, muitas pessoas se mudavam para o local em busca de terrenos com valor mais baixo ou até mesmo doados.

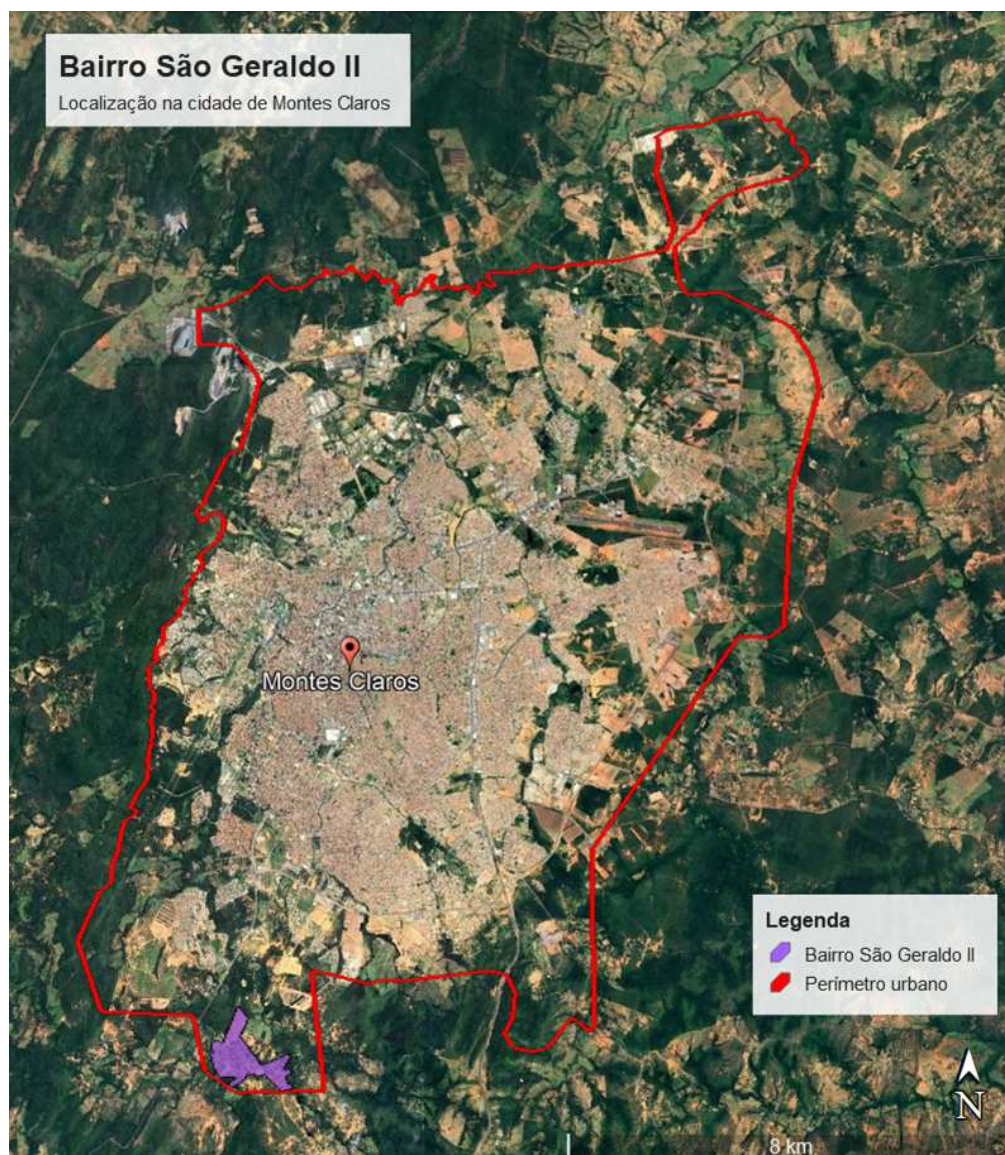


Figura 14 – Localização do bairro São Geraldo II em Montes Claros.

Fonte: Google Earth, modificado pela autora, 2025.

Em se tratar da configuração do desenho urbano, o traçado no núcleo inicial se deu de forma irregular, derivado de duas vias paralelas onde se formou o centro do povoado, junto à Capela São Geraldo, construída por volta de 1910 e tombada como patrimônio municipal de Montes Claros pelo Decreto Lei nº 1.761/1999. No entorno do núcleo inicial, por sua vez, predominaram traçados ortogonais, com algumas poucas variações que buscaram adequar o desenho das vias à topografia do local bem como aos caminhos pré-existentes que levavam a outras localidades. Vale ressaltar ainda que tais traçados foram frutos de parcelamentos irregulares, iniciados em meados da década de 1990 na porção leste do núcleo inicial e na porção oeste em meados da década seguinte. Ademais, as vias descontínuas e quarteirões com dimensões variadas, os quais foram divididos em lotes isolados e receberam majoritariamente

residências unifamiliares com apenas um ou dois pavimentos, também caracterizam o bairro, gerando uma área de baixa altimetria atrelada à baixa densidade (SILVA, 2020).

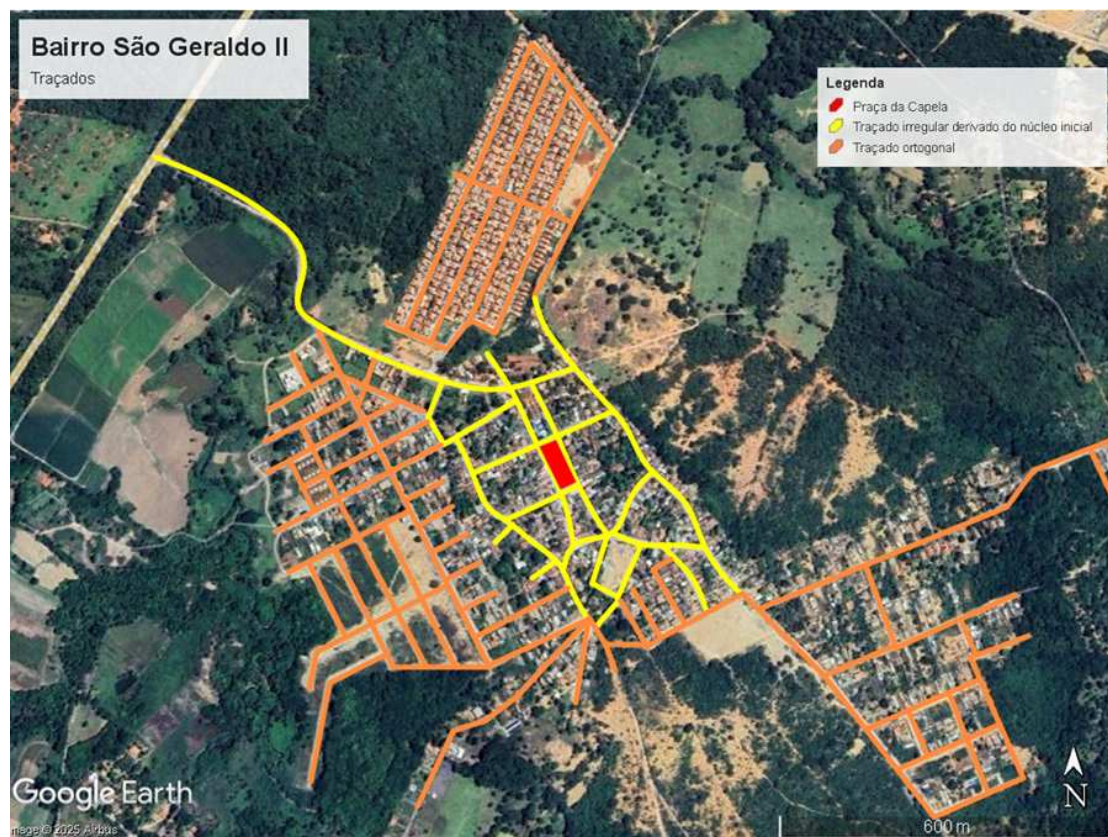


Figura 15 – Traçados urbanos no bairro São Geraldo II.

Fonte: Google Earth, modificado pela autora, 2025.



Figura 16 – Capela São Geraldo.

Fonte: Google Maps Street View, 2023.



Figura 17 – Evolução da ocupação no bairro São Geraldo II a partir de 2002.

Fonte: Google Earth, organizado pela autora, 2025.

No que diz respeito ao acesso a serviços e equipamentos, o bairro sempre enfrentou dificuldades, principalmente por se localizar de forma afastada da concentração urbana e pela baixa densidade populacional. De acordo com o censo demográfico de 2010, o bairro contava com 500 domicílios e 1.594 moradores, sendo a quantidade de domicílios ampliada para 999,

com a implantação do Residencial Montes Claros (IBGE, 2010, apud SILVA, 2020). Entretanto, mesmo com a implantação do empreendimento do Programa MCMV e ampliação do número de residências na região, isso não foi suficiente para romper com a estagnação territorial ali existente (SILVA, 2020). Ainda hoje, mesmo com uma população maior, a estagnação permanece e o bairro apresenta escassez de vários elementos, como rede de esgoto – apesar de existir em algumas ruas, outras ainda dependem de fossas –, e pavimentação asfáltica, haja vista que, embora nos últimos anos muitos trechos tenham sido asfaltados, muitas vias ainda são de terra, principalmente na região leste.



Figura 18 – Rua sem pavimentação asfáltica.

Fonte: Google Maps Street View, 2023.



Figura 19 – Área no bairro com acúmulo de entulho e lixo.

Fonte: Acervo da autora, 2025.

Cabe salientar ainda que o bairro conta com a Associação de Moradores do Povoado São Geraldo II, criada em 1986 com o objetivo de buscar melhorias em comunhão com a comunidade, tendo alcançado, por exemplo, benefícios para o Residencial Montes Claros, como a implantação de pontos de ônibus em suas ruas, melhorias na iluminação pública, além de melhor acesso ao serviço de saúde, mesmo esse sendo oferecido em outra parte do bairro (VIEIRA, 2018). No entanto, muitas das lutas não são atendidas e o bairro ainda apresenta necessidades significativas. Exemplo disso, além das dificuldades citadas anteriormente, está no fato de boa parte da população local não possuir os lotes regularizados, não dispondo das escrituras nem dos registros das residências. Segundo relatos em entrevista aos moradores, alguns possuem apenas o documento de compra e venda e outros não possuem nem mesmo tal documento – seja porque foi perdido ao longo tempo, seja pelo fato de que antigamente essa não era uma preocupação tão forte –, relatando que o que os assegura naqueles locais é o direito à usucapião. Ainda de acordo com os moradores, o processo de regularização fundiária de algumas áreas foi iniciado pela prefeitura há um tempo, mas ainda não concluído.

Somado a isso, em entrevistas realizadas no bairro, foi relatado que a associação anteriormente mencionada encontra-se atualmente com baixa atuação, após a última mudança de presidência. Segundo os entrevistados, a atual representante deixou de participar das atividades da associação, o que tem dificultado a continuidade das discussões e encaminhamentos das demandas da comunidade. Durante o desenvolvimento da pesquisa, também foi realizada uma tentativa de contato, contudo, não houve retorno.

Outro ponto relevante corresponde à mobilidade urbana. Nessa perspectiva, o acesso ao bairro se dá pela rodovia federal BR-365 e, em se tratar do transporte público, com a instalação do residencial supracitado, novos itinerários foram criados e os existentes ampliados, bem como os horários da linha. Nesse sentido, cabe salientar que a única linha que atende o local é a 7103 (São Geraldo II/Jardim Eldorado), a qual possui como ponto final a praça do bairro e três paradas dentro do residencial, sendo o tempo médio de deslocamento em relação ao centro da cidade cerca de 31 minutos. Em dias úteis, a linha em questão circula em intervalos irregulares, com variação entre 10 e 35 minutos, das 04h55 até às 20h06, possuindo também um horário às 22h. Nos finais de semana esses intervalos se alteram: aos sábados variam entre 30 e 60 minutos, operando das 5h35 até às 19h15, possuindo saída também às 20h50; aos domingos e feriados, por sua vez, os intervalos variam entre cerca de 1h30min e 2 horas, das 06h40 até às 20h40. Segundo moradores, diante da dificuldade de acesso nos dias de baixa circulação do transporte público, muitas vezes a população local precisa recorrer ao uso do aplicativo Uber.



Figura 20 – Linha 7103.

Fonte: Moovit, 2025.

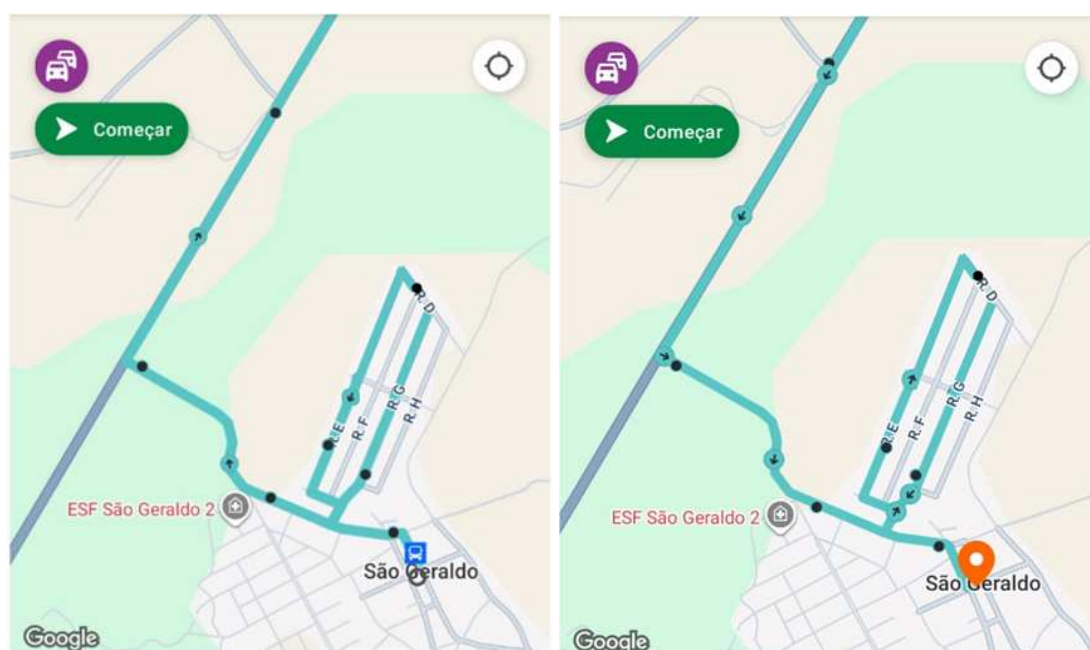


Figura 21 – Circulação do ônibus no bairro: saída e chegada, respectivamente.

Fonte: Moovit, adaptado pela autora, 2025.

Ainda na perspectiva da análise do bairro, visando uma melhor compreensão de suas características e necessidades, foram realizados mapas de equipamentos e hierarquia viária bem como de uso e ocupação – ambos realizados através de uma base de mapa com imagem de satélite tendo em vista a ausência do mapa registral da área.

MAPA EQUIPAMENTOS E HIERARQUIA VIÁRIA

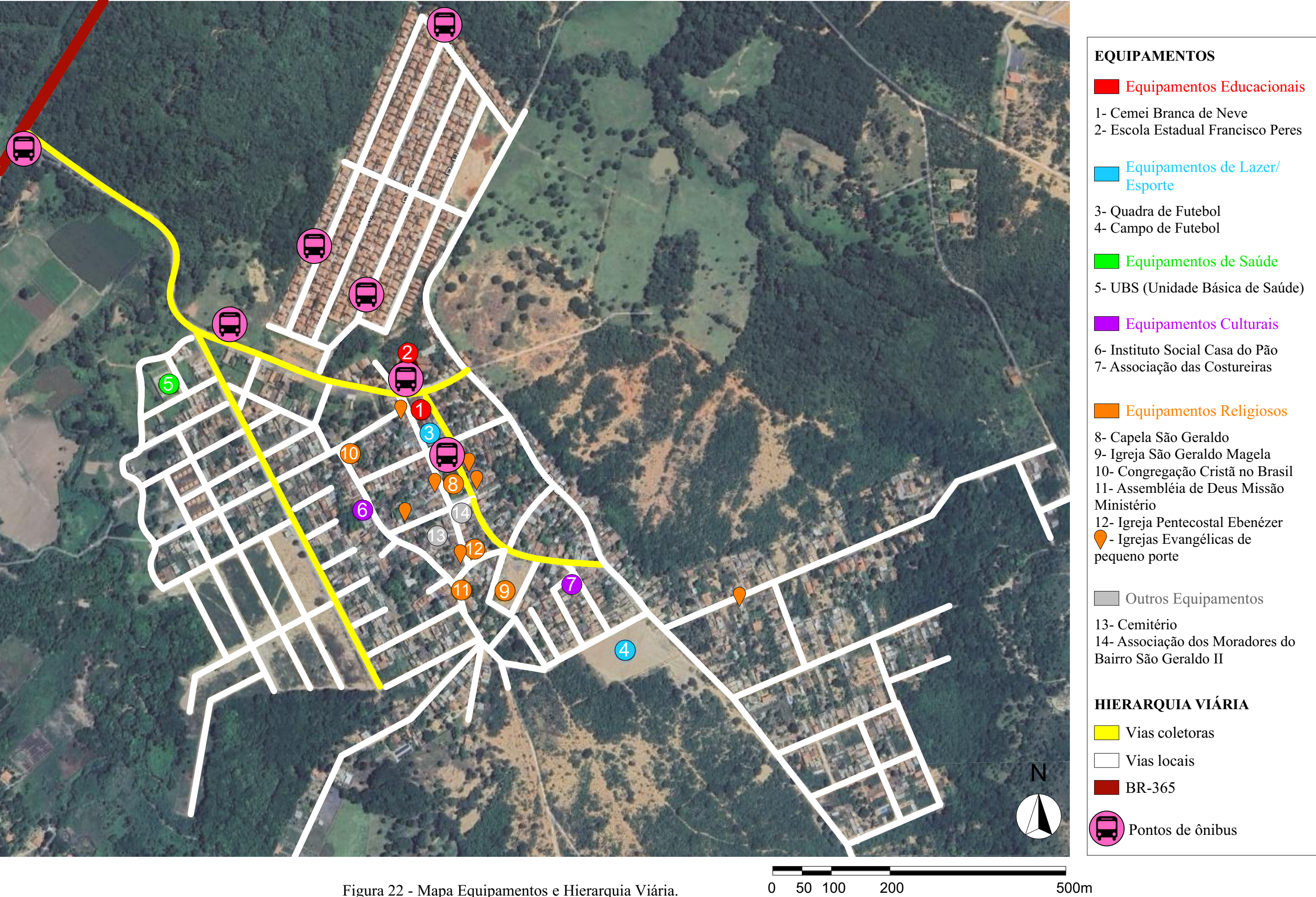


Figura 22 - Mapa Equipamentos e Hierarquia Viária.
Fonte: Google Earth, modificado pela autora, 2025.

Nesse sentido, como mostrado no Mapa de Equipamentos, o bairro carece de ambientes voltados para o lazer, esporte e cultura, sendo os únicos existentes: uma pequena quadra de futebol ao lado do Cemei (Centro Municipal de Educação Infantil), usada tanto para jogos de crianças e jovens como para quando ocorre algum evento que a quadra consiga suportar no que tange à dimensão; um campo de futebol desenhado em uma área de terreno vago; o Instituto Social Casa do Pão, associação privada atuante na cidade de Montes Claros e voltada ao apoio de crianças e adolescentes em situação de risco, oferecendo atividades como acolhimento familiar, encontros de evangelização e também cursos de informática, música e artes, mas que parou de funcionar no bairro nos últimos anos, possuindo entretanto a pretensão de voltar ao funcionamento; e a Associação de Costureiras, que funcionava no local do antigo ESF (Estratégia Saúde da Família) e que agora, com a criação da UBS (Unidade Básica de Saúde) em outro lugar do bairro, busca retornar o funcionamento na antiga casa. Além disso, de acordo com moradores, o bairro também contava com uma feira livre, a qual ocorria na Praça São Geraldo – praça da Capela – mas que também teve sua atividade interrompida.

Quanto aos equipamentos educacionais, o bairro conta apenas com uma Escola Estadual e um Cemei, insuficientes para atender a demanda da população local. Segundo moradores, diante das manifestações e pedidos insistentes realizados à Prefeitura, uma nova escola está para ser criada no Residencial Montes Claros, haja vista a sobrecarga existente. Em se tratar de equipamentos religiosos, a região conta com igrejas católicas e evangélicas que, como mostrado no mapa, concentram-se em sua maioria na área mais central do bairro. Por fim, o bairro possui uma UBS, um cemitério e uma Associação dos Moradores e, no que tange à questão viária, apresenta como ruas coletoras apenas a Avenida A, a Avenida Caldeira Veloso – a qual realiza a ligação do bairro com a BR-365 – e a Rua da Praça associada à Rua Geraldo Pinheiro, sendo os pontos de ônibus concentrados principalmente na região norte do bairro.

MAPA DE USO E OCUPAÇÃO

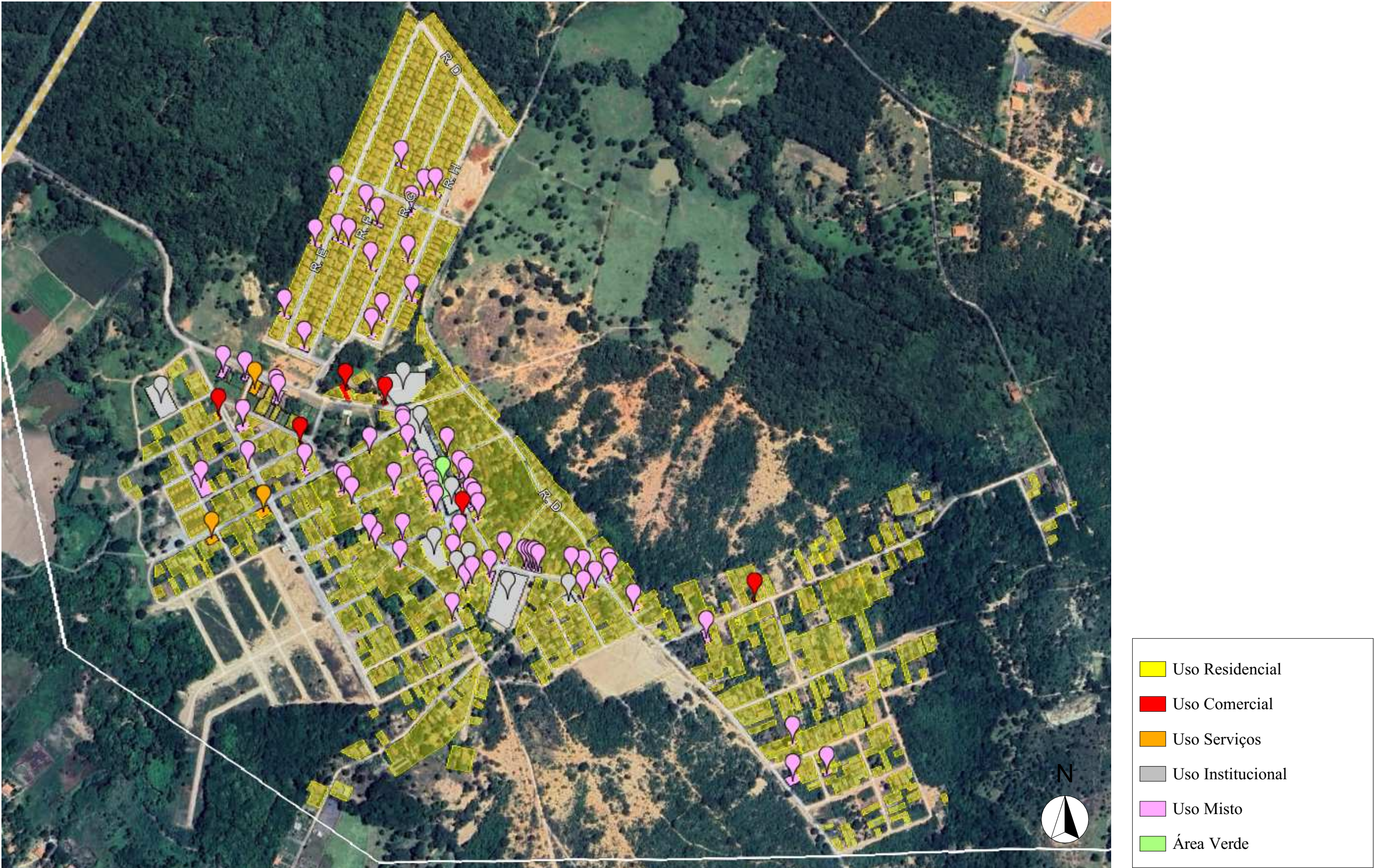


Figura 23 - Mapa de Uso e Ocupação.
Fonte: Google Earth, modificado pela autora, 2025.

0 50 100 200 500m

No que diz respeito ao Mapa de Uso e Ocupação, é possível perceber o caráter predominantemente residencial do bairro, o que está ligado ao fato da região se localizar na Zona Residencial I da cidade. Além disso, apresentam-se alguns comércios e serviços, concentrados na região mais central bem como no residencial do MCMV, ao norte, sendo todos de menor porte e em sua maioria realizados no térreo das casas com mais de um pavimento ou na parte frontal das residências térreas, caracterizando uso misto. Diante dessa realidade, os moradores alegam sentir muita falta de comércio em geral, principalmente de supermercado, possuindo apenas algumas mercearias, além da ausência de serviços básicos como farmácia, casa lotérica e caixa eletrônico 24 horas. Isso, atrelado à distância da área em relação ao restante da cidade, dificulta a realização de atividades essenciais para população local. Ainda de acordo com os moradores, os novos comércios ou serviços que se instalam tendem a fechar após pouco tempo, já que os preços praticados costumam ser altos e a população não consegue consumir, sendo isso o que ocorreu, por exemplo, com algumas farmácias.



Figura 24 – Exemplos de comércios e serviço no bairro, na parte frontal das residências.

Fonte: Google Maps Street View, 2019.

Outro aspecto possível de se analisar a partir do Mapa de Uso e Ocupação é a forte escassez de áreas verdes públicas, contando apenas com a presença da praça da antiga Capela, reunindo muitas pessoas, haja vista o fato de se configurar como lugar central do bairro e núcleo onde esse foi formado. Ademais, outro ponto que contribui para a concentração de pessoas ali consiste no fato de o local contar com um dos pontos de ônibus presentes no São Geraldo II, além de possuir uma variedade de pequenos comércios e serviços locais bem

como a presença da quadra de futebol em frente à praça. Quanto aos lotes vagos, esses estão concentrados no leste e oeste, correspondendo às áreas com loteamentos mais recentes.



Figura 25 – Praça São Geraldo II.

Fonte: Google Maps Street View, 2023.



Figura 26 – Quadra de futebol.

Fonte: Google Maps Street View, 2019.

No que tange ao gabarito, o bairro é majoritariamente composto por edificações de apenas 1 pavimento, com poucos locais com 2 pavimentos e casos excepcionais de 3 pavimentos que ainda estão em processos de construção.

4.2.2 A prática da autoconstrução no bairro

Como mostrado no mapa da Figura 6, o bairro São Geraldo II se encontra entre as áreas com concentração de edificações produzidas pela prática da autoconstrução em Montes Claros, sendo tal prática realizada no bairro desde os seus primórdios, em decorrência principalmente da condição financeira dos moradores e também do conhecimento das práticas construtivas transmitido entre os residentes naquela área. Segundo relatos da comunidade local, desde o início da ocupação os próprios moradores e/ou a mão de obra informal contratada construíam as moradias, utilizando, inicialmente e em sua maioria, a técnica do adobe para produção das edificações. Com o tempo, essa técnica construtiva foi sendo substituída pela alvenaria convencional. Assim, muitas das residências de adobe foram e ainda são demolidas pelos residentes para serem reconstruídas com a outra técnica citada.

Visando compreender melhor como a prática da autoconstrução se manifesta no bairro, foram realizadas entrevistas com algumas famílias locais, sendo as características desse modo de construção da região descritas a seguir. Nesse sentido, primeiramente, é importante salientar acerca dos agentes atuantes no processo de construção das residências no bairro, sendo esses agentes, em sua maioria – como citado anteriormente –, as próprias pessoas das famílias, com a maior parte da população possuindo algum membro da família que aprendeu o ofício de pedreiro com outra pessoa, seja com um amigo, seja com algum parente. Foram relatados também, nessa perspectiva, casos em que outras pessoas do núcleo familiar, inclusive mulheres, também ajudaram como serventes, contando com a orientação dos que tinham um pouco mais de conhecimento sobre o processo. Além disso, em várias outras situações, as edificações foram construídas por meio de mão de obra informal contratada ou ainda por outras pessoas do bairro que se organizaram em pequenos mutirões, recebendo do morador, por exemplo, recompensas como feijoadas.



Figura 27 – Vestígios de antiga construção em adobe demolida.

Fonte: Acervo da autora, 2025.



Figura 28 – Morador executando a obra de sua futura residência.

Fonte: Acervo da autora, 2025.

Em se tratar dos materiais utilizados, os moradores informaram não terem recebido doações para construção, além de poucos reaproveitarem material para construir. Somado a isso, não existe nenhum depósito local com preço mais reduzido para atender suas condições

financeiras, assim, os materiais são comprados no centro da cidade; no bairro Major Prates, próximo dali; ou ainda em outro lugar em que o valor é mais justo. Segundo eles, o ponto de venda de materiais de construção do bairro apresenta valores muito caros e, por isso, a população local prefere não comprar ali, mesmo que isso implique em gastos com frete pela compra em outros lugares da cidade.

Em relação aos motivos que levaram e ainda levam os moradores a realizarem a autoconstrução, a principal razão apontada foi a financeira, não possuindo condições suficientes para contratação de um profissional técnico da construção civil e de mão de obra especializada. Outra razão se dá no fato de a maior parte possuir alguém na família que trabalha informalmente na área, passando o conhecimento pelas gerações. No entanto, muitos afirmaram que, caso possuíssem condições, contratariam os profissionais citados.

Outro ponto relevante se trata do processo de construção, em que a maioria alegou não ter tido dificuldade, haja vista o conhecimento adquirido com outros indivíduos ou por já trabalharem na área. Entretanto, uma parte relatou sobre o aparecimento de problemas no pós-construção, em decorrência do autoconstrutor ou pessoa contratada não ter realizado corretamente os serviços, surgindo desafios como infiltração, mau funcionamento dos encanamentos, entre outros. Tal fato vai ao encontro dos resultados obtidos pela pesquisa citada anteriormente realizada pelo CAU-BR, em parceria com o Instituto Datafolha, em que foi mostrado que a maior parte das edificações feitas pela autoconstrução apresentam problemas com o passar do tempo, sendo necessário refazer o serviço. Ademais, foram apontadas também outras dificuldades como temperatura elevada das moradias, com pouca ventilação, e ambientes com pouca iluminação natural.

No que se refere às expansões, aqueles que as realizaram construíram principalmente nos fundos das casas, por meio do conhecido “puxadinho”, e/ou acrescentaram outro pavimento, sendo tais ações realizadas aos poucos, com cômodos surgindo em épocas diferentes e outros ainda inacabados. Já os que ainda não expandiram manifestaram a intenção de, futuramente, realizar essas mesmas expansões. Além disso, vale destacar que em grande parte dos casos, as ampliações tiveram como finalidade acomodar outros membros da família, como filhos(as) com seus cônjuges ou demais parentes.



Figura 29 – Edificação no fundo do lote, a fim de abrigar o filho da proprietária e sua esposa.

Fonte: Acervo da autora, 2025.



Figura 30 – Moradia expandida ao longo do tempo, sendo a porção branca correspondente à edificação original e as outras construídas posteriormente.

Fonte: Acervo da autora, 2025.



Figura 31 – Residência em expansão com a construção de outros pavimentos.

Fonte: Acervo da autora, 2025.

Quanto ao processo de finalização da construção, a maior parte das moradias apresentam-se inacabadas, sendo os acabamentos realizados aos poucos, conforme disponibilidade financeira e também por outros aspectos da construção receberem maior prioridade, como, por exemplo, o ato de refazer algo que não deu certo ou terminar de construir algo mais urgente. Assim, apesar de existir residências mais consolidadas no que tange à finalização, a maioria das moradias se manifesta com a ausência de elementos como reboco, pintura e revestimentos nas áreas molhadas.





Figura 32 – Residências sem acabamentos, com ausência de reboco, pintura e revestimentos internos.

Fonte: Acervo da autora, 2025.

A respeito de edificações de uso comum realizadas de forma coletiva no bairro, de acordo com os moradores, têm-se a Igreja São Geraldo Magela, sendo uma de suas partes construídas por mutirão e outra por meio de mão de obra contratada, além de outras igrejas evangélicas de menor porte.



Figura 33 – Igreja São Geraldo Magela e Ministério Evangélico As nações para Cristo.

Fonte: Google Maps Street View, 2023 e 2012.

Por fim, cabe destacar os padrões percebidos nas construções do São Geraldo II, sendo boa parte dotada de telhados de apenas uma água – com variações entre telhas cerâmicas, de amianto ou fibrocimento – e tijolos cerâmicos, pilares e vigas de concreto aparentes, tendo em vista o processo progressivo de acabamento e consequente ausência total ou parcial de reboco e pintura, como citado anteriormente. Notou-se também, em vários casos, a presença de aberturas na alvenaria, com pequenos locais sem tijolos, com o objetivo de contribuir para a iluminação e ventilação. Outro ponto percebido foi a delimitação dos lotes, com situações de

locais parcialmente murados, sendo as outras partes delimitadas com cercas de madeira e arame, além de casos em que apenas tais cercas foram usadas como forma de delimitação. Ademais, identificou-se a diversidade de esquadrias utilizadas em algumas moradias, com diferentes estilos de janelas e portas, haja vista a realização das obras em etapas e em épocas distintas.



Figura 34 – Residências no bairro São Geraldo II.

Fonte: Acervo da autora, 2025.

Vale salientar que, para o levantamento de grande parte das informações apresentadas, foram realizadas duas visitas no bairro – em datas diferentes, conforme mostrado nas figuras 35 e 36 – com entrevistas e registros fotográficos. As entrevistas foram conduzidas a partir de perguntas previamente elaboradas e as respostas registradas por meio de anotações feitas durante as conversas, procurando-se preservar a essência e formato do discurso e alguns dos termos técnicos ou populares utilizados pelos moradores. Ressalta-se, contudo, que não se trata de uma transcrição literal, dada a dinâmica com que as entrevistas ocorreram. Após, organizou-se tabelas com os dados obtidos.



UFU
 Universidade
 Federal de
 Uberlândia



Av. João Nogueira de Azeite, 521 - Bloco L, Sala 0304, Campus Santa Mônica,
 Uberlândia - MG, CEP: 38408-900 Fone: (35) 3275-4272
 e-mail: faued@ufu.br

ENTREVISTA AUTOCONSTRUÇÃO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

MORADOR DO BAIRRO: ☐ Sim ☐ Não

Há quanto tempo: _____

☐ Homem ☐ Mulher

Idade do entrevistado(a): _____

ASSUNTO:

A entrevista faz parte de uma pesquisa (realizada para o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia) sobre o contexto da autoconstrução na cidade de Montes Claros, compreendendo sua importância, suas características e necessidades.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
Como foi o processo de autoconstrução da moradia? Realizada com amigos, parentes, vocês mesmos, por mutirão?	
Teve ou tem algum depósito de materiais de construção perto que vocês conseguiram usar para construir? Quais foram os materiais?	
Teve algum motivo além da questão financeira que motivou vocês a escolherem pela autoconstrução? Ex.: questão cultural, liberdade pra tomar suas próprias decisões, família sempre fez assim.	
Quais foram as principais dificuldades que tiveram no processo da construção? Ex.: não saber como levantar uma parede ou alguma questão estrutural. E depois da moradia já construída? Ex.: infiltração, falta de revestimento, iluminação, etc.	
Como foi o processo de finalização da construção? A questão de acabamentos e se prevê expansões.	
No bairro como um todo, vocês sentem mais falta de quê? Ex.: equipamentos de lazer, praças, horta e cozinha comunitária, etc. Já teve alguma experiência em cozinha comunitária? Como é o uso do campo de futebol?	
Como foi o encaminhamento do processo de regularização? Teve dificuldade? A prefeitura conseguiu ajudar de alguma forma?	
Teve alguma construção coletiva do bairro que vocês aqui da região fizeram de forma coletiva? Ex.: igreja, praça, horta, etc.	

Entrevista realizada na tarde do dia 30 de Julho de 2025 no bairro São Geraldo II, em Montes Claros, MG.

Figura 35 – Perguntas da entrevista aos moradores na primeira visita ao bairro.

Fonte: Acervo da autora, 2025.

RESULTADO ENTREVISTA 1	1	2 e 3	4 e 5	6	7
Morador do bairro?	Sim	Sim, ambos	Sim, ambas	Sim	Sim
Há quanto tempo?	9 anos	15 anos	A mãe há mais de 50 anos e a filha desde que nasceu.	17 anos	72 anos, a vida inteira. É filha de um dos primeiros moradores do bairro.
Homem/Mulher	Homem	Homem e Mulher (Pai e filha)	Mulheres (Mãe e filha)	Mulher	Mulher
Idade?	51 anos	83 e 46 anos	91 e 48 anos	62 anos	72 anos
Como foi o processo de autoconstrução da moradia? Realizada com amigos, parentes, vocês mesmos ou por mutirão?	Construindo a casa sozinho. É aposentado e está construindo a casa para morar com sua esposa.	Compraram a casa pronta, depois só pagaram uma pessoa para levantar o muro da frente e também dois cômodos no fundo.	Construída pela família. Era de adobe e reformou. Sabiam as duas técnicas (alvenaria e adobe). Quando fizeram de adobe, pegavam água do rio na cabeça.	Comprou um barracão e reformou. Contratou mão de obra e também teve mutirão com 4 pessoas para bater a laje, retribuindo eles com feijoada. A construção da casa foi aos poucos.	Pela família e parte por mutirão. Segundo relatos orais, a Igreja era responsável pela distribuição de terras, delegava a função para alguém que se mudava para lá e passava a definir os limites dos terrenos. O pai dela foi escolhido pelo bispo para dividir e distribuir as terras, e ele também decidia onde ia passar as ruas e consequentemente onde podia construir ou não. Muitas pessoas iam para o bairro a procura de terras mais baratas ou doadas.
Teve ou tem algum depósito de materiais de construção perto que vocês conseguiram usar para construir? Quais foram os materiais?	Não. Compra na "cidade", na Telecimento, já que é mais barato que o local que vende no próprio bairro, além deles entregarem no local. A construção está sendo realizada com blocos de concreto.	Não, compraram os materiais na "cidade".	Não, compraram na "cidade".	Comprou na "cidade".	Compravam na "cidade", no bairro Major.

RESULTADO ENTREVISTA 1

1

2 e 3

4 e 5

6

7

Teve algum motivo além da questão financeira que motivou vocês a escolherem pela autoconstrução? Ex.: questão cultural, liberdade pra tomar suas próprias decisões, família sempre fez assim.

Principal motivo foi o financeiro, mas também porque aprendeu a construir com a família. Porém, se tivesse condições, contrataria profissionais da construção civil.

Não foram eles que construíram.

Principalmente por conta do financeiro, mas também porque tinha pedreiro na família.

Por motivo financeiro. Só depois que o filho aprendeu a construir e fez a dele do lado da casa dela, tanto no térreo como em cima.

A família já construía. Eles eram pedreiros que foram aprendendo uns com os outros.

Quais foram as principais dificuldades que tiveram no processo da construção? Ex.: não saber como levantar uma parede ou alguma questão estrutural. E depois da moradia já construída? Ex.: infiltração, falta de revestimento, iluminação, etc.

Não está tendo dificuldades porque já trabalhava na área. Disse que problemas variam de pedreiro para pedreiro e que os que fazem bem não tem muito problema, mas que tem alguns no bairro que não executam direito e geram problemas depois.

Não sabem dizer porque pagaram pessoa da "cidade" para construir.

Não tiveram dificuldades na construção. Depois de já construída sentem a casa quente.

Durante não, mas depois e até hoje tem muita infiltração e não conseguiu achar a origem. Tem também algumas rachaduras por conta de tremores que aconteceram uma vez na cidade. O banheiro tem problemas também, na descarga, por conta do encamento que foi feito de ferro. A casa é quente.

Casas antigas com problemas de dilatação pela forma como eram construídas no alicerce. Quando asfaltou as ruas lá perto as casas sentiram um pouco também, e também quando teve tremores na cidade.

Como foi o processo de finalização da construção? A questão de acabamentos e se prevê expansões.

Ainda está construindo. Sobre as expansões, pretende construir inicialmente apenas o térreo, mas prevendo construir posteriormente em cima, aproveitando o afastamento lateral para uma escada.

Sem revestimentos.

Os acabamentos vão acontecendo aos poucos e foram expandindo aos poucos também, tanto a casa principal como também a pequena casa ao fundo para o filho e esposa. Hoje não pretende mais expansões.

Aos poucos e prevê em cima.

Aos poucos. Refizeram algumas partes que deram problemas.

RESULTADO ENTREVISTA 1	1	2 e 3	4 e 5	6	7
No bairro como um todo, vocês sentem mais falta de quê? Ex.: equipamentos de lazer, praças, horta e cozinha comunitária, etc. Já teve alguma experiência em cozinha comunitária? Como é o uso do campo de futebol?	Falta supermercado, só tem uma praça, não tem farmácia (fecha muito rápido), nem lotérica e nem Caixa 24 horas. Não tem cozinha comunitária. Às vezes tem doação de comida na praça, mas nem todo mundo pega. Ele mesmo não gosta de pegar, diz que prefere trabalhar por conta própria para comprar o que comer. A presidente da Associação do Bairro que devia ajudar a conquistar mais coisas para o local ganhou a eleição mas sumiu. Sobre o campo de futebol, faz parte do loteamento.	Sentem falta de tudo. Tinha a Casa do Pão, com cursos para os jovens, mas parou de funcionar com a pandemia. Agora parece que querem voltar com o funcionamento.	Falta muitos serviços porque o aluguel dos lugares lá é caro e por consequência os produtos que vão vender também, e a população não dá valor. Não tem cozinha comunitária e jovens usam o campo de futebol.	Falta coisas de lazer e diferentes. Quando querem algo assim precisam ir no bairro Major ou no centro da cidade. O bairro tem posto policial mas sem polícia, além de faltar farmácia. Não tem cozinha comunitária lá mas gostaria muito que tivesse. Tinha Associação das Costureiras mas fechou, para abrigar o ESF. Ele fechou há um tempo, abrindo a UBS em outro lugar do bairro, agora elas tentam voltar com a associação. No residencial do MCMV está criando uma nova escola. Na quadra da escola existente eles usam para tudo e para eventos também.	Falta muita coisa, pela distância também. A Associação do bairro está parada, o presidente deixou o cargo e a que assumiu não pode fazer muita coisa, então a Associação está sem receber benefícios.
Como foi o encaminhamento do processo de regularização? Teve dificuldade? A prefeitura conseguiu ajudar de alguma forma?	Está sendo encaminhado o processo de regularização de algumas áreas do bairro para passar escritura. Rede de esgoto não tem, usa fossa. Ele tem solicitação para regularizar, mas ainda está no início da construção.	Já compraram a casa pronta, já regularizada.	Ainda está em processo de regularização e a prefeitura tem asfaltado as ruas aos poucos.	Não tem a escritura, só o de compra e venda, mas não o registro.	Não tem nenhum documento da casa. O que assegura eles e muitas pessoas nos terrenos no bairro é o direito à usucapião. Muitas áreas foi por doação. Tem gente que tem documento de compra e venda, outros perderam. E antigamente essas coisas não eram muito importantes também. A prefeitura começou a regularização de algumas áreas. Algumas pessoas até pagaram mas não receberam. Há promessa de regularização de algumas áreas.
Teve alguma construção coletiva do bairro que vocês aqui da região fizeram de forma coletiva? Ex.: igreja, praça, horta, etc.	Igrejas construídas por mutirão.	Igreja católica nova.	Igrejas.	Não sabe.	Igreja católica nova. Uma parte foi por mutirão, a outra contrataram. A igreja antiga é patrimônio municipal e ela tem mais de 100 anos. Cerca de 1910 ou até antes, que foi construída. Era de adobe mas reformaram com tijolo, antes do tombamento.

Tabela 2 - Resultados da Entrevista 1.
Fonte: Acervo da autora, 2025.



**Universidade
Federal de
Uberlândia**



 Av. João Nogueira de Aguiar, 2121 - Bloco C, Jd. Santa Helena
 Uberlândia - MG, CEP: 38408-908, Fone: (34) 3333-4272
 E-mail: faued@ufu.br

ENTREVISTA 2 AUTOCONSTRUÇÃO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

MORADOR DO BAIRRO: ☐ Sim ☐ Não

Há quanto tempo: _____

☐ Homem ☐ Mulher

Idade do entrevistado(a): _____

ASSUNTO:

A entrevista faz parte de uma pesquisa (realizada para o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia) sobre o contexto da autoconstrução na cidade de Montes Claros - compreendendo a importância, as características e necessidades de tal prática - bem como sobre a escassez e o estado dos equipamentos de cultura, lazer e esporte nessas áreas.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
Quais são as técnicas que vocês costumam usar para construir as casas aqui do bairro? É mais com tijolo, cimento e concreto, ou o pessoal usa bloco de concreto, madeira, adobe (que alguns moradores comentaram que era usado no começo do bairro), tijolo de solo-cimento, ou mesmo materiais reaproveitados? Tem algum outro modo que vocês costumam construir por aqui?	_____ _____ _____ _____ _____
Quem construiu a casa de vocês? (Em caso de autoconstrução da própria família: como aprendeu a técnica?) Se no bairro tivesse aulas de técnicas diferentes para construção, vocês teriam interesse em participar? Ex: técnicas ecológicas, tijolo solo-cimento, entre outras.	_____ _____ _____ _____ _____
(PERGUNTA PRINCIPALMENTE PARA OS JOVENS): Quanto aos equipamentos de lazer, vimos que só tem uma quadra e o campo de futebol, mas que o campo é de terra. Sobre o campo de futebol - como é o uso dele no dia a dia? O pessoal usa muito? Tem jogo com frequência?	_____ _____ _____ _____ _____
(PERGUNTA PRINCIPALMENTE PARA OS JOVENS): Se fosse possível melhorar o campo, vocês prefeririam manter o campo grande de terra como está, ou ter uma quadra ou campo menor, porém mais estruturado e com melhores condições de uso? Tipo um campo society ou quadra poliesportiva.	_____ _____ _____ _____ _____
Como é a relação da comunidade com aquela vegetação perto do campo? Como o pessoal usa? As pessoas utilizam o espaço para conversar, brincar, descansar, etc, ou só pra cortar caminho?	_____ _____ _____ _____ _____

Entrevista realizada na tarde do dia 11 de Novembro de 2025 no bairro São Geraldo II, em Montes Claros, MG.

Figura 36 – Perguntas da entrevista aos moradores na primeira visita ao bairro.

Fonte: Acervo da autora, 2025.

RESULTADO ENTREVISTA 2	1	2	3	4	5	6	7, 8 e 9
Morador do bairro?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Há quanto tempo?	15 anos	7 meses	Mais de 20 anos	40 anos	Mais de 20 anos	10 anos	Desde que nasceram.
Homem/Mulher	Homem	Mulher	Mulher	Homem	Homem	Mulher	Homens
Idade?	73 anos	16 anos	40 anos	48 anos	45 anos	50 anos	13, 13 e 12 anos
Quais são as técnicas que vocês costumam usar para construir as casas aqui do bairro? É mais com tijolo, cimento e concreto, ou o pessoal usa bloco de concreto, madeira, adobe (que alguns moradores comentaram que era usado no começo do bairro), tijolo de solo-cimento, ou mesmo materiais reaproveitados? Tem algum outro modo que vocês costumam construir por aqui?	Feita de alvenaria e não reaproveita material. Alguns moradores do bairro construíam no início com adobe.	A casa que mora é alugada, mas sabe que eles usaram tijolo, concreto e cimento. A cobertura é de telha de amianto e fica muito quente.	Alvenaria normal, casa alugada. No bairro utilizavam adobe no começo, igreja e casas ao redor de adobe. Não reaproveitam.	Casa de alvenaria e quem construiu foi pedreiro, também utilizando o depósito do bairro. Casa de adobe destruída no quintal, sendo construída nova casa.	Alvenaria.	Alvenaria. Algumas pessoas reaproveitam o material para construir.	-

RESULTADO ENTREVISTA 2	1	2	3	4	5	6	7,8,9
Quem construiu a casa de vocês? (Em caso de autoconstrução da própria família: como aprendeu a técnica?) Se no bairro tivesse aulas de técnicas diferentes para construção, vocês teriam interesse em participar? Ex.: técnicas ecológicas, tijolo solo-cimento, entre outras.	Ele mesmo construiu. Aprendeu a técnica de fazer adobe sozinho. Hoje só faz de alvenaria e também aprendeu sozinho.	Construção feita pelo próprio dono da casa. Se no bairro tivesse aulas de técnicas de construção ela gostaria de aprender.	O dono que construiu e aprendeu trabalhando com pedreiros. Se tivesse aulas de construção ela teria vontade de participar, para economizar.	Construída por pedreiro e ajudantes na construção. Ele, que é o dono, é participante na obra, não executa diretamente mas ajuda.	Casa alugada. Tem vontade de participar de oficinas de construção se tivesse.	Irmãos construíram. Aprenderam a função de pedreiros. Se tivesse aulas de construção, ela teria vontade de participar.	Construído pelos pais e parentes; pelo avô; e família tem pedreiros.
Quanto aos equipamentos de lazer, vimos que só tem uma quadra e o campo de futebol, mas que o campo é de terra. Sobre o campo de futebol — como é o uso dele no dia a dia? O pessoal usa muito? Tem jogo com frequência?	O campo é utilizado por crianças, jovens e adultos.	Os jovens utilizam com frequência.	Utilizado bastante no sábado, tanto para futebol como com crianças soltando pipa.	Final de semana é utilizado por jovens e adultos, futebol comum.	Finais de semana. Crianças utilizam no domingo, acompanhadas por um adulto.	Adultos e crianças utilizam e tem jogos com frequência.	Utilizam nos fins de semana. As crianças e adolescentes não têm espaço, porque se os adultos chegam, eles precisam sair.

RESULTADO ENTREVISTA 2	1	2	3	4	5	6	7,8,9
Se fosse possível melhorar o campo, vocês prefeririam manter o campo grande de terra como está, ou ter uma quadra ou campo menor, porém mais estruturado e com melhores condições de uso? Tipo um campo society ou quadra poliesportiva.	Queria cercar o campo porque uma coisa que o incomoda muito é a bola batendo no portão. Ou construir uma praça no terreno. Gostaria que fizesse algo diferente lá.	Preferia o campo equipado com grama.	Muita poeira para aos moradores ao redor, então seria melhor society ou praça.	Preferia mudar para society.	Society com grama seria melhor porque já tem uma quadra no bairro.	Melhorado com grama.	Society, porque o que tem lá tem perigos para quem joga, sem iluminação e adolescentes já se machucaram.
Como é a relação da comunidade com aquela vegetação perto do campo? Como o pessoal usa? As pessoas utilizam o espaço para conversar, brincar, descansar, etc, ou só pra cortar caminho?	A vegetação é usada para cortar caminho.	Usa somente para cortar caminho.	Apenas para cortar caminho.	É utilizado, mas requer melhorias, parece que a prefeitura tem uma projeto para lá.	Utiliza de passagem para a Gameleira, outro bairro, ninguém utiliza a vegetação para outras atividades.	Somente para cortar caminho, não é usado para outros fins.	Passagem para campinho menor.

Tabela 3 - Resultados da Entrevista 2.
Fonte: Acervo da autora, 2025.

5 PROPOSTA DE CENTRO COMUNITÁRIO E ASSESSORIA TÉCNICA ITINERANTE

5.1 Justificativa

Conforme exposto anteriormente, sabe-se que, no Brasil, a denominada Lei nº 11.888/2008 instituiu a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), visando fornecer apoio técnico e acessível de profissionais da área da construção civil à população de baixa renda. Entretanto, como foi abordado, a efetivação de tal lei ainda se configura como restrita, não ocorrendo em muitos locais do país, verificando-se apenas algumas experiências pontuais bem-sucedidas, enquanto em outros casos houve iniciativas de implementação mas que se mostraram fragilizadas, principalmente no que tange à não abertura para uma participação ativa das comunidades nas decisões. No município de Montes Claros, o cenário apresenta-se de modo análogo.

Nesse sentido, o município citado prevê, em seu Código Municipal de Obras – Lei nº 3.302/02, artigo 145 –, o fornecimento de plantas populares para a população e a disponibilização de seis modelos de projetos, sendo a abertura do processo pelo interessado ligada ao pagamento do emolumento no valor de R\$51,88 e à comprovação da posse do terreno, que precisa estar vago. Tais medidas atendem à previsão de assistência técnica concebida na Lei nº 11.888/08 (ATHIS), mas falham muitas vezes no que tange à participação dos moradores na decisão sobre o projeto, limitando sua autonomia e desconsiderando os contextos específicos de cada área, além do fato de boa parte das áreas formadas pela autoconstrução serem ocupadas de modo informal, não sendo regularizadas e, por consequência, não conseguindo o acesso aos serviços citados.

Além disso, em se tratar de outros programas e iniciativas que visam auxiliar esses locais, a cidade conta com a existência apenas do Programa de Regularização Fundiária (REURB), lançado pela prefeitura em 2023, com o objetivo de regularizar a situação da população carente que não possui registro formal completo dos imóveis. Todavia, tal programa, ainda que represente um avanço em termos jurídicos, não se traduz em melhorias diretas na qualidade de vida, moradia e infraestrutura para essas populações.

Ainda nesse sentido, segundo uma matéria publicada em 2005 pelo jornal O Norte, houve uma iniciativa de parceria entre a prefeitura da cidade com a Faculdade Santo Agostinho, o Conselho regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, a Associação regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e o Instituto de Arquitetos do Brasil, com o

objetivo de viabilizar serviços de arquitetura e urbanismo para famílias de baixa renda na cidade. A proposta buscaria facilitar a aprovação e regulamentação de projetos bem como promover a prestação de serviços de apoio nas construções residenciais, além de possibilitar aos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da faculdade desenvolverem, sob orientação dos professores, atividades que se assemelhavam à realidade do exercício profissional. No entanto, não foram encontradas informações acerca da efetivação da implementação da proposta e, além disso, sabe-se que a faculdade em questão foi fechada no ano de 2018, o que também pode ter comprometido o projeto, caso tenha sido implementado.

Outro ponto a se destacar é que o único programa habitacional que possui um certo nível de envolvimento das famílias na cidade é o MCMV Entidades, porém, sua atuação ocorre no sentido da criação de conjuntos habitacionais e não na melhoria das residências já existentes. Assim, percebe-se a necessidade de políticas que envolvam efetivamente a participação da população nas decisões projetuais e que atuem não só na criação de novas edificações, mas também em auxílio das condições habitacionais já existentes, além de serem capazes de promover espaços coletivos, frequentemente ausentes nos locais de maior vulnerabilidade social.

Desse modo, tendo em vista a importância do tema, a reduzida presença de arquitetos e urbanistas no campo da autoconstrução e a situação de necessidade no cenário de Montes Claros, um programa voltado para melhoria de todo esse cenário se faz essencial. Assim sendo, a proposta deste trabalho consiste na criação de um programa de assessoria técnica itinerante, garantido pela ATHIS, que realmente envolva a participação das pessoas e que atue nos locais com concentração de autoconstrução em contextos de baixa renda na cidade de Montes Claros, como mostrado na Figura 11.

Para isso, a proposta envolve a criação de centros comunitários onde aconteceriam as assessorias com os profissionais citados, em que esses auxiliariam a população em busca da melhoria dos espaços já existentes e na criação de projetos para novas edificações, quando desejadas pelo morador, sempre por meio de uma relação horizontal. Além disso, o centro também promoveria o aprimoramento da prática da autoconstrução local, em que os pedreiros locais de maior experiência em conjunto com aqueles que formalmente aprenderam o ofício ensinariam para a comunidade as técnicas e aprimorariam os conhecimentos já existentes da população. Além disso, espaços para o aprendizado de gestão financeira, de materiais e recursos, bem como ambientes para o uso coletivo da comunidade se fariam presentes.

Nesse sentido, o centro comunitário seria projetado e construído – envolvendo a participação da comunidade em todos os processos – e as assessorias técnicas com os

profissionais da construção civil, bem como aulas e outras atividades aconteceriam. Após um certo tempo de consolidação no local, a equipe profissional migraria para outra área de foco de autoconstrução em cenário de baixa renda na cidade – por isso o nome de assessoria técnica itinerante – e o centro comunitário construído continuaria a ser utilizado pela comunidade local, aproveitando os espaços criados para realização de atividades de cultura, lazer e/ou esporte, funcionando como grande espaço coletivo para a comunidade e sendo reflexo da história do local e marco de memória da passagem do programa de assessoria técnica naquela área. Assim, o programa seria promovido em outro lugar, repetindo o processo até contemplar todas as regiões que demandam atenção.

Vale salientar ainda que os centros comunitários propostos não teriam um modelo padrão projetual e arquitetônico a ser replicado em todos os locais por onde o programa fosse implantado. Essa decisão se justifica não apenas por estar alinhada à premissa aqui defendida de considerar as especificidades de cada contexto e as necessidades locais, mas também pelo fato de que as áreas de autoconstrução de baixa renda mapeadas na cidade apresentam configurações urbanas distintas. Entre essas diferenças destacam-se, por exemplo, as variações no tamanho dos terrenos disponíveis para implantação dos centros, bem como aspectos relacionados à insolação, ventilação e demais condicionantes ambientais. Assim, a adoção de um modelo padronizado poderia resultar em soluções inadequadas para determinadas situações.

Dessa forma, cada centro comunitário seria projetado a partir das especificidades de sua área de inserção e necessidades de cada comunidade, apresentando sim semelhanças, mas essas ligadas principalmente a aspectos construtivos e estruturais. Em todos os casos, por exemplo, buscaria-se priorizar o uso do sistema de pré-fabricação em cerâmica vermelha armada, inspirado no projeto de referência da moradia estudantil da Unicamp, que será apresentado posteriormente, sendo adotados outros sistemas construtivos apenas quando necessário para atender demandas específicas de cada caso, como ocorre no projeto do presente trabalho, conforme será mostrado. A materialidade também seguiria uma lógica semelhante entre os diferentes centros, de modo a estabelecer certa continuidade estética e construtiva.

Essas estratégias contribuiriam para a racionalização dos processos construtivos e para a construção de uma linguagem arquitetônica comum. Além disso, a identidade visual compartilhada permitiria que os centros funcionassem também como marcos associados ao próprio programa, possibilitando que a população reconhecesse a relação entre as diferentes unidades e as identificasse como parte de uma mesma iniciativa.

Nessa perspectiva, o primeiro local escolhido para a implantação da proposta foi o bairro São Geraldo II, em razão de sua extensão territorial, nível de consolidação urbana e das demandas identificadas na área. Dessa forma, o terreno selecionado para a instalação do centro comunitário no bairro, bem como o programa arquitetônico e as decisões projetuais são apresentados a seguir.

5.2 Escolha do terreno

Para escolha do local de implantação do centro comunitário no bairro São Geraldo II, foram considerados alguns dos terrenos disponíveis, analisando-se a localização de forma estratégica. Nesse sentido, o primeiro terreno avaliado como possível local de escolha foi o da Igreja São Geraldo Magela, haja vista sua localização central na região bem como a conexão facilitada e direta com a praça da Capela e, conseqüentemente, com o trajeto do transporte público.



Figura 37 – Localização da primeira opção de terreno analisada para o projeto.

Fonte: Google Earth, modificado pela autora, 2025.

Entretanto, como o bairro carece de espaços públicos, ocupar um espaço que poderia futuramente ser destinado à implantação de uma praça, por exemplo – equipamento urbano muito demandado na região –, não seria a opção mais adequada. Assim sendo, optou-se pela escolha do outro terreno analisado, que consiste na área adjacente ao campo de futebol, o qual também foi incorporado como um dos usos presentes no projeto, como será apresentado posteriormente.



Figura 38 – Localização do terreno escolhido para o projeto.

Fonte: Google Earth, modificado pela autora, 2025.



Figura 39 – Localização do terreno escolhido em relação ao bairro.

Fonte: Google Earth, modificado pela autora, 2025.

Nessa perspectiva, a escolha do terreno se deu pela localização estratégica desse, funcionando como possível ponto de união entre as diferentes áreas do bairro – tendo em vista que a região leste, embora em expansão com novas residências, apresenta certo isolamento em relação ao restante do bairro, como mostrado na Figura 39, e dispõe de menos serviços, como apresentado no Mapa de Uso e Ocupação anteriormente. Assim, a implantação do centro comunitário nesse local contribuiria para uma maior integração urbana e poderia funcionar como atrativo para o desenvolvimento de atividades na região. Além disso, como o transporte coletivo não atende diretamente essa porção do bairro, a proposta traz a possibilidade de inclusão de um novo ponto de ônibus no local do projeto, o que facilitaria a mobilidade da população, tanto para chegar diretamente ao centro como para ajudar no deslocamento dos moradores que atualmente residem mais distantes dos pontos de ônibus já existentes.

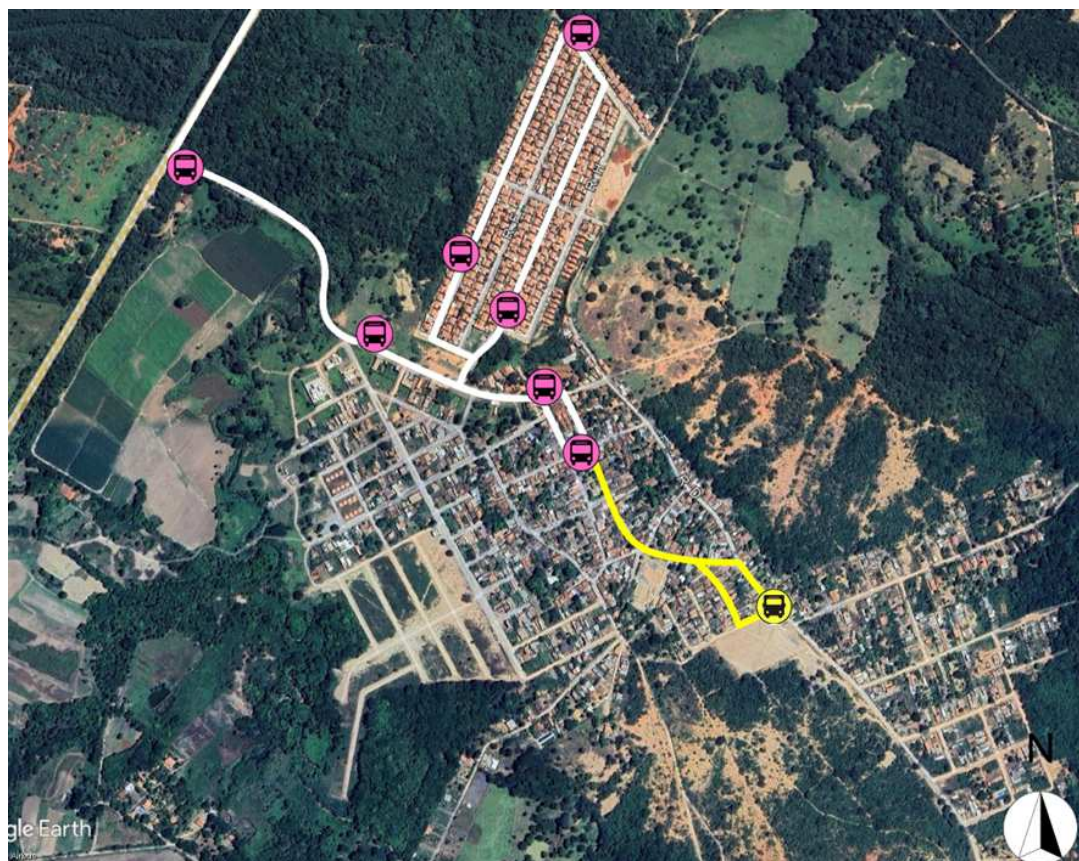


Figura 40 – Trajeto atual do transporte público, em branco, e incorporação de novo trajeto e ponto, em amarelo.

Fonte: Google Earth, modificado pela autora, 2025.

Ademais, considerando que o campo de futebol já funciona como um lugar que reúne pessoas – principalmente nos finais da tarde e fins de semana, usado tanto para prática de jogos como para soltar pipa – a presença de um centro comunitário no local potencializaria ainda mais essa vocação de convivência.



Figura 41 – Vistas do terreno da Rua Crisantino.

Fonte: Acervo da autora, 2025.



Figura 42 – Vista do terreno da Rua D.

Fonte: Acervo da autora, 2025.



Figura 43 – Vista do terreno da Rua D.

Fonte: Google Street View, 2023.

MAPA DO TERRENO

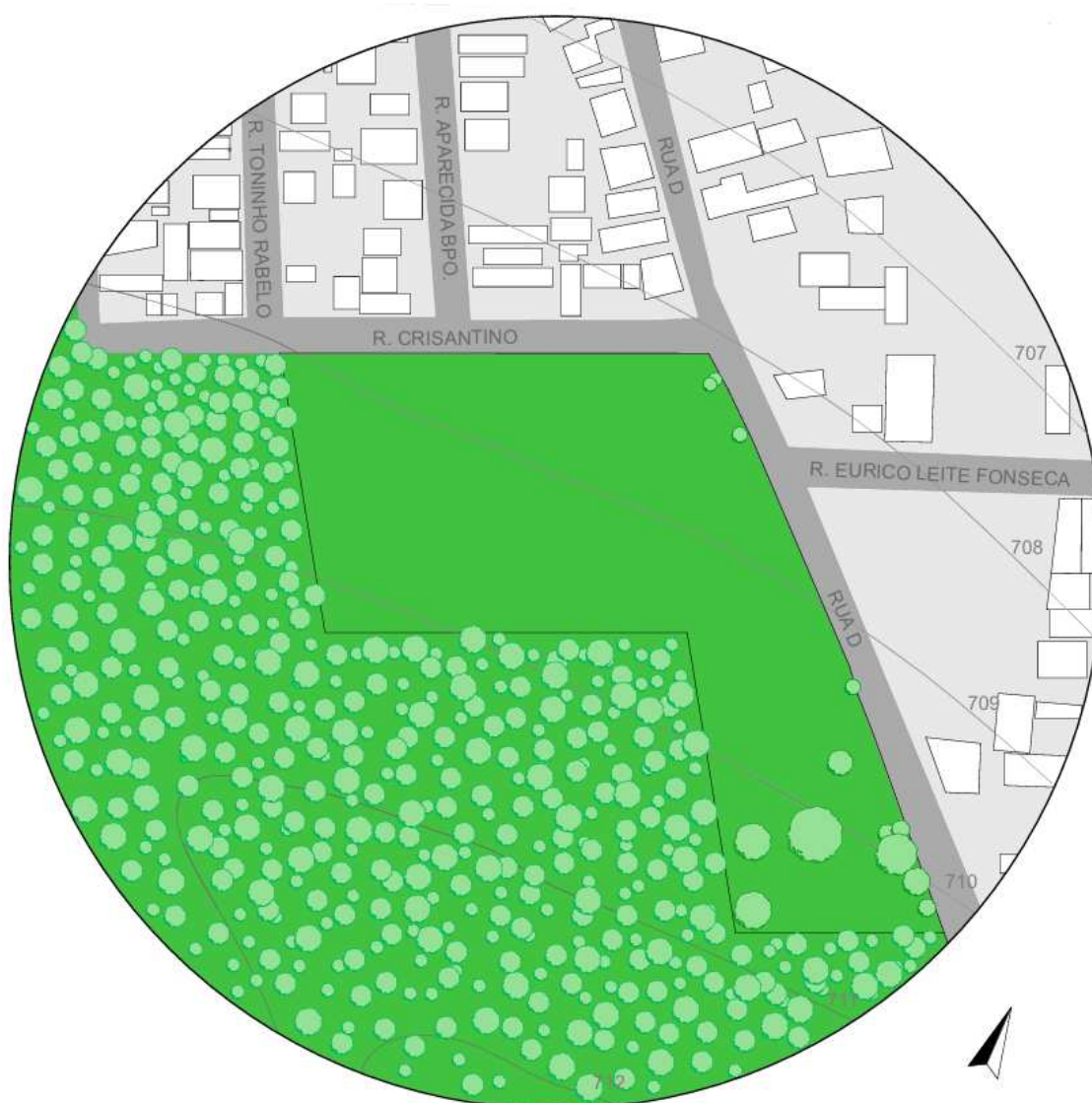


Figura 44 – Mapa do terreno, topografia e construções do entorno imediato.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

5.3 Referências projetuais

5.3.1 Centro de Oportunidade para Mulheres



Figura 45 – Centro de Oportunidade para Mulheres.

Fonte: ArchDaily, 2013.

Escritório: Sharon Davis Design

Local: Kayonza, Ruanda

Área: 2200 m²

Ano: 2013

O Centro de Oportunidade para Mulheres foi criado em busca da promoção do empoderamento feminino e impulsionamento da economia agrícola de subsistência de uma pequena comunidade em Kayonza, na Ruanda. Nesse sentido, a construção contou com a participação da população local, em um processo em que as arquitetas buscaram utilizar as habilidades de fabricação de tijolos da comunidade como algo não só para projetar o edifício, mas também como forma de estabelecer um programa de treinamento em técnicas locais de construção. Dessa forma, os futuros usuários do espaço realizaram a fabricação de tijolos com materiais encontrados no local e a partir de um novo método de prensagem manual, de maior durabilidade, por meio da adaptação dos conhecimentos e técnicas construtivas locais que já existiam. Assim, ao todo, 450.000 tijolos de barro foram fabricados.

Nessa perspectiva, o centro ajudou tanto na capacitação da pequena comunidade quanto como possibilidade concreta de reescrever o papel dos arquitetos, capacitando esses para criação de uma ética global de colaboração, como afirmado pelo escritório responsável.



Figura 46 – Área de cultivo.

Fonte: ArchDaily, 2013.



Figura 47 – Salas de aula no período da noite.

Fonte: ArchDaily, 2013.

Em se tratar do princípio de organização do espaço, o projeto adotou a ideia de uma aldeia vernacular de Ruanda, com vários pavilhões em escala humana aglomerados, apresentando formas circulares e criando camadas de transição entre espaços mais íntimos, com salas de aula; coletivos, com um espaço comunitário e mercado da fazenda; e o domínio cívico, ao nível da rua. Vale salientar ainda que a escolha pelas construções circulares foram reflexo de uma tradição de projeto ruandês perdida, mostrando o desejo projetual de realmente estabelecer uma conexão com as raízes locais.

Enquanto programa, o projeto conta com uma fazenda demonstrativa para produção e comercialização dos produtos desenvolvidos pelas mulheres; currais e salas de aula compactas, com a criação de animais e o aprendizado de métodos de armazenamento e processamento de alimentos, capacitando as usuárias a comandarem suas próprias cooperativas de alimentos como fonte de renda; mercado no qual a comunidade realiza a venda de alimentos, tecidos, entre outros elementos, possuindo conexão facilitada com a rua e com os diferentes tipos de transporte, situando-se ao redor de uma praça; além de espaços para serem alugados, como forma de gerar renda adicional. Além disso, o Centro também conta com alojamentos que possibilitam aos doadores e organizações parceiras experimentarem o espaço, construindo assim uma rede de relações entre as mulheres de Kayonza e os patrocinadores de todo o mundo.

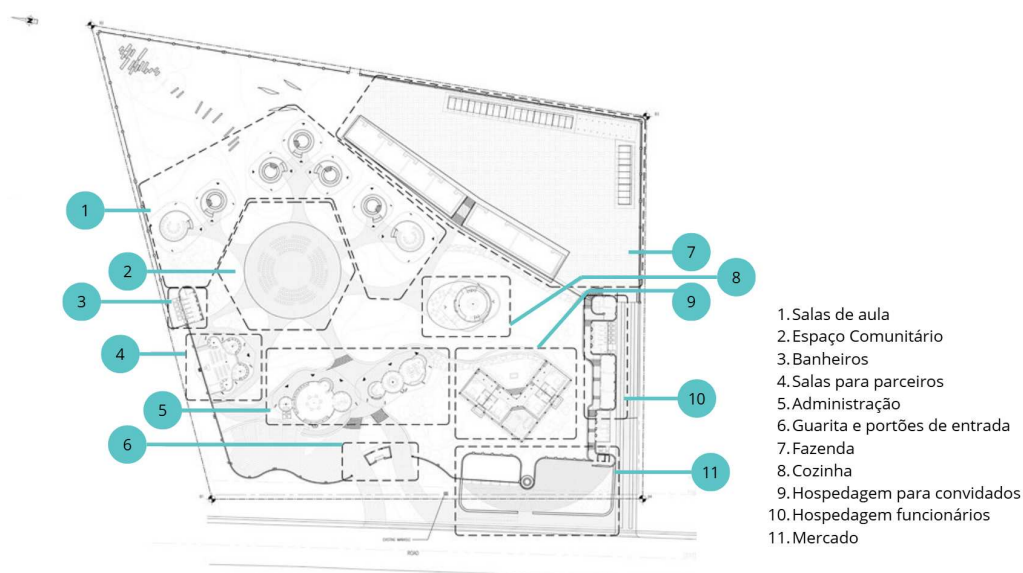


Figura 48 – Planta de implantação.

Fonte: ArchDaily, 2013.



Figura 49 – Mercado e conexão com a rua.

Fonte: ArchDaily, 2013.

Ademais, o projeto fez uso de sistemas sustentáveis – a exemplo de redes de purificação de água, biogás, banheiros com compostagem simples e higiênicos, entre outros – por meio de parcerias com empresas locais e com a capacidade de serem produzidos e mantidos pela própria população, gerando ainda fertilizantes naturais capazes de nutrir a fazenda ou serem comercializados para geração de renda. Somado a isso, buscou-se a utilização de estratégias naturais de conforto ambiental, com tijolos perfurados contribuindo para refrigeração passiva e proteção solar, mantendo ainda a privacidade.



Figura 50 – Espaço interno, com estrutura metálica evidente e parede de cobogó realizado com o próprio tijolo.

Fonte: ArchDaily, 2013.

Nesse sentido, o projeto foi escolhido como referência e inspiração para a proposta do Centro Comunitário do presente trabalho, sobretudo no que tange à interação com a população local, à escala humana considerada, às estratégias de conforto adotadas e à estrutura que, ao utilizar os tijolos em diálogo com o contexto e incorporar elementos metálicos, consegue promover uma atmosfera de contato e ao mesmo tempo de inovação. Além disso, destaca-se também como inspiração a composição espacial, com transição dos ambientes que, ainda assim, permaneceram integrados.

5.3.2 Escola Primária em Gando



Figura 51 – Escola Primária em Gando.

Fonte: ArchDaily, 2016.

Escritório: Kéré Architecture

Local: Burkina Faso

Área: 310 m²

Ano: 2001

Seguindo uma concepção semelhante à da referência projetual apresentada anteriormente – seja em relação à estrutura, seja quanto à composição estética e às técnicas construtivas adotadas – a Escola Primária em Gando, projetada por Francis Kéré, também foi escolhida como referência projetual para esse trabalho.

Primeiro projeto construído do arquiteto, a escola foi projetada a partir de inúmeros fatores considerados, como custos, disponibilidade de recursos, viabilidade da construção e clima, visando promover e possibilitar um espaço que atendesse da melhor maneira possível as demandas existentes e o que a realidade permitia. Assim sendo, tendo em vista que a argila é um elemento abundante na região, a construção foi levantada primeiramente de forma híbrida com argila e lama, sendo a técnica tradicional modificada e aprimorada para possibilitar uma construção que fosse estruturalmente mais robusta, sob a forma de tijolos de argila. Nesse sentido, para proteção desses, já que possuem durabilidade limitada, as paredes foram protegidas das chuvas com um telhado de zinco suspenso, sendo introduzido um teto de argila perfurada nas salas. Nessa perspectiva, tal teto de tijolos empilhados permitiu uma boa ventilação, com a entrada de ar fresco e a saída do ar quente com maior eficiência, e – considerando o clima quente e seco da região – a decisão tomada se mostrou eficiente e extremamente adequada, promovendo conforto térmico sem depender de sistemas mecânicos. Além disso, a cobertura foi levemente inclinada de forma a também ajudar o fluxo do ar e, outro ponto a se destacar, foram as próprias paredes espessas em alvenaria de barro, as quais também contribuíram com a alta inércia térmica.



Figura 52 – Telhado de zinco suspenso.

Fonte: ArchDaily, 2016.



Figura 53 – Interior de uma sala de aula.

Fonte: ArchDaily, 2016.

Outro ponto relevante é que o projeto teve forte participação da comunidade, sendo utilizadas técnicas sustentáveis e facilitadas para que os moradores pudessem participar. Nessa perspectiva, crianças e mulheres também conseguiram contribuir, com pedras recolhidas para fundação e água levada para fabricação dos tijolos, respectivamente. Assim, a escola se tornou símbolo de orgulho local e exemplo para diversas partes do mundo, levando o arquiteto a ganhar o prêmio Aga Khan Award for Architecture, em 2004, e contando com aplicações posteriores de biblioteca, alojamento e outras extensões.

Quanto à organização espacial, as salas de aula são dispostas linearmente e separadas por áreas exteriores cobertas, as quais possuem como possibilidade de uso tanto o ensino como a realização de outras atividades. Já em relação às fachadas, as janelas verticais coloridas junto às estruturas de tijolos que avançam levemente em relação à parede, formam um ritmo contínuo e harmônico, sendo as cores elementos que marcam e destacam esse ritmo bem como as esquadrias. Ademais, em se tratar da materialidade, a escola utilizou de diferentes materiais em sua composição. Nesse sentido, como dito anteriormente, a aplicação de tijolos foi realizada tanto como fins estruturais quanto como expressão da identidade da comunidade local; a estrutura de treliça espacial do telhado permitiu uma atmosfera de

inovação e ao mesmo tempo possibilitou a transmissão de uma leveza visual; e as pedras usadas na base reforçaram a conexão com a natureza e com o território.



Figura 54 – Entre as salas, espaços cobertos que se integram à parte externa.

Fonte: ArchDaily, 2016.



Figura 55 – Fachada evidenciando o ritmo, janelas coloridas e as pedras na base.

Fonte: ArchDaily, 2016.

Nessa perspectiva, o projeto foi escolhido como referência por motivos semelhantes aos citados sobre o Centro de Oportunidade para Mulheres, ou seja, pela materialidade, pelas

técnicas de conforto adotadas e pela interação com a comunidade e atenção concedida às especificidades locais. Além disso, os espaços cobertos promovidos entre as salas, como locais possíveis de ensino mas também de convivência e permanência, também foi algo a ser considerado para a presente proposta.

5.3.3 Centro Comunitário Kamwokya



Figura 56 – Centro Comunitário Kamwokya.

Fonte: ArchDaily, 2022.

Escritório: Kéré Architecture

Local: Kampala, Uganda

Área: 1600m²

Ano: 2022

Ainda seguindo uma perspectiva semelhante a das referências apresentadas, escolheu-se o Centro Comunitário Kamwokya para análise. Nesse sentido, o Centro nasceu de uma parceria realizada entre a Comunidade Cristã de Assistência Kamwokya – caracterizada como organização local sem fins lucrativos, buscando a promoção de atividades de cultura, esporte e lazer em uma das áreas mais pobres da capital de Uganda – em conjunto com a Fundação Ameropa, que atua globalmente em projetos voltados para o desenvolvimento de comunidades marginalizadas.

Em se tratar do projeto, este foi desenvolvido sobre uma plataforma com sistema de drenagem para proteção contra as enchentes que ocorrem com frequência no local durante as fortes chuvas. Nesse cenário, a plataforma foi dividida em pequenos e diferentes níveis, permitindo a prática simultânea de diferentes atividades, sem interferência de umas sobre as outras.

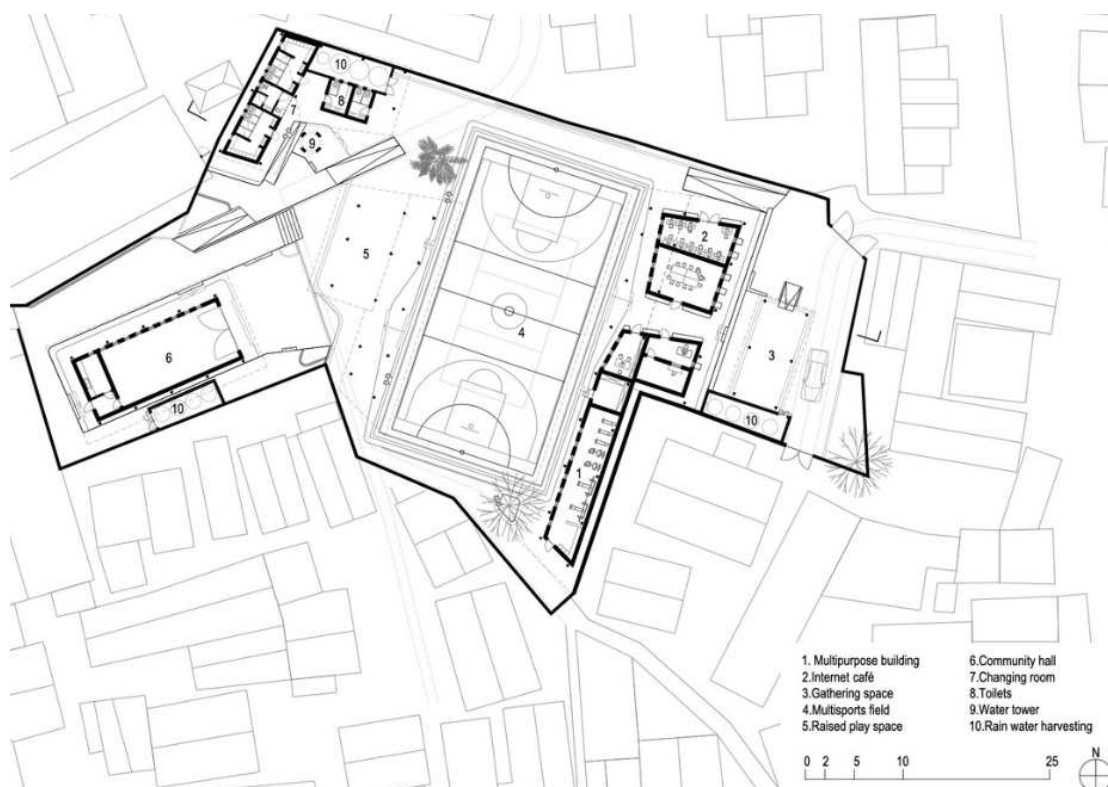


Figura 57 – Planta de Implantação.

Fonte: ArchDaily, 2022.

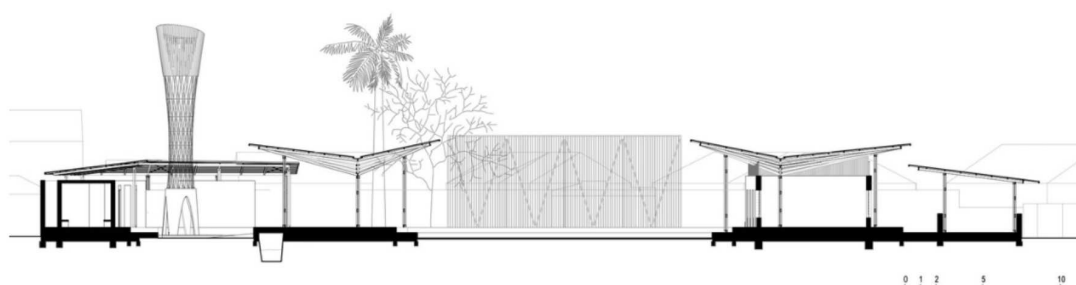


Figura 58 – Corte apresentando as diferenças sutis de nível.

Fonte: ArchDaily, 2022.

Outro ponto interessante acerca do projeto, é que esse buscou manter e incentivar o caráter público do local, ampliando-o de forma delicada e leve. Nesse sentido, o projeto proporcionou um espaço para as atividades já existentes no local, como encontros, eventos comunitários, aulas de música e dança, treinamento esportivo e jogos, bem como oficinas. Além disso, a principal quadra esportiva contou com uma arquibancada tanto para assistir aos jogos como para encontros informais e, ao lado da quadra, na plataforma, dois edifícios foram criados, com ambientes para café, diversas salas polivalentes para oficinas e aulas, estúdio de música e escritório, além de banheiros. Vale destacar ainda que tais edifícios contam com telhados borboletas, como mostrado na Figura 58, elevados por estrutura de aço – seguindo uma lógica parecida ao projeto do mesmo arquiteto da Escola Primária citada – contribuindo para ventilação e conferindo forte identidade ao Centro e um marco na paisagem.

Além disso, assim como na Escola Primária, entre os dois edifícios supracitados foi criado um espaço coberto não só para circulação mas também para convivência e permanência. Ademais, o projeto também envolveu o uso de tijolinhos, os quais, juntamente com a estrutura metálica – tanto da cobertura como dos pilares e das barras de fechamento entre o telhado e as paredes – e as esquadrias verticais de madeira, promoveram harmonia, leveza, identidade e ritmo.



Figura 59 – Área coberta multifuncional, em primeiro plano, e fachada evidenciando ritmo e materiais, ao fundo, bem como espaço coberto entre os edifícios.

Fonte: ArchDaily, 2022.



Figura 60 – Quadra, espaço multiuso e edificações .

Fonte: ArchDaily, 2022.

O projeto foi escolhido para análise tanto pelas razões já mencionadas nos outros projetos abordados, como também em decorrência do programa, o qual envolve espaços de ensino que também podem ser utilizados para outras atividades como oficinas, além de espaços cobertos multiuso, e a interação de todos esses ambientes com a quadra, haja vista que a presente proposta conta com um campo de futebol já existente no local.

5.3.4 Moradia estudantil Unicamp



Figura 61 – Moradia estudantil Unicamp.

Fonte: Vitruvius, s.d.

Arquiteto: Joan Villá

Colaboradores: Paulo Milanez, Ana Lúcia Muller, João Marcos Lopes, Mário Braga, Roberto Pompéia

Local: Campinas, São Paulo

Área do terreno: 55.043,20 m²Área construída: 17.242,42 m²

Ano: 1988-1991

Outra referência projetual escolhida para o presente trabalho foi o projeto das casas da moradia estudantil da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), principalmente em relação ao sistema construtivo utilizado. Nesse sentido, foi desenvolvido, por parte do arquiteto Joan Villá, um sistema de pré-fabricação em cerâmica vermelha armada, em um projeto que envolvia processo participativo entre diferentes setores da sociedade. A experiência – iniciada como atividade extracurricular no curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes com o ensaio do primeiro painel e interrompida pela demissão do corpo docente em tal instituição – foi retomada na Unicamp por Villá, que buscou desenvolver o restante do sistema e construiu as primeiras unidades.

No projeto, a técnica era repassada entre arquitetos, engenheiros e sociólogos e os profissionais do canteiro – pedreiros e serventes – e, posteriormente, esses instruíam o trabalhador não qualificado, assim, havia uma participação coletiva no processo. Além disso, as casas foram projetadas prevendo a possibilidade de ampliação futura, sendo dimensionadas para um aproveitamento total e, quando a nível de urbanização, buscava-se minimizar o máximo possível as áreas de circulação de veículos, restringindo geralmente a apenas uma via.

O sistema contava com tijolos baianos ou telhas de barro, montados em fôrmas de madeira, PVC ou metal, compondo painéis simples de parede, laje, cobertura e escada. Nessa lógica, o método se destacava pela sua simplicidade, eficiência e custo reduzido, além de permitir que em apenas dez dias, sem necessidade do uso de prumo, nível e linha, alguns homens conseguissem levantar uma casa. Diante dos inúmeros aspectos positivos e racionalidade do processo, o sistema foi utilizado em diferentes cidades para construção de várias edificações.



Figura 62 – Processo construtivo à esquerda e residência finalizada à direita.

Fonte: Arquivo Laboratório de Habitação Unicamp, apud Sabbag, 1989.

Os painéis, sejam quais fossem, eram realizados em um único gabarito, sendo executados horizontalmente e resultando em um peso que não ultrapassasse 80 kg, a fim de serem considerados painéis de pré-fabricação leve e com a possibilidade de serem transportados manualmente.

“Dispostos sobre uma superfície plana, os gabaritos recebem uma camada de areia e sobre esse leito colocam-se as peças de cerâmica, encostadas nos dois lados da moldura, resultando vãos de 4 cm de espessura, se o tijolo obedecer às normas da ABNT (19x19x19), que receberão a armadura e o concreto. No caso dos painéis de parede, o ferro se torna necessário apenas para assegurar o transporte da peça. Lajes de forro, por sua vez, recebem ferro de 1/4 de polegada. Os painéis de parede são arrematados por uma testada de concreto nas duas extremidades a fim de proporcionar superfície regular de apoio ao elemento de laje num dos lados, e no outro, o mesmo sobre o radier (laje de fundação). As instalações elétricas e hidráulicas estão contidas nos próprios componentes das paredes que recebem revestimento chapiscado, ainda no canteiro. Esse material, comumente utilizado como vedação, segundo Villá passa a ter um desempenho notável: com os painéis pode-se levantar três a quatro andares sem nenhum reforço.” (SABBAG, 1989, p. 30)

Outro ponto relevante é que as escadas tinham o peso reduzido em até 10 vezes, se comparada com os sistemas de pré-fabricação em concreto, e os painéis de cobertura apresentavam redução no custo, em decorrência da eliminação da madeira da carpintaria de telhados convencionais, apoiando-se diretamente nas empenas e bordas das lajes. No caso dos equipamentos comunitários, em que era necessário vencer maiores vãos – de 15 a 25 metros –

o arquiteto buscou desenvolver painéis curvos, com o uso do mesmo tijolo e do mesmo sistema.



Figura 63 – Processo construtivo da pré-fabricação de paredes, cobertura e escada.

Fonte: Arquivo Laboratório de Habitação Unicamp, apud Sabbag, 1989.



Figura 64 – Desenvolvimento de painéis curvos.

Fonte: Arquivo Laboratório de Habitação Unicamp, apud Sabbag, 1989.

Do primeiro protótipo, uma casa, erguido em 1985 na Unicamp, tem-se hoje o bairro para a Universidade, voltado para moradia estudantil. Implantado em um terreno de leve inclinação e amplas possibilidades de ocupação, foi desenvolvido com a participação direta de estudantes da universidade, que contribuíram no processo de concepção e aprimoramento do sistema construtivo proposto por Villá. O projeto adota uma organização modular e escalonada, resultando em unidades autônomas agrupadas em conjuntos de três, formando alas compostas por 27 moradias cada. Tais alas se interligam por jardins internos, criando uma sequência de pequenos pátios e espaços semi-públicos protegidos, que favorecem a convivência e a integração entre os moradores. Além disso, cada ala conta também com salas de estudo e um centro de convivência, reforçando o caráter comunitário e colaborativo do conjunto. Nesse contexto, a moradia oferece abrigo para cerca de mil estudantes de graduação e pós-graduação, configurando-se como um importante equipamento universitário tanto do ponto de vista funcional quanto social.

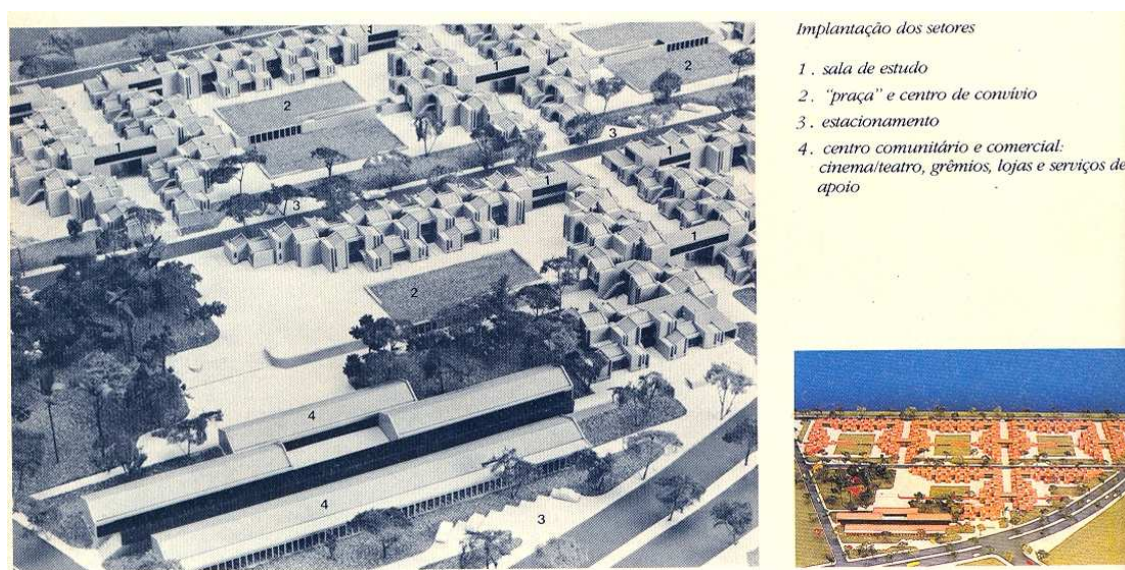


Figura 65 – Implantação dos setores.

Fonte: Arquivo Laboratório de Habitação Unicamp, apud Sabbag, 1989.

Vale destacar que, apesar do sistema construtivo racional e econômico, neste caso a universidade – proprietária do empreendimento – optou por contratar uma empreiteira para a fabricação dos componentes e execução das unidades. Essa decisão, aliada à busca por acabamentos mais aprimorados, praticamente dobrou o custo do metro quadrado, distanciando parcialmente o projeto de sua proposta inicial de baixo custo e ampla participação no processo construtivo. Todavia, ainda assim, o conjunto manteve parte do espírito do sistema desenvolvido por Villá, tornando-se uma referência significativa na produção habitacional

universitária brasileira pela forma como conciliou pré-fabricação leve, racionalidade construtiva e qualidade espacial (SABBAG, 1989).



Figura 66 – Maquete do projeto da moradia estudantil.

Fonte: Arquivo Laboratório de Habitação Unicamp, apud Sabbag, 1989.

Assim, o projeto foi escolhido como referência projetual por apresentar um caráter fortemente coletivo e participativo, além de conseguir unir técnicas conhecidas pelos moradores e racionalização, garantindo qualidade, eficiência, rapidez e reduzido custo, pontos essenciais no que tange à projetos que envolvem cenários de urgência e baixa renda, como na autoconstrução.

5.3.5 SESC Pompeia - Oficinas de Criatividade

Projetado pela arquiteta Lina Bo Bardi na década de 1970, o SESC Pompeia se caracteriza como marco arquitetônico de forte importância, apresentando uma abordagem inovadora e sensível à comunidade. O projeto envolveu a reutilização de galpões industriais existentes na cidade – atribuindo-lhes diferentes funções – e a criação de novos volumes, integrados aos galpões, visando abrigar funções que não eram possíveis de serem acomodadas nos edifícios existentes.

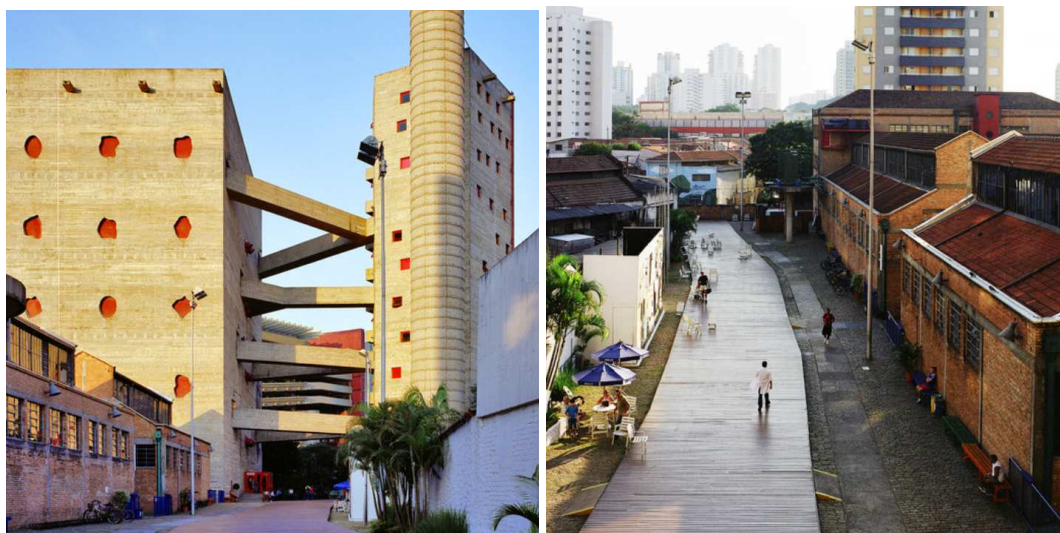


Figura 67 – SESC Pompeia .

Fonte: ArchDaily, 2013.

Nesse contexto, a escolha do projeto como referência para o presente trabalho se deu em decorrência das denominadas oficinas de criatividade, as quais ocorrem no Galpão das Oficinas e oferecem uma gama diversa de cursos e atividades desde a inauguração do espaço, em 1982, além de também serem utilizadas para exposições temporárias. Idealizadas pela arquiteta, surgiram visando a democratização do acesso à arte e incentivo à criatividade da comunidade, com uma proposta que envolvia a criação de um ambiente que permitisse a integração da arte no cotidiano das pessoas, onde todos pudessem participar. Assim, as oficinas passaram a se caracterizar como um dos marcos da programação de cultura e educação da unidade.

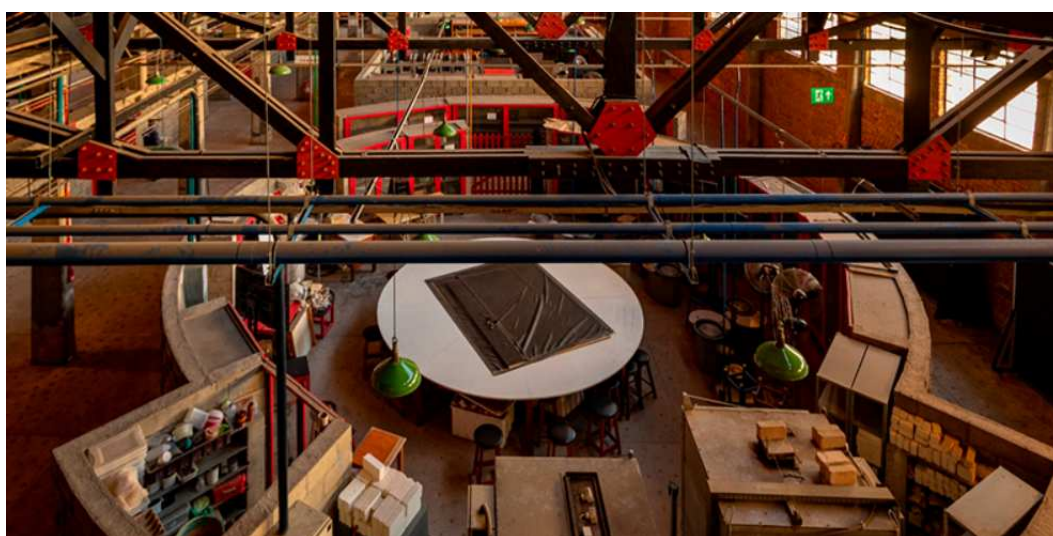


Figura 68 – Oficina de criatividade .

Fonte: SESC São Paulo, 2024.

Em relação à organização e disposição no espaço, as oficinas se desenvolvem em uma série de ateliês dispostos no galpão supracitado, o qual foi projetado pela arquiteta durante a requalificação da antiga fábrica de tambores, com a estrutura original preservada e novos elementos modernos incorporados, incentivando a interação social e o aprendizado comunitário. Assim, as oficinas são estruturadas por espaços de diferentes formas, circulares ou ortogonais, delimitadas por paredes de blocos de concreto de altura relativamente baixa, permitindo ambientes separados, mas, ao mesmo tempo, integrados.



Figura 69 – Paredes de blocos de concreto delimitando a oficina.

Fonte: SESC São Paulo, 2025.



Figura 70 – Oficina de criatividade com formato ortogonal .

Fonte: SESC São Paulo, 2013.

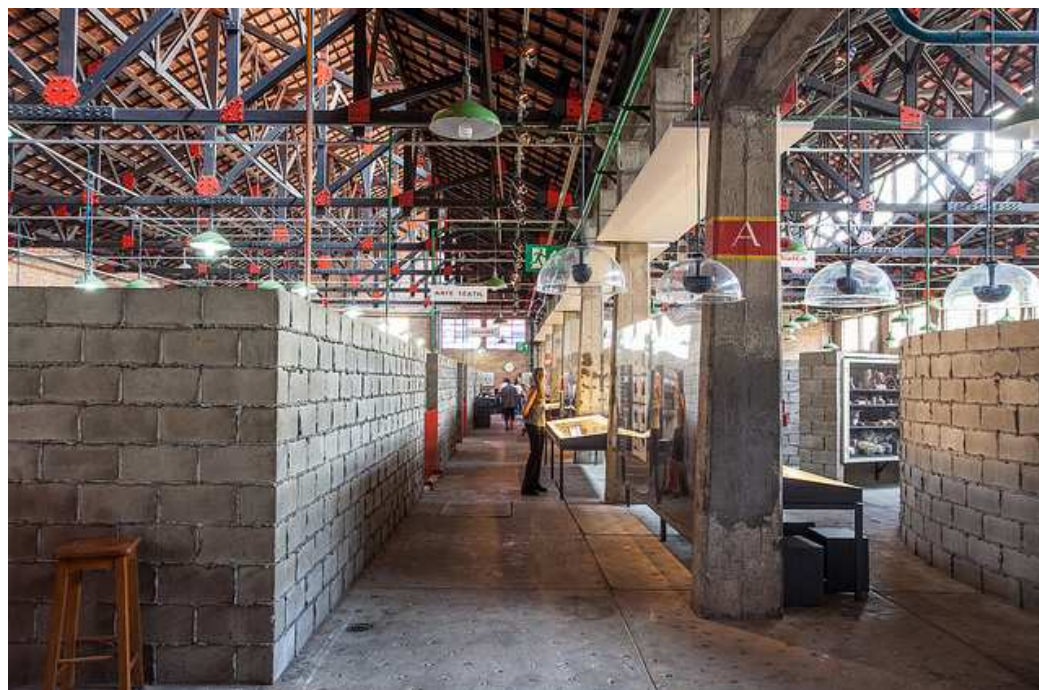


Figura 71 – Oficinas dispostas no galpão .

Fonte: SESC São Paulo, 2013.

Em decorrência da possibilidade de diferentes layouts bem como delimitação e integração simultâneas, esses elementos foram escolhidos como inspiração projetual, configurando uma organização aplicável, por exemplo, às assessorias técnicas entre arquitetos urbanistas, engenheiros e moradores, além de potenciais usos para outras atividades futuras.

5.3.6 Redes da Maré, Peabiru TCA e Usina CTAH

Enquanto referências de exemplificação de propostas de interação horizontal e troca de saberes entre profissionais como arquitetos urbanistas e a população, escolheu-se os projetos Redes da Maré, Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais (Peabiru TCA) e Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Construído (Usina CTAH), abordados aqui em conjunto por apresentarem essências semelhantes.

Nesse sentido, a organização Redes da Maré, embora não focada necessariamente em assessoria técnica com profissionais da construção civil, é um forte exemplo de busca conjunta por melhorias do espaço. Nesse sentido, a Redes é uma organização da sociedade civil atuante no conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro, em uma área com cerca de

140 mil habitantes distribuídos em 16 comunidades. A organização, que nasceu a partir dos anos 80 pela mobilização comunitária e que foi formalizada no ano de 2007, busca a garantia de direitos e melhoria nas condições de vida da população local, atuando nos campos da educação, cultura, segurança pública e direitos humanos, saúde, urbanismo e moradia.

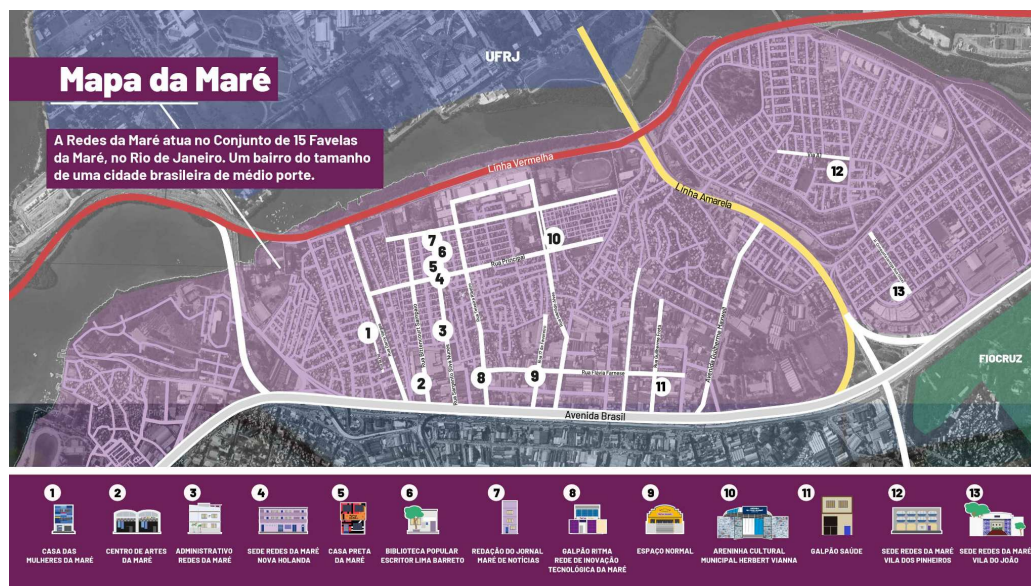


Figura 72 – Mapa da Maré.

Fonte: Redes da Maré, s.d.

Atuando como ponte entre comunidade, poder público e profissionais, a Redes articula parcerias e realiza projetos que impactam as comunidades. Nesse contexto, em relação às parcerias em Arquitetura e Urbanismo, por exemplo, já promoveu encontros em colaboração com o CAU/RJ, com mesas de debate entre arquitetos, lideranças comunitárias e moradores, com foco em habitação justa e intervenções urbanas participativas na Maré, valorizando co-criações de soluções urbanísticas, a atuação de profissionais da construção civil nas favelas e o respeito aos saberes locais. Além disso, a organização também realizou e realiza intervenções urbanas colaborativas com tais profissionais, tendo como exemplo o Projeto Azulejaria, realizado em parceria com a Azulejaria – que se configura como um coletivo artístico e educativo – promovendo intervenções em espaços públicos da Maré, combinando arte, memória e identidade territorial em murais e instalações que transformam o uso urbano. Como exemplo, tem-se o “Maré a Céu Aberto”, intervenção que instalou painéis e esculturas em pontos de referência e símbolos do território.



Figura 73 – Azulejos resultantes do Projeto Azulejaria.

Fonte: Redes da Maré, s.d.



Figura 74 – Fachadas com os azulejos produzidos.

Fonte: Redes da Maré, s.d.



Figura 75 – Intervenção do Maré a Céu Aberto no espaço urbano .

Fonte: Redes da Maré, s.d.

Outro projeto interessante realizado pela Redes foi o Placas de Ruas da Maré, que também contou com a participação dos profissionais citados de forma consultiva e colaborativa. O projeto surgiu da necessidade de mapear e oficializar os logradouros da comunidade, muitos dos quais não constavam nos registros oficiais da cidade, buscando garantir acesso a serviços urbanos essenciais. Assim, em 2012, com a produção de placas de rua, o projeto envolveu o mapeamento e a identificação das vias que não estavam oficialmente registradas, realizando também um processo de investigação e resgate da memória local com alguns dos moradores e moradoras mais antigos. Durante 10 anos, o Censo Maré mapeou todo o Complexo da Maré e, graças ao projeto, nasceu o Placas de Ruas, sendo, até 2016, cerca de 505 ruas reconhecidas pela prefeitura, com placas cerâmicas produzidas por moradores e artistas em oficinas locais. Além disso, o projeto ganhou destaque nacional e internacional, representando o Brasil na 15ª Bienal de Arquitetura de Veneza e integrando o acervo do Museu de Arte do Rio (MAR), com exposições em outros países.

Dessa maneira, além da questão estética, o projeto contribuiu para afirmar o direito à cidade e cidadania, combatendo a invisibilidade histórica enfrentada pela comunidade e fortalecendo o reconhecimento da região.



Figura 76 – Produção e fixação das placas.

Fonte: Redes da Maré, s.d.



Figura 77 – Oficina do projeto Placas de Ruas da Maré .

Fonte: Redes da Maré, s.d.

A Peabiru TCA, por sua vez, embora tenha o foco na questão projetual, também apresenta e busca a interação comunitária semelhante à Redes da Maré. Fundada em 1993, também é uma associação sem fins lucrativos, atuando na capital do estado de São Paulo e desenvolvendo assessoria técnica em produção habitacional com autogestão e urbanizações de assentamentos precários e favelas. A equipe conta com profissionais diversos – como arquitetos urbanistas, engenheiros, advogados, sociólogo, psicólogo, entre outros – e, desde o fim dos anos de 1980, busca desenvolver projetos e acompanhar obras habitacionais de interesse social, nas realidades de programas de mutirão com autogestão implementados pela prefeitura de São Paulo em 1989 e 1992. Assim, a estrutura se manteve e os projetos são realizados e financiados conforme as parcerias feitas.

Outro ponto relevante é que a associação atua na relação horizontal com os moradores e na busca da realização de assessorias conforme cada realidade e necessidade, com instrumentos de representação de projeto para cada caso específico. Além disso, o grupo também promove oficinas denominadas ATHIS (Oficina de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social), com apoio do CAU/BR, para debates acerca da inserção de profissionais da construção civil no cenário da produção habitacional em contextos de baixa renda.



Figura 78 – Processo projetual com a população .

Fonte: Peabiru, 2013, apud LINHARES, 2018.



Figura 79 – Linguagens para comunicação projetual para técnicos e moradores.

Fonte: Peabiru, 2013, apud LINHARES, 2018.

Por fim, a Usina CTAH – também uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1990 com um equipe multidisciplinar e atuante na cidade de São Paulo – apresenta uma proposta semelhante a da Peabiru TCA, assessorando movimentos sociais com projetos compartilhados, mobilizações de fundos públicos para consolidação das propostas, mutirões e processos de autogestão, além de buscar a realização das assessorias de modo compreensível à população e considerando suas necessidades e demandas.

De acordo com o próprio grupo, sua prática propõe “superar a produção autoral e estritamente comercial da Arquitetura e do Urbanismo e busca, para tanto, integrar e engendrar processos alternativos à lógica do capital através de experiências sociais, espaciais, técnicas e estéticas contra-hegemônicas” (VILAÇA E CONSTANTE, 2015, apud LINHARES, 2018, p. 166).

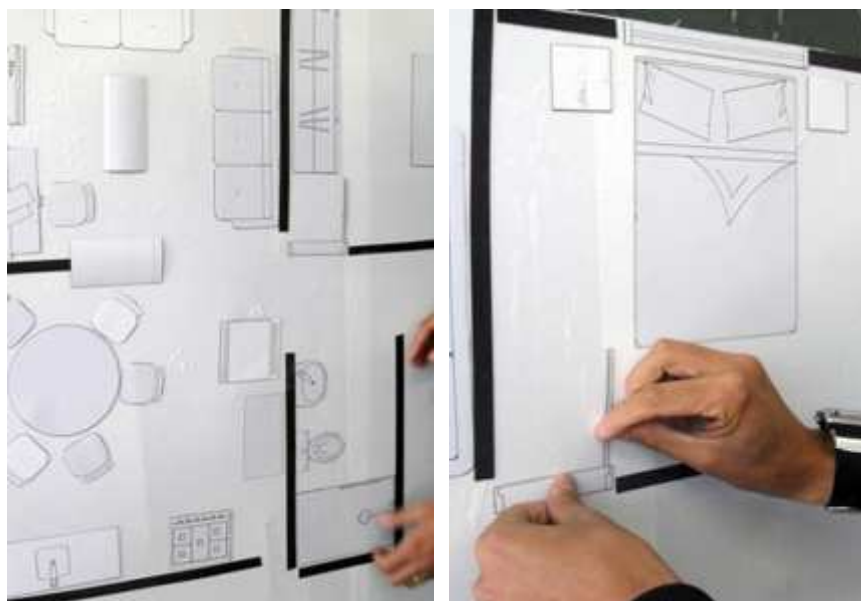


Figura 80 – Linguagem utilizada em processo de decisão de projeto em mutirão.

Fonte: Usina CTAH, s.d., apud LINHARES, 2018.

Assim sendo, os projetos foram analisados como referências por exemplificarem como a atuação profissional por assessoria técnica pode ocorrer de modo interativo, agindo também para além das residências dos moradores, com intervenções e melhorias do espaço urbano. Ademais, evidenciam a temática aqui abordada acerca da importância das assessorias acontecerem, a fim de garantir os direitos básicos dos indivíduos e promover uma maior inserção dos arquitetos urbanistas e outros profissionais nos cenários da autoconstrução. Somado a isso, são exemplos de como as assessorias podem ocorrer sem imposições e com linguagens compreensíveis, em processos participativos.

5.4 Proposta Projetual

5.4.1 Programa base

Para definição do programa do Centro Comunitário, foram estabelecidas, primeiramente, algumas palavras-chave ligadas ao tema e aos desejos relacionados ao projeto, conforme apresentado na Figura 81, a fim de guiar a decisão de quais espaços fariam mais sentido para a proposta. Assim, a partir desse processo, delineou-se cinco setores, sendo eles o setor técnico/ formativo, setor de cultura, setor de alimentação, setor administrativo e setor de esporte. Vale salientar que os setores foram escolhidos e determinados como reflexo do desejo de criar um Centro que abrigue diferentes usos, construindo um espaço múltiplo, diverso, de

Figura 82 – Diagrama de estudo de relações desejadas entre os setores.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

5.4.2 Estudo Preliminar

Com o programa base definido, realizou-se um estudo de relações, compreendendo quais conexões seriam realizadas e quais delas aconteceriam de forma indireta ou direta, ajudando também nas decisões acerca da implantação do projeto no terreno. Também foram feitos estudos de fluxos, distribuição e disposição do programa no terreno.



Figura 83 – Diagrama de estudo de relações diretas e indiretas entre os espaços -
Estudo Preliminar.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

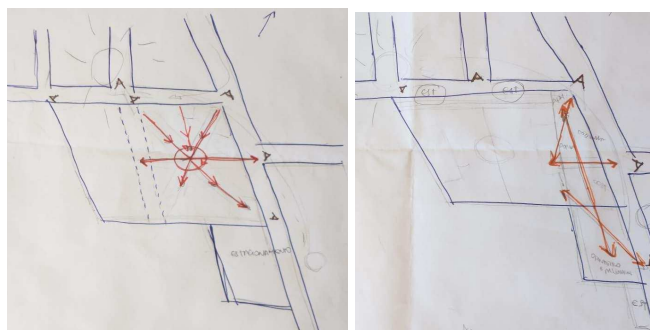


Figura 84 – Estudos iniciais de fluxo da primeira etapa.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

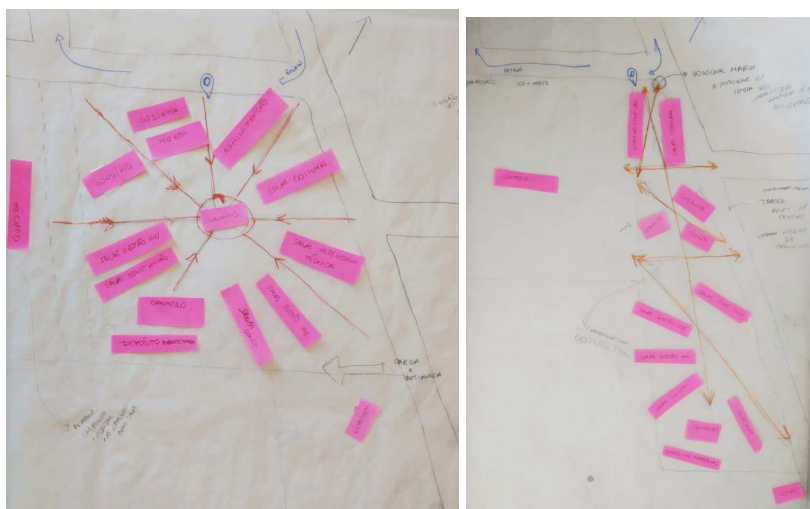


Figura 85 – Estudos iniciais da primeira etapa, com análise de posicionamento do programa no terreno, acessos e circulação.

Fonte: Elaboração própria, 2025.



Figura 86 – Croquis estudos de implantação da primeira etapa.

Fonte: Elaboração própria, 2025.



Figura 87 – Definição da implantação da primeira etapa.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Assim, a proposta de implantação da primeira etapa – Estudo Preliminar – foi realizada considerando as visadas do terreno, os fluxos existentes e desejados e a relação com as ruas do entorno, buscando favorecer a conexão com a cidade e a compreensão do conjunto arquitetônico. Inicialmente foram analisadas duas propostas: uma que utilizava parte do campo de futebol existente para implantação do projeto e outra que mantinha integralmente o campo. A partir da análise das vantagens e limitações de cada alternativa, optou-se por uma solução síntese, na qual o campo foi preservado, por sua relevância para a comunidade, mas com uma pequena redução em sua dimensão, a fim de possibilitar um melhor aproveitamento do terreno para o projeto. A implantação resultante buscou valorizar ainda as visadas do terreno e os edifícios foram dispostos de forma levemente deslocada entre si, gerando espaços intermediários destinados à circulação, convivência e permanência. Em alguns pontos, as construções foram conectadas por coberturas, estratégia que contribui para o sombreamento e para a unidade do conjunto.

Em se tratar da organização espacial, o setor técnico/formativo ficou voltado para a Rua D, de modo a reduzir o impacto do ruído do campo de futebol nas salas de ensino e posicionar o canteiro de obras em área mais interna do terreno. O setor administrativo, por sua vez, foi implantado em posição central, enquanto os espaços comunitários, como a cozinha e as áreas de convivência, foram posicionados próximos à esquina do terreno, favorecendo o acesso e a relação com o espaço público. Nesse ponto também foram previstos banheiros, como equipamentos de apoio.

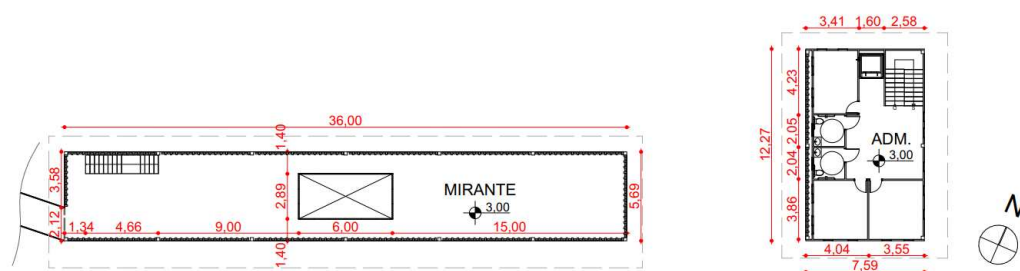


Figura 89 – Plantas primeiro pavimento do Estudo Preliminar. Sem escala.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

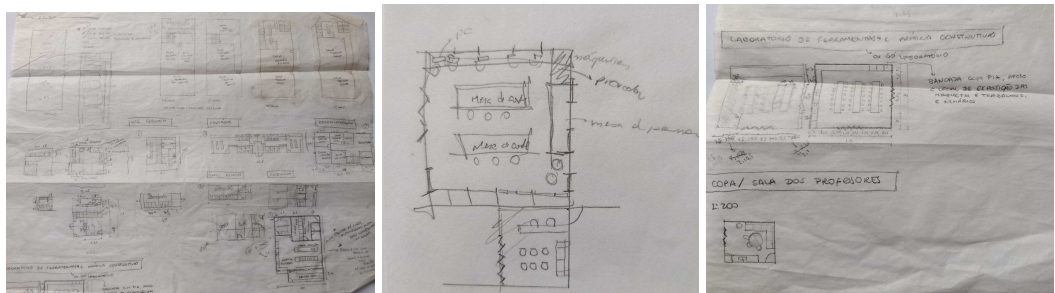
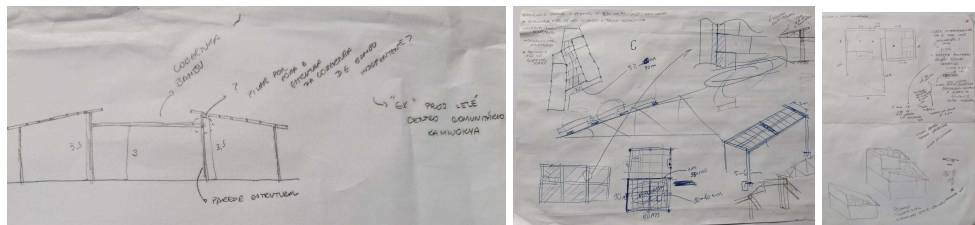
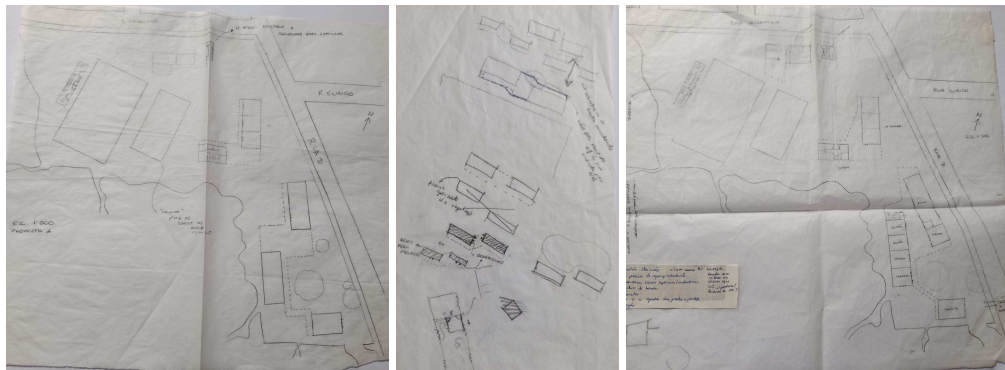
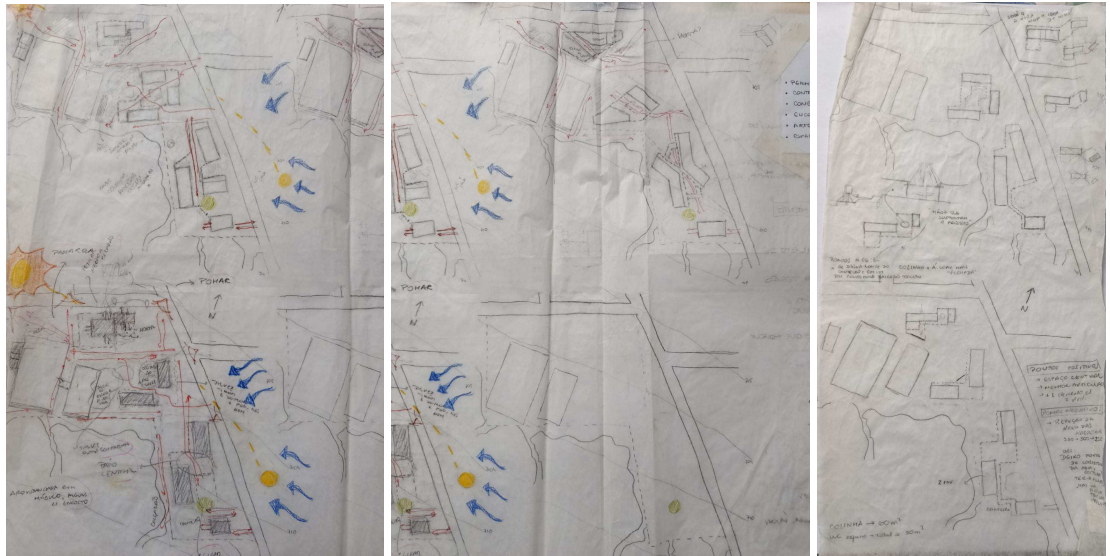
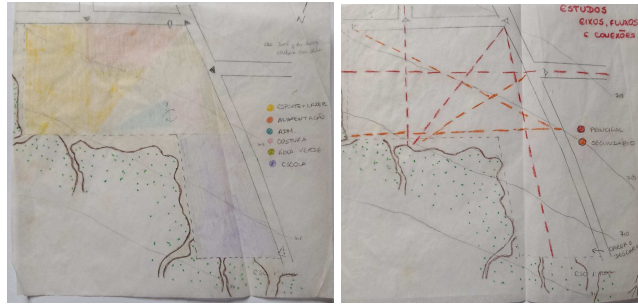


Figura 90 – Perspectiva geral do Estudo Preliminar.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

5.4.3 Anteprojeto

Na segunda etapa deste trabalho, buscou-se realizar o anteprojeto. Para isso, houve a continuidade da pesquisa de campo, com novas visitas e entrevistas pelo bairro. Paralelamente a esse processo, o desenvolvimento do projeto arquitetônico foi sendo amadurecido a partir das reflexões trazidas na banca da primeira etapa. Assim, realizou-se o estudo de uma nova implantação, atendendo ao programa previamente definido, que também passou por alguns refinamentos sem alterar sua base. Além disso, foram aprofundados os aspectos formais e estruturais.



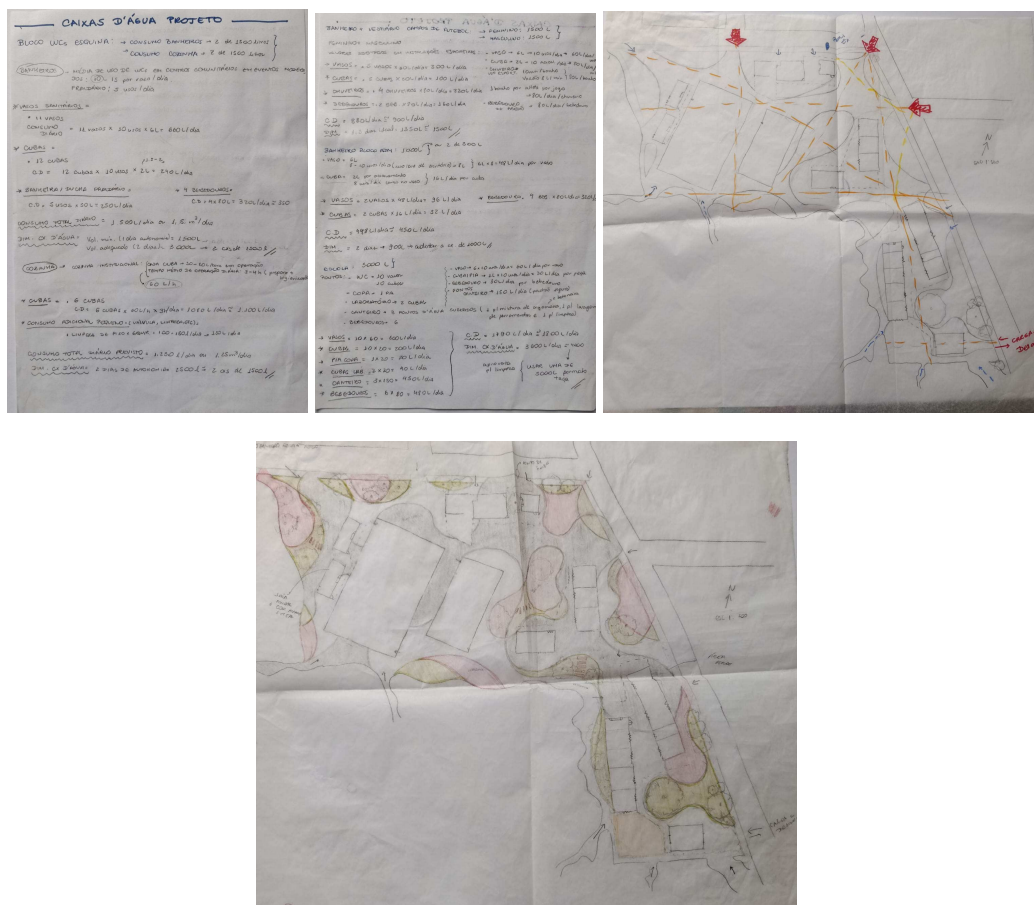


Figura 91 – Croquis de estudo do Anteprojecto.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

5.4.3.1 Programa

Considerando o programa base e as necessidades locais, definiu-se o programa de cada setor. Assim, o setor técnico/formativo contempla: espaços dedicados ao aprimoramento dos conhecimentos de construção dos autoconstrutores e ao ensino daqueles que apresentam o desejo de aprender sobre essa área, com salas de aula e um canteiro escola para aulas práticas; salas para ensino sobre gestão financeira bem como gestão de materiais e recursos, temas tão importantes e necessários no cenário da autoconstrução; e um grande espaço para assessorias técnicas, que aconteceriam como espécies de ateliês, seguindo uma lógica de organização espacial semelhante a das oficinas de criatividade do SESC Pompeia, mas com os próprios elementos de mobiliário funcionando como delimitação leve dos espaços, possibilitando uma maior flexibilidade e integração. Além disso, o setor conta com uma área de atendimento ao público; uma copa como apoio aos profissionais que trabalharem no local; um depósito para materiais de construção a serem utilizados no canteiro; um laboratório de práticas construtivas

/ maquetaria; e uma área central coberta com a trama de bambus, podendo ser utilizada tanto para convívio como para possíveis palestras e eventos que viessem a ocorrer no local.

O setor de cultura, por sua vez, conta com salas destinadas à Associação de Costureiras do bairro. Conforme mencionado, a associação encontra-se atualmente em processo de busca pela retomada de suas atividades, após ter sido solicitada de deixar o espaço onde funcionava anteriormente. Nesse sentido, a proposta prevê a disponibilização de ambientes no Centro Comunitário capazes de acolher e apoiar o retorno de suas atividades, oferecendo espaços mais amplos e adequados, além de possibilitar maior integração com outras ações e programas desenvolvidos no local.

Já em relação ao setor de alimentação, encontra-se a proposta de uma cozinha comunitária, onde seria realizado o preparo de refeições com preços mais acessíveis para a comunidade e a distribuição de refeições gratuitas com uma determinada frequência, estimulando o convívio social e contribuindo para produção de alimentos para as famílias mais necessitadas. Além disso, esse setor também conta com área de convivência tanto interna como externa – gerando diferentes níveis de privacidade – como apoio às pessoas que desfrutarem da cozinha e como área a ser utilizada para permanência e convívio em geral, além de um mirante no pavimento superior, o qual serviria igualmente às funções mencionadas, funcionando ainda como apoio para assistir aos jogos e contemplar a bela vista que se tem no terreno, conforme mostrado na Figura 42.

Por fim, o setor administrativo compreende a administração do Centro – com espaços para as coordenações, sala de reuniões, recepção, almoxarifado e copa – e o setor de esporte engloba os campos society e os equipamentos de banheiros/vestiários.

Cabe ressaltar ainda que os setores, embora diferentes um do outro, seriam conectados no projeto, de forma a gerar um espaço integrado. Assim, realizou-se um estudo de relações, compreendendo quais conexões seriam realizadas e quais delas aconteceriam de forma indireta ou direta, ajudando também nas decisões acerca da implantação do projeto no terreno.



Figura 92 – Diagrama de estudo de relações diretas e indiretas entre os espaços - Anteprojeto.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

5.4.3.2 Implantação e acessos

Em se tratar da implantação do projeto, essa foi revisitada a partir das reflexões apresentadas na banca avaliadora da primeira etapa e das observações obtidas nas novas visitas de campo. Embora alguns princípios definidos no estudo preliminar tenham sido mantidos, foram realizados ajustes na organização dos setores e na configuração dos edifícios, buscando aprimorar as relações espaciais, os fluxos internos e a integração visual do conjunto com o entorno.



Figura 93 – Planta de Implantação final. Sem escala.

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 94 – Planta de Locação. Sem escala.

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 95 – Perspectivas gerais.

Fonte: Elaboração própria, 2026

Nesse sentido, a implantação do conjunto buscou valorizar ao máximo as visadas a partir de pontos estratégicos do entorno, especialmente nas esquinas e nos encontros com as ruas próximas ao terreno. Essa estratégia visou estabelecer uma relação de continuidade visual entre o espaço urbano e o projeto, valorizando as edificações propostas e permitindo que o conjunto fosse amplamente percebido a partir do exterior. Dessa forma, reforçou-se a ideia de integração, conexão e permeabilidade visual em todo o terreno. Além disso, os edifícios foram posicionados de modo a gerar fluxos facilitados e contínuos, promovendo uma permeabilidade também nesse sentido.



Figura 96 – Principais fluxos. Sem escala

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 97 – Perspectiva pela Rua Crisantino e Rua Toninho Rabelo.

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 98 – Perspectiva pela Rua Aparecida Bpo.

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 99 – Perspectiva pela Rua Crisantino e Rua D.

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 100 – Perspectiva pela esquina.

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 101 – Perspectiva pela Rua Eurico Leite Fonseca.

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 102 – Perspectivas pela Rua D.

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 103 – Distribuição dos setores no projeto.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

O setor técnico-formativo foi posicionado a sudoeste do terreno, com fachadas principais voltadas para a Rua D. Tal escolha se justificou pela busca em evitar o impacto do barulho proveniente do campo de futebol nas salas de ensino e, ao mesmo tempo, afastar o canteiro de obras — espaço naturalmente mais ruidoso e com geração de poeira — posicionando-o na parte mais interna do lote. Somado a isso, a configuração escolhida também favoreceu a criação de uma área mais reservada para carga e descarga de materiais no depósito, o qual se localiza ao lado do canteiro.

O laboratório e as salas de teoria da construção foram dispostas próximas ao canteiro, uma vez que estão diretamente relacionadas às atividades práticas realizadas nesse espaço. Tal proximidade também favorece a logística de funcionamento, já que o local atende às aulas práticas das salas e, portanto, o barulho gerado pelas atividades não impactaria de forma significativa o desenvolvimento das atividades. As salas de gestão, por sua vez, foram posicionadas próximas às anteriores, porém com certo distanciamento do canteiro, garantindo maior tranquilidade para as atividades desenvolvidas nesses ambientes.



Figura 104 – Canteiro com laboratório ao lado esquerdo e depósito ao lado direito.

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 105 – Vista para depósito e canteiro.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

No edifício voltado para a Rua D, além de uma das salas de teoria da construção, foi posicionada a sala de assessorias técnicas – de forma a facilitar o acesso – contando com mobiliário flexível para diferentes configurações do espaço. Ao lado, posicionou-se a sala de atendimento ao público para eventuais dúvidas, bem como uma copa de apoio aos profissionais que trabalharem nesse setor. Além disso, uma área de convivência coberta foi gerada de forma central, a partir da cobertura com trama de bambu, possibilitando um espaço

não só de circulação, mas de convívio e eventuais palestras e outros trabalhos que possam acontecer.

Outro ponto a se destacar é que, embora o setor técnico-formativo tenha permanecido na mesma área prevista anteriormente, sua disposição foi reorganizada. Os edifícios passaram a apresentar configuração ortogonal e foram posicionados considerando também o formato do terreno. Um dos blocos acompanha a leve inclinação existente na Rua D, enquanto o outro se posiciona de maneira conforme ao outro lado do lote. Esse arranjo gera um pequeno deslocamento entre os edifícios, criando um eixo visual que direciona o olhar para o interior do projeto e estabelece uma relação direta de fluxo e conexão com os demais setores do conjunto. O setor técnico / formativo possui acessos pela Rua D; pela parte posterior do edifício — que se conecta aos caminhos existentes no terreno e à continuidade do projeto —; e também por uma entrada frontal articulada com os percursos principais.

Ademais, possui uma delimitação por meio de gradil, adotada em função da necessidade de proteção dos materiais de construção presentes nesse espaço. Essa solução permite garantir a segurança dos equipamentos utilizados nas atividades do setor, sem comprometer a permeabilidade visual do conjunto. Dessa forma, o gradil atua simultaneamente como elemento de proteção e como dispositivo que mantém a continuidade visual entre os diferentes espaços do projeto.



Figura 106 – Sala de assessorias técnicas.

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 107 – Área central coberta - setor técnico/formativo.

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 108 – Vista do setor técnico em direção ao restante do projeto e ao depósito e canteiro, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 109 – Perspectiva de uma das entradas no setor técnico.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Na sequência, localiza-se o setor de cultura, implantado próximo à administração e aproximadamente na mesma região prevista anteriormente, porém reorganizado de forma mais ortogonal, a fim de melhorar as relações espaciais em relação ao restante do conjunto. O edifício apresenta entradas voltadas para o interior do projeto, incentivando que os usuários

percorram e utilizem os espaços abertos criados, além de permitirem que as salas de costura se relacionem diretamente com áreas de convivência externas.

O setor administrativo, por sua vez, responsável pela gestão do centro comunitário como um todo, foi implantado em uma posição central no terreno. Essa localização facilita o acesso dos usuários e permite que o setor funcione como um ponto de referência para atendimento, orientação e organização das atividades desenvolvidas nos diferentes espaços do projeto. Esse setor, juntamente ao de cultura, assumem o papel de transição entre os espaços formativos e os espaços coletivos.



Figura 110 – Setor cultural e setor administrativo e integração deles com o deck, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

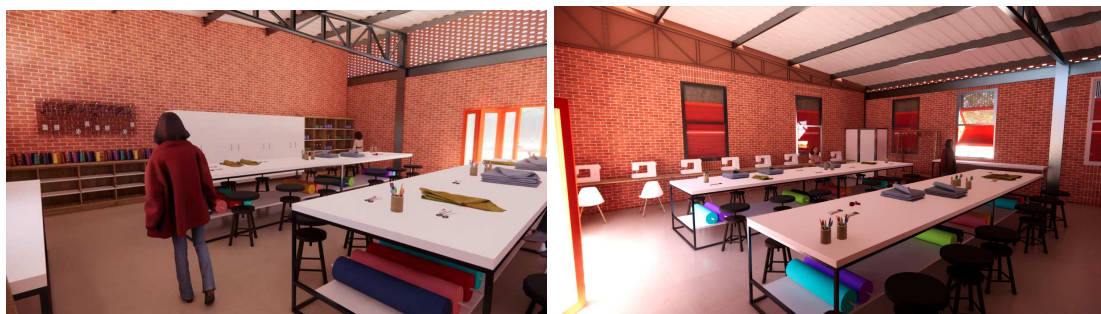


Figura 111 – Salas de costura

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Em relação ao setor de alimentação, a cozinha comunitária foi implantada próxima à esquina, com fachada principal voltada para a Rua Crisantino. Essa localização favorece o acesso das pessoas que chegam ao local, haja vista a presença do ponto de ônibus proposto próximo dali, contribuindo para aqueles que desejam ir buscar refeições ou utilizar o espaço. Acrescentou-se ainda, próximo a essa mesma esquina, os banheiros, atendendo tanto a quem utiliza dos espaços de convivência da cozinha quanto às salas de costura e ao público que circula pelo ponto de ônibus. A área de convivência coberta associada à cozinha estabelece a transição para uma área de convivência descoberta, gerando diferentes níveis de privacidade e

ampliando a integração com o espaço público. Sobre esse espaço de apoio e convívio foi proposto um mirante, concebido com o objetivo de valorizar as vistas do entorno e também permitir que os usuários acompanhem as partidas esportivas.

Para viabilizar esse mirante, foi criada uma arquibancada associada a uma escada integrada. Enquanto a escada possibilita o acesso ao nível superior de forma direta, a arquibancada funciona como espaço de convivência, permanência e apoio para aqueles que desejam assistir aos jogos. Além disso, o acesso ao mirante também é garantido por meio de uma plataforma de acessibilidade, posicionada de modo integrado à arquibancada.



Figura 112 – Cozinha comunitária.

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 113 – Área de convivência interna da cozinha.

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 114 – Área de convivência externa da cozinha.

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 115 – Arquibancada com escada incorporada e plataforma de acessibilidade.

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 116 – Mirante.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Em relação ao setor esportivo, a principal mudança em comparação com a primeira etapa do presente trabalho foi em relação ao campo de futebol. No terreno, existe um campo de futebol de terra com dimensões oficiais, mantido no estudo preliminar. Entretanto, a partir das discussões realizadas na banca e também das conversas com moradores durante a pesquisa de campo, identificou-se a preferência da comunidade pela implantação de campo do tipo society em substituição ao campo de terra existente, de modo a gerar maior conforto aos usuários e permitir uma melhor articulação com os outros elementos do projeto, gerando também mais espaços de apoio para assistir aos jogos e permitindo o posicionamento do campo com orientação solar correta.

Além disso, durante as entrevistas realizadas nesse segundo momento, descobriu-se que, além do campo principal, existe um segundo campo menor localizado em uma área mais reservada próxima ao terreno, no meio da vegetação adensada. O local é utilizado por crianças e adolescentes nos momentos em que os adultos chegam para jogar no campo maior e eles precisam sair dali, recorrendo então a esse espaço secundário. Considerando esse aspecto, optou-se pela implantação de dois campos society de dimensões diferentes, possibilitando a

realização simultânea de atividades esportivas por diferentes grupos. O maior é um Fut 8 – 8 jogadores por time – e o outro é um Fut 5 – 5 jogadores por time. Ainda no setor esportivo, conta-se com a presença de banheiros/vestiários, funcionando como apoio aos jogadores e posicionados próximo ao campo society maior. Nos limites dos campos, foram colocados alambrados, a fim de gerar maior segurança para as pessoas que circularem e estiverem próximos dali, além de atender as reclamações dos moradores das residências próximas ao terreno, em que alegam a frequência de batidas de bola em seus portões e muros.



Figura 117 – Terreno do projeto em amarelo, com campo de futebol de uso principal, e campo de futebol secundário em laranja.

Fonte: Google Earth, modificado pela autora, 2026.



Figura 118 – Campos society propostos e edifícios de banheiros/vestiários próximo ao campo maior.

Fonte: Elaboração própria, 2026.



Figura 119 – Banheiros/Vestiários.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Por fim, também foram realizadas alterações relacionadas à topografia. Enquanto na primeira etapa os níveis do projeto foram propostos de forma predominantemente plana, nesta fase buscou-se preservar ao máximo a topografia natural do terreno. Considerando que o lote apresenta declividades suaves e poucas variações de nível, foram realizados ajustes apenas nas áreas de implantação das edificações, onde se fez necessária a criação de planos mais regulares. Essa estratégia reduziu significativamente a necessidade de escadas e rampas e minimizou intervenções de terraplanagem no terreno e consequente redução de custos.

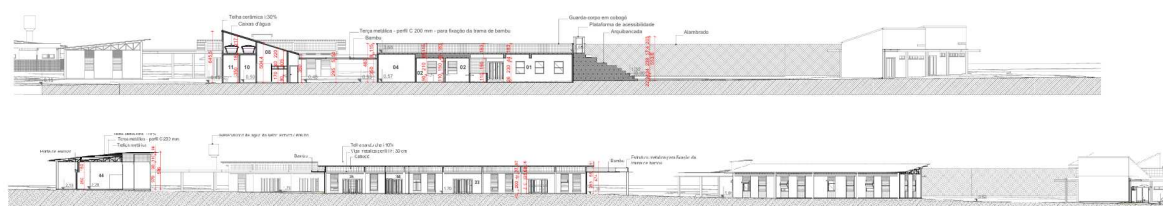


Figura 120 – Cortes 1 e 4 - relação entre os edifícios e a inclinação suave do terreno.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

5.4.3.3 Estrutura

A concepção estrutural do projeto combina sistemas construtivos distintos: estrutura metálica, de concreto e o sistema de pré-fabricação em cerâmica armada, inspirado na referência citada anteriormente do método desenvolvido no projeto de moradia estudantil da UNICAMP. A ideia inicial era realizar toda a estrutura seguindo a lógica desse último sistema citado, principalmente pelo fato dele possuir um caráter fortemente coletivo e participativo,

além de conseguir unir técnicas conhecidas pelos moradores – no bairro, o sistema construtivo predominante é o de alvenaria – e racionalização, garantindo qualidade, eficiência, rapidez e reduzido custo.

Entretanto, foi necessário incluir outros sistemas construtivos, sendo a adoção dessa solução mista ocorrendo em função do porte do projeto e das demandas espaciais do programa, que exigiam a presença de vãos maiores em determinados setores, o que inviabilizou a aplicação integral do sistema construtivo utilizado na referência. Em conversa com um profissional da Engenharia Civil, constatou-se que a melhor maneira, tanto em se tratar do atendimento das necessidades funcionais dos espaços como dos custos, seria utilizar estrutura metálica nesses ambientes em que era necessário vãos maiores e maior flexibilidade espacial, e para fixação da trama de bambu. Assim, a estrutura metálica foi composta por treliças, pilares metálicos em perfil H, vigas em perfil I e terças em perfil C, conforme mostrado na imagem.

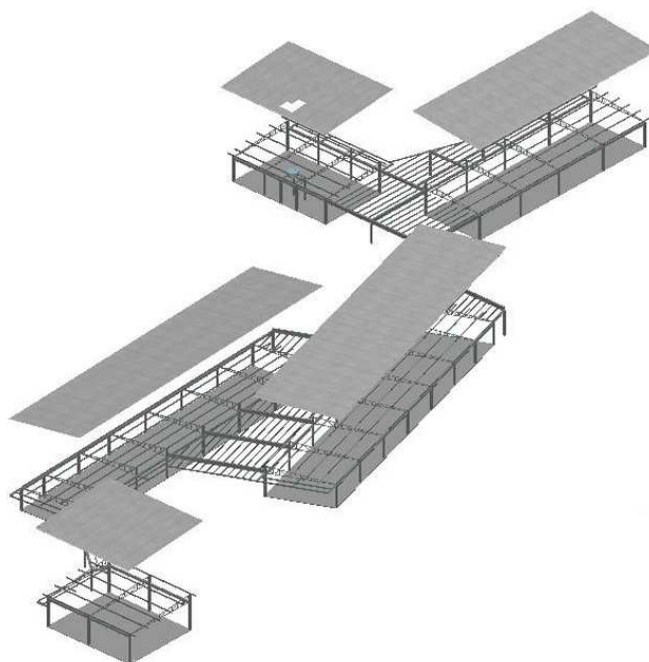


Figura 121 – Estrutura metálica - setores administrativo, cultural e técnico/formativo.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Por outro lado, em setores específicos do projeto, como o de alimentação e os blocos de sanitários — incluindo banheiros e vestiários — foi adotado o sistema de pré-fabricação em cerâmica armada, conforme o método utilizado por Vilá. Nesse sistema construtivo, as próprias paredes desempenham função estrutural, dispensando o uso convencional de pilares e vigas. Além disso, o sistema também reduz a necessidade de elementos tradicionais da

carpintaria, uma vez que a cobertura se apoia diretamente nas empenas das paredes estruturais.

No caso do setor de alimentação, entretanto, a necessidade de espaços um pouco mais amplos para atender à cozinha comunitária e às áreas de refeição exigiu a adoção de uma solução híbrida. Assim, o sistema de cerâmica armada foi combinado com elementos estruturais adicionais de concreto – pilares e vigas – possibilitando a ampliação dos vãos e garantindo o adequado funcionamento do espaço.

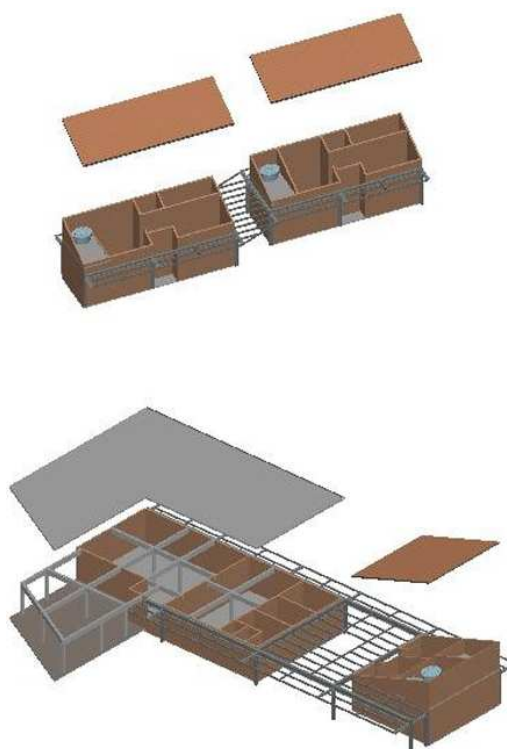


Figura 122 – Estrutura em cerâmica armada, estrutura metálica para fixação do bambu e estrutura mista da cerâmica armada e concreto.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

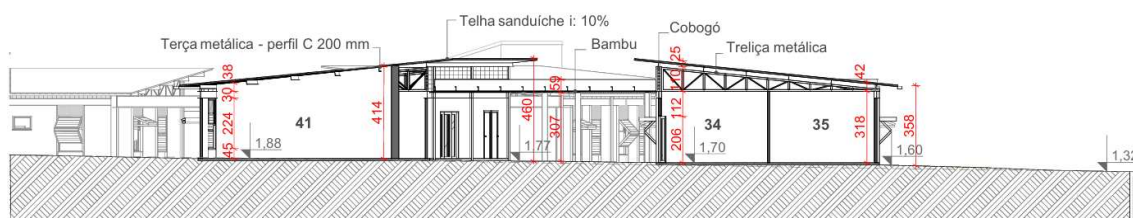


Figura 123 – Corte 3 - estrutura metálica. Sem escala.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

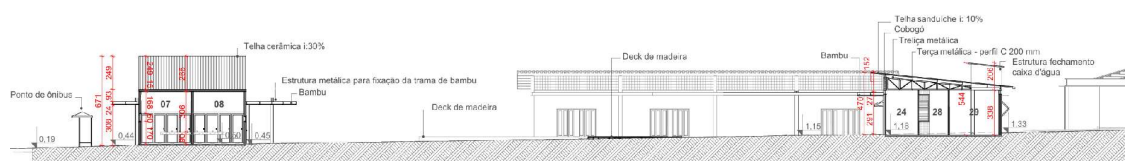


Figura 124 – Corte 5 - estrutura de cerâmica armada à esquerda e metálica à direita.

Sem escada.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

5.4.3.4 Volumetria, materialidade e estratégias de conforto ambiental

No que se refere à volumetria, buscou-se valorizar ao máximo a escala humana no projeto, estabelecendo também um diálogo com o entorno imediato do bairro, caracterizado predominantemente por edificações térreas, mantendo uma relação de proximidade e continuidade com a paisagem construída existente.

Entretanto, alguns volumes apresentam alturas mais elevadas em função de suas necessidades específicas de uso e de solução construtiva. Nesse sentido, pode-se citar o depósito de materiais de construção, que exige um pé-direito maior para atender às demandas de armazenamento, bem como do edifício de banheiros localizado próximo à esquina do terreno e dos banheiros/vestiários associados ao campo de futebol. Nestes dois últimos casos, a maior altura está relacionada à adoção de cobertura cerâmica, que demanda uma inclinação mais acentuada. Essa inclinação resulta em uma maior altura de queda d'água da cobertura e, consequentemente, no aumento da altura final desses volumes.

Essa condição gerou, especialmente nos blocos de banheiros, paredes mais altas que se apresentam como superfícies potenciais para intervenções artísticas da comunidade. Considerando que esses edifícios estão posicionados em pontos estratégicos de chegada ao terreno, sua presença visual torna-se marcante, possibilitando que essas superfícies sejam utilizadas para a realização de murais e pinturas coletivas. Além de promover uma forte identidade visual para o conjunto, essa estratégia também busca incentivar a participação comunitária por meio de oficinas e atividades coletivas. No caso específico do bloco de banheiros localizado na esquina, propõe-se que essas intervenções artísticas sejam realizadas a partir de marcas de mãos pintadas dos trabalhadores envolvidos na construção do projeto, criando simultaneamente um elemento artístico e um marco de memória para a comunidade, simbolizando a participação coletiva na materialização do centro comunitário.



Figura 125 – Depósito, com altura maior em relação às outras construções.

Fonte: Elaboração própria, 2025.



Figura 126 – Paredes dos vestiários para artes da comunidade.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

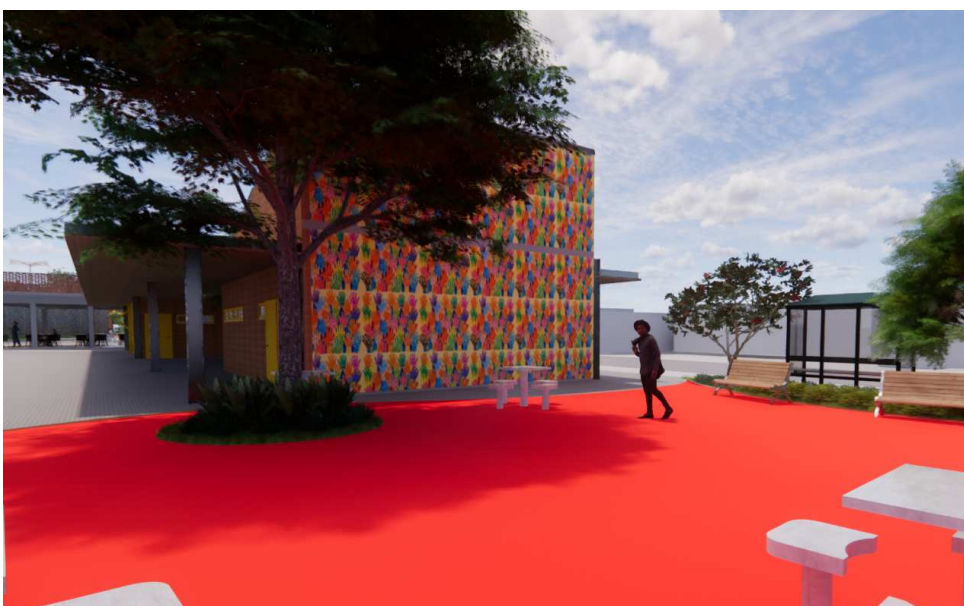


Figura 127 – Parede do bloco de banheiros da esquina com marcas de mãos pintadas dos trabalhadores do projeto.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

No que diz respeito à materialidade, o projeto buscou estabelecer uma unidade entre os diferentes setores por meio da valorização dos sistemas construtivos adotados. Nos setores de alimentação, nos vestiários e nos banheiros, foi utilizado o sistema de pré-fabricação em cerâmica vermelha armada. Nesse caso, a própria estrutura constitui um elemento expressivo da arquitetura, sendo mantida aparente, sem pintura, de modo a valorizar o material e o processo construtivo. Essa escolha também possui um caráter didático, permitindo que os usuários do espaço visualizem soluções construtivas que podem ser aplicadas em outras edificações, especialmente considerando o caráter formativo do centro.

Nos demais edifícios do conjunto, que utilizam estrutura metálica, os fechamentos foram realizados com paredes de tijolo maciço comum. Essa solução estabelece um diálogo visual com os blocos em cerâmica armada, ao mesmo tempo em que evidencia as diferenças entre os sistemas estruturais adotados. Dessa forma, as pessoas que circulam pelo espaço podem perceber essas distinções construtivas, reforçando o caráter pedagógico do projeto, bem como a estrutura metálica também aparente.

Além disso, utilizou-se também cobogós com os tijolos maciços, promovendo continuidade estética e dialogando com algumas edificações do bairro em que também usam de aberturas na alvenaria. Outro elemento importante na materialidade do conjunto é o uso do bambu. Esse material foi utilizado principalmente na composição das tramas de cobertura que interligam diferentes edifícios do projeto, contribuindo para a criação de uma unidade visual entre os edifícios. Essas estruturas também atuam como elementos de filtragem da luz natural, criando áreas sombreadas e mais confortáveis para permanência nos espaços. Além disso, o bambu também foi empregado como elementos de fechamento em partes das janelas, conforme será abordado posteriormente, funcionando como um filtro adicional de luz e reforçando a linguagem material adotada no projeto.



Figura 128 – Bloco cerâmico exposto, esquadrias coloridas e cobogós.

Fonte: Elaboração própria, 2025.



Figura 129 – Tijolinhos (tijolo maciço), esquadrias coloridas, bambu e cobogós.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

As estratégias de conforto ambiental também orientaram diversas decisões projetuais. Assim, o posicionamento das árvores no terreno foi pensado de forma estratégica, considerando especialmente as fachadas mais expostas à incidência solar, sendo elas noroeste e sudoeste. Dessa forma, a vegetação contribui para a geração de sombreamento e para a melhoria do conforto térmico nos espaços externos e internos. Ademais, foram empregados beirais também com o intuito de promover melhor conforto.

Além disso, as esquadrias foram projetadas de modo a favorecer o conforto ambiental nas edificações. Para isso, foram adotadas janelas que combinam o sistema de guilhotina em

vidro com venezianas externas articuladas. Essa solução permite diferentes formas de controle da iluminação e da ventilação: em dias mais frios, o vidro garante vedação e entrada de luz natural, enquanto em dias mais quentes a janela e venezianas podem ser abertas, permitindo ventilação e sombreamento. Na parte superior dessas esquadrias, foi incorporada uma trama de bambu que possibilita a entrada de luz filtrada, reforçando a estratégia de controle da iluminação natural e estabelecendo uma relação visual com as coberturas em bambu presentes no projeto.

Outra questão é que as venezianas articuladas contribuem para a criação de movimento nas fachadas, já que sua abertura e fechamento alteram constantemente a composição visual dos edifícios. Além disso, com o sistema integrado de esquadrias citado, criou-se janelas-banco no setor técnico, a partir da redução do peitoril e incorporação de chapas de madeira para gerar a profundidade necessária para uma pessoa sentar. Tais janelas possibilitam não só uma maior relação interior-exterior mas também funcionam como apoio ao mobiliário.

Outro ponto a se destacar é que as portas e venezianas receberam cores de acordo com cada setor do projeto, contribuindo tanto para a identidade visual quanto para a orientação espacial dos usuários. O setor técnico-formativo foi associado à cor vermelha, o setor cultural à cor laranja, a administração à cor verde, a cozinha e seus espaços de convivência à cor amarela e os vestiários e banheiros relacionados ao campo de futebol à cor azul. Essa estratégia cromática auxilia na leitura e identificação dos diferentes setores do conjunto, tornando o espaço mais intuitivo e dinâmico.



Figura 130 – Sistema combinando janela guilhotina, venezianas e bambu.

Janela-banco.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

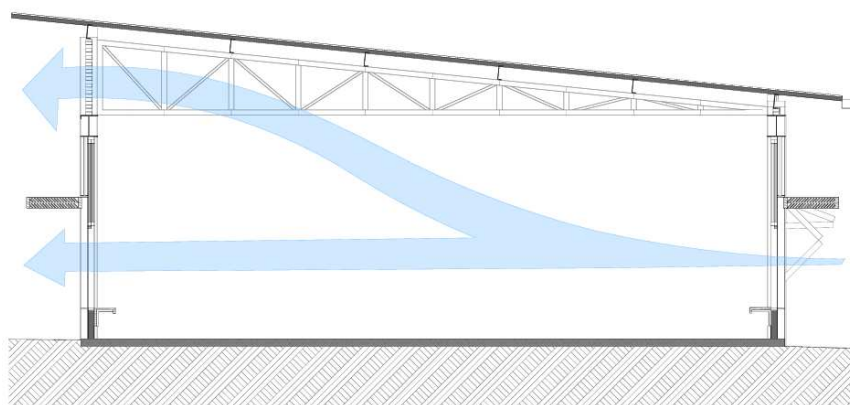


Figura 132 – Ventilação cruzada e efeito chaminé. Sem escala.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

5.4.3.5 Paisagismo



Figura 133 – Planta de Paisagismo. Sem escala.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

O paisagismo do projeto foi concebido de forma a dialogar com os caminhos preexistentes da área de vegetação adensada adjacente ao terreno. Esses percursos apresentam um traçado predominantemente curvilíneo e orgânico, característica que orientou a concepção dos caminhos e do desenho paisagístico proposto. Dessa forma, buscou-se integrar visual e espacialmente o projeto ao contexto imediato, estabelecendo continuidade entre os percursos existentes e aqueles criados na intervenção.





Figura 134 – Perspectivas a partir dos caminhos existentes na vegetação adjacente ao terreno.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

A adoção de traçados orgânicos também se justificou como estratégia de contraste e complementação em relação à implantação arquitetônica. Enquanto os edifícios do projeto apresentam formas predominantemente ortogonais, o paisagismo introduz curvas e movimentos mais fluidos, criando um equilíbrio entre a rigidez geométrica das edificações e a naturalidade do ambiente externo.

No que se refere à composição vegetal, priorizou-se o uso de espécies nativas do Cerrado, bioma característico da região onde o projeto está inserido. Além dessas, foram selecionadas também algumas espécies não nativas, porém adaptadas às condições climáticas locais, capazes de se desenvolver adequadamente no contexto ambiental da área. Essa escolha visa garantir maior resistência das espécies, menor necessidade de manutenção e maior integração ecológica com o entorno.

A paleta cromática da vegetação foi pensada de forma a estabelecer relações harmônicas entre as cores presentes no paisagismo e aquelas utilizadas no projeto arquitetônico. Assim, foram priorizadas espécies com floração nas tonalidades de amarelo, laranja, roxo, rosa, branco e vermelho. A seleção dessas cores considerou também princípios de composição cromática, explorando relações de cores análogas — como amarelo e laranja, ou rosa e roxo — e cores complementares, como roxo e amarelo, contribuindo para uma paisagem visualmente equilibrada e dinâmica.

Em relação aos revestimentos de piso, foram utilizados três tipos distintos: piso intertravado retangular e dois tipos de concreto drenante, um na tonalidade cinza e outro em tom avermelhado. A adoção desses diferentes materiais teve como objetivo criar variações no

desenho do solo, contribuindo para a identidade espacial dos percursos e para a delimitação de diferentes áreas de uso. De modo geral, o piso drenante avermelhado foi aplicado em espaços destinados a atividades mais específicas, como as áreas do pomar, da academia ao ar livre e alguns dos locais de descanso e contemplação. Já os demais pisos acompanham os percursos e os espaços de circulação, ora envolvendo as edificações, ora configurando caminhos e áreas de permanência, contribuindo para uma maior dinâmica espacial no conjunto.

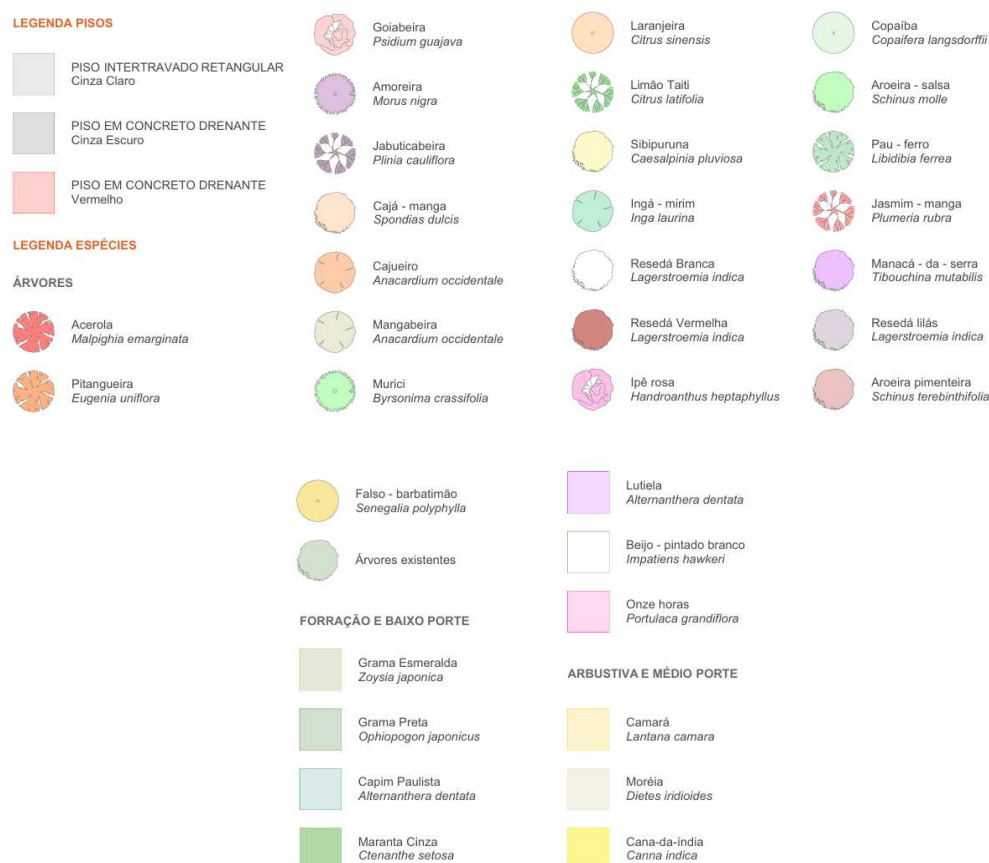


Figura 135 – Espécies e pisos utilizados.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Quanto à organização dos espaços paisagísticos, foram propostas diferentes áreas de uso e permanência, incluindo um pomar comunitário, espaços voltados ao playground e à academia ao ar livre, além de áreas destinadas à contemplação, descanso e convivência.

Como complemento, foram incorporados elementos de mobiliário urbano e áreas de permanência que contribuem para a ativação e qualificação dos espaços externos. Entre esses elementos, destaca-se a criação de um deck em madeira, concebido como uma área multifuncional de permanência. Esse espaço possibilita diferentes formas de apropriação pelos usuários, como momentos de descanso, encontros informais, realização de pequenos

piqueniques ou mesmo a observação das atividades esportivas que ocorrem nos campos próximos. Sua localização estratégica, próxima tanto aos campos quanto ao playground, permite também que pais ou responsáveis permaneçam no local enquanto acompanham as atividades das crianças.



Figura 136 – Pomar.

Fonte: Elaboração própria, 2025.



Figura 137 – Deck e playground ao lado.

Fonte: Elaboração própria, 2025.



Figura 138 – Deck.

Fonte: Elaboração própria, 2025.





Figura 139 – Academia ao ar livre.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Além disso, foram propostos mobiliários específicos associados aos dois campos society presentes no projeto. Para esses espaços, foi desenvolvido elementos de assento diferenciado, composto por um canteiro central e assentos voltados para ambos os lados. Essa configuração possibilita a permanência dos usuários próximo ao espaço esportivo, favorecendo tanto a observação das partidas quanto o uso do mobiliário como área de descanso e convivência, integrando vegetação e espaço de permanência em um único elemento. Dessa forma, o paisagismo e o mobiliário urbano atuam conjuntamente na qualificação dos espaços livres do projeto, estimulando diferentes formas de uso, permanência e interação entre os usuários.



Figura 140 – Banco-arquibancada.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

6 CONCLUSÃO

Todo o processo de pesquisa e estudo desenvolvido neste trabalho culminou na proposta de um equipamento coletivo capaz de reconhecer e valorizar o bairro São Geraldo II, buscando atender às demandas e necessidades presentes na comunidade local.

Ao mesmo tempo, a proposta não se limita apenas ao projeto do Centro Comunitário São Geraldo II, mas também se estende à reflexão mais ampla desenvolvida ao longo do trabalho, que aponta para a possibilidade de implantação de centros semelhantes em diferentes pontos da cidade de Montes Claros, associados à atuação da assessoria técnica.

Dessa forma, buscou-se evidenciar a importância da criação de espaços e programas que promovam o diálogo horizontal entre profissionais da construção civil e moradores envolvidos em processos de autoconstrução, reconhecendo e potencializando os saberes presentes na própria comunidade em articulação com o conhecimento técnico dos profissionais e fornecendo espaços de qualidade e encontro para os moradores.

7 REFERÊNCIAS

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões**. São Paulo: Editora 34, 2002.

BARRETTO, Vinícius Saraiva. **Cidade Canteiro: autoconstrução, mutirão e assessoria técnica em Fortaleza**. 2024. 274 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design) – Centro de Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

BARREIROS, Wilza Carla Folchini; CÔRTEZ, Elisângela Machado. **Retrato da ATHIS em alguns dos municípios brasileiros atendidos pela Defensoria Pública da União**. Revista da Defensoria Pública da União, Brasília, DF, n. 17, p. 53-66, jan./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.46901/revistadadpu.i17.p53-6853>.

CANUTO, Júlia Fernandez. **Autoprodução do espaço em Montes Claros-MG: o cotidiano da Cozinha Solidária do Itatiaia (MTST)**. 2024. 149 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2024.

CAU/BR; DataFolha. **O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil**. 2015. Disponível em: <http://www.cau.br.gov.br/pesquisa2015/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CAU/BR; DataFolha. **Mercado consumidor de serviços de arquitetura e urbanismo cresceu mais de 40% desde 2015**. 2022. Disponível em: <https://www.cau.br.gov.br/pesquisa2022/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO – CAU-ES. **Pesquisa Datafolha: 82% das moradias do país são feitas sem arquitetos ou engenheiros**. Vitória, 29 maio 2022. Disponível em: <https://www.caues.gov.br/pesquisa-datafolha-82-das-moradias-do-pais-sao-feitas-sem-arquitetos-ou-engenheiros/?utm>. Acesso em: 07 jul. 2025.

COSTA, Lúcio. **Razões da nova arquitetura**. Revista da Diretoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro, n. 1, v. III, jan. 1936. Reeditado em: Lúcio Costa: sobre arquitetura, v. 1, org. Alberto Xavier. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FERRO, Sérgio. **A produção da casa no Brasil (A casa popular)**. Versão original de 1969, revisada pelo autor em 2005. São Paulo: Grupo TF/TK, 2021. Texto preparado a partir da edição de Arquitetura e trabalho livre (Boitempo, 2006).

GUIMARÃES, Érika Neves. **Habitação social em Montes Claros: aspectos e abrangência das políticas públicas**. 2007. 93 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Grade estatística 2022: plataforma geográfica interativa**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://mapasinterativos.ibge.gov.br/grade2022/default.html>. Acesso em: 4 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Montes Claros - Panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama>. Acesso em: 23 jul. 2025.

KAPP, Silke. **A outra produção arquitetônica**. In: Estéticas do Deslocamento. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estética, 2008.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; NOGUEIRA, Priscilla. **Arquiteto sempre tem conceito...** In: GRUPO MOM. Arquitetura como exercício crítico e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2016. p. 55–79. Disponível em: https://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/index.html. Acesso em: 10 jun. 2025.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; VELLOSO, Rita. **Pontos de partida**. In: GRUPO MOM. Arquitetura como exercício crítico e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2016. p. 199–222. Disponível em: https://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/index.html. Acesso em: 10 jun. 2025.

LEITE, Marcos Esdras (org.). **Atlas Ambiental de Montes Claros/MG**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2020. 66 p.

LINHARES, Juliana de Faria. **Atuação do arquiteto na produção do espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda**. 2018. 202 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2018.

MARICATO, E. **Autoconstrução, a arquitetura possível**. In: MARICATO, E. (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa Omega, 1979. p. 71-93.

MARICATO, Hermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ONU-HABITAT. **World Cities Report 2020**. Nairobi: ONU-Habitat, 2020. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/10/wcr_2020_report.pdf. Acesso em: 3 jul. 2025.

O NORTE. **Parceria oferece serviços de Arquitetura e Urbanismo para famílias de baixa renda**. Disponível em: <https://onorte.net/montesclaros/parceria-oferece-servicos-de-arquitetura-e-urbanismo-para-familias-de-baixa-renda-1.532676>. Acesso em: 23 jul. 2025.

PREFEITURA DE MONTES CLAROS. **Legislação – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento Urbano**. Disponível em: <https://infraestrutura.montesclaros.mg.gov.br/pagina/legislacao>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SABBAG, Haifa Y. **Projetar, na fronteira da realidade**. AU — Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 5, n. 22, p. 26–37, fev./mar. 1989. Disponível em: https://www.mom.arq.ufmg.br/mom/acervo_revistas/acervo/416.pdf?utm. Acesso em: 4 nov. 2025.

SANTOS, Cecília Reis Alves dos. **Infraestrutura autoconstruída: articulações sociotécnicas na produção do espaço**. In: NASCIMENTO, Denise Morado (org.). Saberes [auto]construídos. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 43–67.

SETTE WHITAKER FERREIRA, J.; ROJAS, E.; DE SOUZA CARVALHO, H. R.; RAGO FRIGNANI, C.; SANTI LUPO, L. **Políticas habitacionais e o papel dos governos locais na América Latina: experiências recentes**. Meio Ambiente e Urbanização, v. 32, n. 2, p. 333-350, 2020. <https://doi.org/10.1177/0956247820935699>

SILVA, Rodrigo Arlindo dos Santos. **Cidade sitiada: os sentidos da moradia entre o social e as finanças**. 2020. 239 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2020.

SOUZA, Diego Beja Inglez de. **Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-64)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, Diego Beja Inglez de. **Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960–1964)**. Revista Aurora, São Paulo: PUC-SP, v. 8, 2010. Disponível em: <https://www.pucsp.br/revistaaurora>.

SOUZA, Maressa Fonseca e. **Modos de vida e modos de habitar em moradias autoconstruídas: um estudo nos bairros Nova Viçosa e Posses, em Viçosa – MG**. 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Arquitetura vernacular. Em busca de uma definição**. Arqtextos, São Paulo, ano 17, n. 201.01, Vitruvius, fev. 2017. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/17.201/6431>. Acesso em: 7 nov. 2025.

TIBO, Geruza Lustosa de Andrade; LINHARES, Juliana de F.; NASCIMENTO, Denise Morado. **Análise da autoconstrução a partir de suas práticas**. In: III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas (III UrbFavelas), Salvador, 2018. Anais, p. 1-19. Disponível em: <https://praxis.arq.ufmg.br/textos/GT5-126-13-20180612202650.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

VIEIRA, Eliana de Araújo. **Residenciais de habitação de interesse social em Montes Claros/MG: estratégias e/ou adaptações de seus moradores**. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018.